



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**A FORMAÇÃO QUE TEMOS E A FORMAÇÃO QUE
QUEREMOS:
Desafios e Perspectivas do Novo Ensino Médio No Colégio
Estadual Wanderley Araújo Pinho**

REJANE LIMA DE QUEIROZ

ASSUNÇÃO - PARAGUAI

2020



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A FORMAÇÃO QUE TEMOS E A FORMAÇÃO QUE QUEREMOS:

**Desafios e Perspectivas do Novo Ensino Médio No Colégio
Estadual Wanderley Araújo Pinho**

REJANE LIMA DE QUEIROZ

ASSUNÇÃO - PARAGUAI

2020



MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A FORMAÇÃO QUE TEMOS E A FORMAÇÃO QUE QUEREMOS:

Desafios e Perspectivas do Novo Ensino Médio No Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho

Dissertação apresentada à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales como parte do requisito para obtenção do grau de Mestrado em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlino Ivân Morinigo

ASSUNÇÃO - PARAGUAI

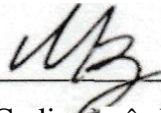
2020

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A**

DISSERTAÇÃO: REJANE LIMA DE QUEIROZ

**A FORMAÇÃO QUE TEMOS E A FORMAÇÃO QUE QUEREMOS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO NOVO ENSINO MÉDIO NO
COLEGIO ESTADUAL WANDERLEY ARAUJO PINHO**

**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

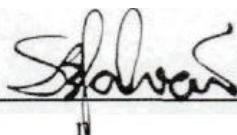


Prof. Dr. Carlini T. van Morinigo
Orientador

COMISSAO EXAMINADORA



Prof. Dr. Marisalém Alves Oliveira



Prof. Dr. Israel Fenner

Asunción — Paraguay



Dedico esta pesquisa a todas as pessoas que passaram pela minha vida, me inspiraram, incentivaram na continuação dos estudos visando o meu desenvolvimento, aprimoramento enquanto ser humano e profissional. Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pai e criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, princípio e fim de todas as coisas.

Ao meu companheiro Israel Gonçalves pela paciência e incentivo.

Ao meu Cãopanheiro Apolo que acompanhou todo o processo de escrita desta dissertação.

Agradeço também às minhas diretoras: Joilma Menezes e Jucimar Mandias pelo incentivo ao longo dessa jornada.

Á minha amiga e vice-diretora Raqueline Couto, pelo auxílio na construção e demais sugestões na escrita deste trabalho.

Ás minhas amigas e coordenadoras pedagógicas Luana Marinho e Joara Avelar pelas contribuições dadas ao trabalho que foram bastante preciosas.

Aos Professores Ana Glória Vieira, Ângela Gregório, Daniele Pinto, Jair Cardoso, Juliane Melo, Laudjane Puridade, Ledalene Gonçalves pela participação na pesquisa.

A minha equipe nota dez: Ângela Gregório, Eduardo Cardoso, Fernando Amaral, Jaciara Bispo, Márcia Carla e Tania Regina de Oliveira pelo incentivo dado no decorrer do curso, pelo compartilhamento de conhecimentos ao longo desses anos no espaço do curso, nos transportes e nas reuniões que aconteceram na casa de Fernando.

A Coordenadora do Mestrado Telma Assis sempre solicita, prestativa, compreensiva e paciente.

Aos professores que compartilharam seus saberes e práticas ao longo do curso.

Ao orientador Prof. Drº. Francisco José Barbosa pela paciência, dicas, sugestões, franqueza, sinceridade e pelas palavras de incentivo durante a produção do trabalho.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu continuasse trilhando os caminhos da educação.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa apresenta abordagens sobre a formação docente para a melhoria da prática pedagógica destacando os desafios e perspectivas do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho. O objetivo geral é compreender os entraves para uma formação continuada dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio. Na atual sociedade na qual vivemos e estamos inseridos exige de cada docente uma capacidade de inteligível de se desafiar sendo capaz de entender as múltiplas linguagens, dominar as tecnologias, lidar com as inteligências socioemocionais e utilizar as metodologias ativas. A questão norteadora da pesquisa é: Como a formação continuada e em serviço pode auxiliar os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho na superação dos desafios impostos pelo Novo Ensino Médio? Através da formação continuada o professor tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos. A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa teve caráter exploratório com abordagem quali-quantitativa e contou com a aplicação de observações, entrevistas e questionários aplicados. Conclui-se que a formação continuada para os professores contribui para a melhoria da qualidade de ensino uma vez que permite que educador tenha acesso a outras formas de conhecimento, novas metodologias e por consequência a renovação de sua prática docente que de certa forma os auxilia a superar os inúmeros desafios trazidos pela modalidade do Novo Ensino Médio.

Palavras Chave: Formação Continuada. Metodologia. Docente. Ensino Médio.

ABSTRACT

This research presents approaches on teacher education to improve pedagogical practice, highlighting the challenges and perspectives of the New High School at Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho. The general objective is to understand the obstacles to the continuing education of teachers at the Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, taking into account the specificities of the New High School. In the current society in which we live and are inserted, each teacher requires an intelligible ability to challenge himself, being able to understand multiple languages, master technologies, deal with socio-emotional intelligences and use active methodologies. The guiding question of the research is: How can continuing and in-service training assist teachers at the Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho in overcoming the challenges imposed by the New High School? Through continuing education, the teacher has the opportunity to expand his knowledge. The methodology used to carry out this research had an exploratory character with a qualitative and quantitative approach and relied on the application of observations, interviews and applied questionnaires. It is concluded that the continuous formation for the teachers contributes to the improvement of the teaching quality since it allows the educator to have access to other forms of knowledge, new methodologies and, consequently, the renewal of his teaching practice that in a way helps them to overcome the countless challenges brought by the New High School modality.

Keywords: Continuing Education. Methodology. Teacher. High school.

LISTA DE SIGLAS

ABDC	Associação Brasileira de Currículo
AC	Atividade Complementar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
FNDE	Fundo Nacional
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação escolar
PNATE	Programa Nacional de apoio ao Transporte Escolar
PNE	Planos Nacionais de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações de Valorização e Reconhecimento Garantidos por Leis	39
Quadro 2 – Metas do PNE que Fazem Referência ao Professor	53
Quadro 3 – Dimensões Que Envolvem o Processo Formação	72
Quadro 4 – Exemplo de Distribuição de Atividade Complementar (AC) Realizada na Escola	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teorias do Professor Reflexivo	74
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Qual a sua carga horária no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho? 92
- Gráfico 2** - Você realiza a atividade complementar em todas as escolas em que leciona?..... 94
- Gráfico 3** - Quanto à atividade complementar realizada nesta escola, quantas horas são dedicadas à formação continuada para suprir as necessidades do Novo Ensino Médio? 95
- Gráfico 4**- Seria interessante ter formações específicas no tempo destinado a atividade complementar que atendesse as necessidades da escola e do Novo Ensino Médio? 97
- Gráfico 5** - Qual é a importância da formação continuada para a valorização docente? 98
- Gráfico 6**- Que impactos temos na educação quando a escola oferta a formação continuada? 100
- Gráfico 7** - Que ações poderiam ser desenvolvidas a partir de uma formação continuada que nos auxiliasse para práticas exitosas? 101
- Gráfico 8** - Você utiliza o conhecimento adquirido nas atividades de formação continuada na sua prática em sala de aula?..... 102
- Gráfico 9** - Como a formação continuada e em serviço pode nos ajudar a superar os desafios trazidos pelo Novo Ensino Médio? 104
- Gráfico 10** - Em 2017 teve início os preparativos para a implantação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho. Durante esse período e nos períodos subsequentes a escola ofertou formação para os docentes desta escola sobre o Novo Ensino Médio. Foi suficiente para instrumentalizar os professores?..... 106
- Gráfico 11** - Na época da implantação do novo Ensino Médio no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho você NÃO se considerava preparado para lidar com esta nova realidade e HOJE? 107
- Gráfico 12** - O que você considerada hoje como essencial que faltou ao implantar o Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho?..... 109
- Gráfico 13** - Pensando nas disciplinas de Práticas Integradora e Pesquisa Aplicada, quais foram os desafios enfrentados pelos docentes? 110
- Gráfico 14** - Quais foram os obstáculos enfrentados pelos professores ao lidar com as disciplinas Elementares? (História Elementar, Língua Portuguesa Elementar, Inglês elementar etc.) 112

Gráfico 15 - Você se enquadra no perfil de professor exigido pelo Novo Ensino Médio?	113
Gráfico 16 - Quais são as perspectivas ao trabalhar com o novo ensino médio?	114
Gráfico 17 - Quais são os contratempos enfrentados pelos professores para trabalhar com o Novo Ensino Médio?.....	116
Gráfico 18 - Em relação ao Currículo do Novo Ensino Médio, como você o avalia?	117
Gráfico 19 - Você acredita que o Novo Ensino médio é capaz de unificar e propiciar melhoria no processo de Ensino Aprendizagem?	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - TRILHANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	25
1.1 História da Educação	25
1.2 Política Educacional Brasileira.....	34
1.2.1 Política de Formação Docente	37
1.3 Dispositivos Legais da Educação: Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal (C.F)	40
CAPÍTULO II - A BNCC E A FORMAÇÃO: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO	48
2.1 O Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos.....	48
2.2 A Escola e o Currículo: Entraves e Expectativas.....	54
2.3 O Professor Que a Escola Tem e o Professor Que o Novo Ensino Médio Quer.	59
2.4 As Tecnologias Educacionais	65
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO CONTINUADA À SERVIÇO DO PROFESSOR	70
3.1 A Escola Como Espaço de Formação.....	71
3.2 A Formação Continuada e em Serviço.....	76
3.3 A Atividade Complementar Como Alternativa Para Formação	80
3.4 A Formação Continuada Como Aliada da Formação e a Prática Docente.....	83
CAPÍTULO IV - MEDODOLOGIA	86
4.1 O Tipo de Pesquisa.....	87
4.2 Os Instrumentos da Pesquisa.....	88
4.3 O Cenário da Pesquisa	89
4.4 Os Atores da Pesquisa	90
4.5 A Coleta de Dados	91
4.6 A Análise de dados	91
4.7 Discussão de Resultados da Análise de Dados	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERENCIAS.....	127
APÊNDICE	135

INTRODUÇÃO

Trajectoria Profissional

Escrever não é uma tarefa fácil e um memorial de trajetória profissional menos ainda. As recordações que tenho da minha infância de quando ainda morava no Rio de Janeiro é que antes mesmo de ir para a escola eu amava desenhar e pintar. Era uma criança bem esperta e peralta e por isso minha tia resolveu me colocar no que hoje chamamos de banca. Lá conheci as letras e como era esperta aprendi as letras e números e comecei a juntar as sílabas. A primeira palavra que li foi Jangada, que era a marca do fogão da casa da vizinha.

Matricularam-me na escola por volta dos cinco anos e lembro que a minha escola ficava próxima a minha casa e eu ia caminhando juntos com as outras crianças do bairro. Lembro também que esta escola era constantemente assaltada. Levavam sempre a merenda e por conta disso com frequência tínhamos que levar o que era solicitado para que tivéssemos o que lanchar. As coisas ficaram difíceis principalmente pelas crises de asma que acometiam a minha mãe e fomos obrigadas a voltar para Bahia.

Vim morar na casa da minha avó materna que era aposentada. A vida nesta cidade era difícil por conta da falta de oportunidade e o é até hoje. Com o dinheiro da venda da casa nos sustentamos por alguns anos. Uma vida sempre modesta. Claro que como toda criança tinha desejos e sonhos totalmente incompatíveis com minha condição social e tive que me conformar com isso até começar a trabalhar.

Estudei sempre em escolas públicas da rede municipal de ensino tanto no Rio de Janeiro quanto aqui na Bahia. Estudei na Escola Municipal Alice Couto onde fiz a pré-escola e estudei até a primeira unidade da segunda série. Chegando aqui na Bahia, na cidade de São Francisco do Conde continuei a cursar a segunda e a terceira séries. A quarta série passei a estudar na Escola Municipal Engenheiro Carlos Prates e da quinta até a conclusão do Ensino Médio estudei no Instituto Municipal Luiz Viana Neto. E assim, concluí o Ensino Fundamental II e foi chegado o momento de fazer a escolha do curso técnico do Ensino Médio. Nunca desejei ser professora embora fosse uma profissão que eu admirava. A irmã caçula de minha irmã era professora de uma escola de Ensino Fundamental I e também tinha uma

prima que lecionava para o Ensino Fundamental II e ensino médio no Instituto Municipal Luiz Viana Neto.

Entre os quatro cursos técnicos que o Instituto ofertava: Enfermagem, Magistério, Administração e Contabilidade. Como não queria ser professora e nem enfermeira restavam apenas as opções do curso de administração e contabilidade. Lá fui eu fazer contabilidade.

Conclui o Ensino Médio e tive que dar banca para ajudar em casa, mas não deixei de estudar. Fiz concurso para recenseadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por duas vezes e fui agarrando as oportunidades que apareciam. Sonhava em fazer Serviço Social, mas poucas eram as instituições que ofertavam o curso, além disso, tinha que vencer a concorrência melhor preparada do que eu. E se fosse aprovada teria que me virar com dinheiro para transporte e alimentação e a inda me manter no curso.

Minha avó faleceu em Julho de 2001 e as coisas ficaram mais difíceis. Depois de muita procura comecei a trabalhar em uma escola próxima a minha residência: O Instituto. Escola na qual passei boa parte da minha formação. Exerci a função de auxiliar de disciplina e quando voltava ainda dava banca. O dinheiro só dava para sobreviver. Vi que a saída para mudar de vida estava no estudo. Neste mesmo ano comecei a estudar no curso de pré-vestibular.

Fiz os dois vestibulares: um na Universidade do Estado da Bahia e outro na Universidade Estadual de Feira de Santana e fui aprovada para Letras Vernáculas na UEFS 2002.1 para o Campus Avançado em Santo Amaro da Purificação. Iniciei meus estudos no turno vespertino. Enquanto isso trabalhava na escola eis que um dos professores precisava se ausentar de um de seus dias de trabalho pois era estudante em uma faculdade de Salvador, e como resultado eu fui parar em uma sala de aula da oitava série e de uma turma do primeiro e uma do segundo ano lecionando Ensino religioso até o final do ano letivo de 2002.

Em 2003 acredite que outro professor que também era estudante precisava se ausentar em um determinado dia e lá fui eu dar aula dessa vez para a quinta série. Lecionei Ensino Religioso e Relações Humanas e assim permaneci executando essas duas funções. O ano letivo de 2004 começou e restaram 20 horas de Língua Portuguesa e meu amigo e professor Fernando Amaral sugeriu o meu

nome e a coordenadora que fazia o horário foi conversar com a direção da escola e eles pediram que ela providenciasse meu horário.

Logo depois eu fui chamada e comunicada que a partir daquele momento eu seria professora. Ganhei duas turmas de quinta série no turno matutino e duas turmas de quinta série no turno noturno. No início foi complicado conciliar o trabalho como professora e de aluna na universidade. Na semana seguinte fui comunicada que minha carga horária havia sido dobrada assim ganhei mais duas turmas de primeiro ano do ensino médio no noturno. Logo me encontrei naquela profissão.

Em 2005 ganhei um desafio passei a integrar o quadro de professores que lecionavam para o quarto ano do magistério. É claro que entrei devido a uma confusão entre o professor e a turma. Foi um ano de muita aprendizagem e novas experiências. A experiência foi tão boa que no ano seguinte lecionei para o terceiro ano magistério além das turmas de sétima série e de primeiro ano no turno noturno. Ainda no ano de 2005 fui incentivada por meu amigo Fernando Amaral a me inscrever no Concurso para professor da rede estadual.

Embora tivesse no sétimo semestre fui aprovada em segundo lugar. No ano seguinte formei-me e iniciei minha especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela UFBA na cidade de São Félix. Trabalhava, estudava e sempre procurei ampliar minha formação fazendo cursos de extensão, de curta duração e vários outros concursos para professor.

Enfim no mês de julho do ano de 2009 fui convocada e tomei posse como professora efetiva da rede estadual de ensino e designada para o Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho localizada no Bairro do Caípe na cidade de São Francisco do Conde. Assim passei a me dividir entre as escolas. Sair da zona urbana para zona rural foi desafiador não só pela distância, mas também pela estrutura da escola e a realidade daquela comunidade. Desafio que em nenhum desses onze anos me arrependi de encarar.

Eram estudantes sedentos por conhecimentos e dispostos a encarar os desafios propostos em sala de aula. E que assim como eu veem nos estudos a possibilidade de mudar a sua vida, de sua família e conseqüentemente de seu bairro. Essa escola da rede estadual é uma escola de projetos e, portanto, um

excelente laboratório de aprendizagem. Passamos por muitas situações nesta escola o que só fortaleceu a equipe gestora e pedagógica.

Conhecimento nunca é demais lá fui eu fazer novamente o concurso da rede estadual no ano de 2010, fui aprovada e fiquei aguardando minha designação. Desta vez as vagas para o concurso foram disponibilizadas por setores. Assim sendo aprovado teríamos que ir para a escola no município que tivesse a vaga. Após a aprovação na perícia médica começou a odisseia para tomar posse.

Encontrar a escola foi um problema e depois de muitas idas e vindas a Secretaria Estadual de Educação tomei posse e passei a integrar o corpo docente do Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira localizado na cidade de Candeias. Escola que aprendi a amar. Nesse meio tempo em 2011 Comecei minha Graduação em Serviço Social pela UNIFACS. Recebi uma nova proposta e além de continuar a lecionar no turno diurno nesta escola e a noite passei a integrar a equipe de coordenação da área de língua portuguesa. Desenvolvemos um trabalho em equipe muito bom durante este período.

Como já disse trabalhar e estudar não é uma tarefa fácil, mas quando se tem determinação no objetivo a ser alcançado é preciso ter foco e perseverança. Trabalhar em três escolas e dar conta dos estudos exige disciplina e organização e por isso me enveredei neste mundo da educação a distância da qual sou apaixonada e defensora. Conclui meu Bacharelado em Serviço Social em 2014.

Em 2013 fui convidada a integrar uma equipe que iria realizar um trabalho diferente em um programa de transferência de renda intitulado “Educa Chico” do qual o aluno é beneficiário ao final do ano quando é aprovado e cumpre os requisitos do programa. Não é a solução para acabar com a pobreza, mas, é um pequeno passo para melhorar a vida de alguns estudantes valorizando seus estudos.

Estudantes da escola na qual trabalho, na sua grande maioria são pobres e alguns vivem na pobreza extrema dentro de uma cidade rica. A pobreza os afeta diretamente. Muitos deles vão à escola apenas para comer, aprender é uma realidade distante e complicada principalmente quando a escola não oferece uma estrutura adequada. Mesmo com todo conhecimento que temos hoje, me sinto muitas vezes impotente e despreparada para lidar com a dura realidade da

desigualdade social, da pobreza e uma série de problemas sociais que só se agravam.

O trabalho neste programa influenciou-me a buscar novos conhecimentos através do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal da Bahia o qual foi concluído em 2017. Trabalhei na mesma escola por 15 anos (2001 a 2016). Ao longo desse tempo aproveitei para investir em conhecimentos, fiz três pós-graduações, vários cursos de extensão e mais uma graduação em Serviço Social. Hoje minha vida está bem diferente, porque possuo formações e posso realizar alguns pequenos desejos como de fazer o Mestrado.

Em 2018 apareceu a oportunidade de ingressar em um Mestrado e não perdi tempo agarrei a oportunidade. Juntei um grupo de pessoas que tinham o mesmo desejo entrei em contato com Telma (estudante/coordenadora do curso) e no dia e hora marcada nos fizemos presentes. Estudar com Tania Regina, Márcia Carla, Fernando Amaral, Ângela Gregório, Jaciara Bispo e Eduardo Cardoso não tem preço. Nossas discussões ao longo do trajeto ida e volta só nos enriqueceram. Conhecer Alessandra, Vera, Indarai e tantas outras pessoas inclusive de outras turmas foi um momento precioso. Foi um tempo de aprendizagem e tivemos dificuldade por conta de nossa carga horária de trabalho. Por ser a distância e por não termos experiência falhamos um pouco na organização para estudar e ou formar grupos de estudos que nos auxiliariam ao longo do curso.

Construí um projeto, comprei livros sobre o tema que iria abordar na dissertação e eis que nos 40 minutos do segundo tempo desisto da temática e passou a escrever uma nova história.

Em 2018 o CPMFPO aderiu e implantou o Novo Ensino Médio e o nosso engajamento a proposta rendeu um convite para integrar a equipe de articulação da escola. Proposta feita, convite aceito. E desde então estamos na correria em busca de conhecimentos sobre o NEM. Embora nosso respaldo maior seja a BNCC ela não nos oferta subsídios necessários para nos instrumentalizar e nos orientar principalmente nas disciplinas de prática e pesquisa dos itinerários formativos. E justamente por estar inserida, desenvolvendo este trabalho, participando desse projeto piloto foi o que me motivou a escolher o tema desse estudo.

Em 2019 resolvi que iria fazer uma nova graduação. Antes de escolher a instituição pesquisei a grade curricular e no fim optei em fazer a segunda Licenciatura em Pedagogia na modalidade de educação a distância. Ao contrário do que muitos pensam, estudar a distância requer organização, disciplina e muito estudo. A bagagem acumulada ao longo desses anos de exercício docente me ajudou bastante ao longo do curso. Realizei dois estágios supervisionados sendo o primeiro na educação infantil e outro no ensino fundamental. Escrevi o trabalho de Conclusão de curso que foi aprovado e falta apenas apresentá-lo. Neste ano também recebi um convite para realizar uma formação sobre a BNCC para os professores do município. Foi a minha primeira vez como palestrante. Fiquei nervosa, mas no fim deu tudo certo. Nesse meio também tive a oportunidade de trabalhar com os alunos da UNILAB através do PIBID e pude pela primeira vez receber um estagiário. Foi uma experiência maravilhosa.

Motivação da Pesquisa

O interesse a respeito da temática surgiu devido a necessidade de discutir a instrumentalização docente após a implantação e execução do Novo Ensino Médio no ano de 2018. A formação continuada permite que os docentes obtenham conhecimento, compartilhem os saberes e realizem reflexões críticas.

Justificativa, Problemática, Objetivos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 2017 propôs algumas modificações na estrutura e currículo do Novo Ensino Médio instigando a comunidade educacional a debaterem sobre essas mudanças uma vez que já existiam discussões acerca da necessidade de alterações para que o segundo grau e o ensino médio atendesse as demandas da atual sociedade.

Recentemente os debates em torno do ensino médio foram retomados além da implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) contendo uma reforma para o ensino médio E neste bojo para atender as demandas apresentadas para a adequação da BNCC aponta-se a relevância da formação continuada docente para atender o Novo Ensino Médio.

Ao abordar a temática da formação continuada em serviço do professor para o Novo Ensino Médio necessariamente adentraremos em sua função, os procedimentos formativos, o desenvolvimento do profissional e por consequência as

práticas pedagógicas (MARIN, 2005). O assunto da formação continuada tem se mostrado tão relevante que passou a ser alvo de políticas públicas educacionais e despertou o interesse de diversos autores como Paulo Freire, Vera Candau, Francisco Imbernón, Selma Garrido Pimenta, Bernadete Gatti entre outros

Todos esses estudiosos e especialistas nas diversas áreas de conhecimento do seguimento educacional vêm se debruçando sobre a temática formação continuada docente e produzindo inúmeras obras com múltiplos olhares nos últimos vinte cinco anos. As discussões dos autores citados e de outros que serão apresentando no decorrer desta pesquisa têm contribuído de forma significativa para uma reflexão e um olhar diferenciado em torno da formação continuada em serviço para o professor e ainda oferecem as mais diversas possibilidades.

Diante destas concepções justifica-se esta investigação para compreender os entraves para uma formação continuada e em serviço dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio.

A formação continuada em serviço para o professor do Novo Ensino Médio é de grande relevância para a melhoria da práxis pedagógica docente, mas alguns autores abordam que a formação continuada como complementação da formação inicial do professor é insuficiente e por isso defendem a reforma do currículo dos cursos de licenciaturas por parte das universidades (GASPARIAN, 2011). Para discutir essas questões esta pesquisa apresenta a seguinte problemática: Como a formação continuada pode auxiliar os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho na superação dos desafios impostos pelo Novo Ensino Médio?

Como resposta a essa problemática apresenta-se as seguintes hipóteses: a formação continuada para professores contribui para a melhoria da qualidade de ensino; permite que o docente tenha acesso a outras formas de conhecimentos; oferece condições do docente conhecer e discutir novas metodologias e por consequência a renovação de sua prática em sala de aula; e auxilia a superar os inúmeros desafios trazidos pela modalidade do Novo Ensino Médio

A política educacional para a formação docente e os princípios norteadores que regem a educação brasileira é explicitada pela Constituição Federal em especial os artigos 205 a 214. Do mesmo modo seguindo o que rege a carta Magna a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação faz evidências sobre questões norteadoras da educação brasileira em seus artigos 13, 14, 61, 67 e 87. A formação continuada é um direito do docente inclusive expresso e registrado legalmente conforme destaca a LDB nos seguintes artigos:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho. Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistérios, nos termos das normas de cada sistema de ensino (BRASIL, 2017).

Esses dois documentos explicitam teoricamente em seus artigos a importância da formação continuada para o professor, e na prática tem sido realizado alguns esforços por meio das políticas públicas de formação de professores implantadas em 2009.

O objetivo geral da investigação é compreender os entraves para uma formação continuada e em serviço dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio. E os objetivos específicos são: refletir sobre a Política Educacional Brasileira e os Dispositivos Legais da Educação: Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal (C.F); discutir sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação: expectativas e possibilidades diante da reforma do Novo Ensino Médio (NEM); discutir sobre a importância da formação continuada e em serviço como possibilidade da valorização do profissional da educação; analisar os impactos nas escolas que não oferecem a formação continuada e em serviço na qualidade do ensino oferecido; e apresentar ações a partir do compartilhamento de práticas exitosas para viabilidade da formação continuada e em serviço.

Vale destacar que a formação continuada precisa ser concebida não apenas como forma de melhoria da qualidade de ensino, mas também como valorização do

professor; ampliação dos conhecimentos; forma de agregar saberes e reflexão sobre a sua ação implicando na reavaliação da prática pedagógica.

Estrutura do Trabalho

Com a proposta de discutir e sobre compreender os entraves para uma formação continuada e em serviço dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho este trabalho esta estruturado em quatro capítulo apresentados a seguir:

CAPÍTULO I - TRILHANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO com abordagens sobre a história da educação; a política educacional brasileira; a política de formação docente; e os dispositivos legais da educação. Para que compreendamos melhor o cenário educacional nacional é preciso conhecer um pouco da história da educação brasileira, todo seu engendramento social, a estrutura do qual o sistema educacional faz parte e no qual se insere as políticas públicas.

CAPÍTULO II - A BNCC E A FORMAÇÃO: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO com abordagens sobre o novo ensino médio e os itinerários formativos; a escola e o currículo: entraves e expectativas; o professor que a escola tem e o professor que o Novo Ensino Médio quer; e as tecnologias educacionais. A Base Nacional Curricular Comum no sistema de ensino brasileiro BNCC consolida-se como um importante documento norteador de ações voltadas para a educação nacional e instrumento de pesquisa e estudo para os apaixonados pela educação e docência.

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO CONTINUADA À SERVIÇO DO PROFESSOR com abordagens sobre a escola como espaço de formação; a formação continuada e em serviço; a formação continuada para o professor; a atividade complementar como alternativa para formação; e a valorização e prática docente. Ao tratar a respeito da formação continuada é preciso antes de qualquer coisa compreender e ao mesmo tempo refletir sobre a escola, sua importância e papel social.

CAPITULO IV – MEDODOLOGIA com abordagens sobre o tipo da pesquisa, a instrumentos utilizados, a epistemologia, natureza. E por fim a análise dos dados coletadas exibidas em forma de gráficos comentados.

CAPÍTULO I - TRILHANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo discute sobre a História da Educação e Políticas Educacionais destacando a Política de Formação Docente e os Dispositivos Legais da Educação. Ao refletir sobre a história da educação do país percebe-se que apesar das políticas públicas, e de leis que as normatizam e de várias reformas O ensino educacional apesar continuava o mesmo privilegiando a poucos em detrimento de muitos e essa diferença tornava-se cada vez mais evidente passando a ser questionados pelos idealistas republicanos que ambicionavam por um novo país.

1.1 História da Educação Brasileira

A história da educação brasileira durante o período colonial, século XVI enleia-se com a própria história do Brasil. Após a chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, os jesuítas tiveram a incumbência de ‘domesticar os selvagens’ implantando o processo de catequização aos índios sempre considerando os interesses da metrópole portuguesa, e “a organização escolar na Colônia esta, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (RIBEIRO, 1998, p.18).

Os propósitos políticos da metrópole foram mantidos durante toda era colonial, no qual a educação ficou concentrada exclusivamente nas mãos dos jesuítas restringindo-se àqueles que tinham poder aquisitivo e posição social. Optou-se também na manutenção das crenças de que a educação não era conveniente para os menos favorecidos e o fato de serem pobres não lhes dava esse direito.

Ressalta-se que a maioria da sociedade neste período colonial era composta por indivíduos distintos (índios, negros e poucos brancos e mestiços) classificados e enquadrados socialmente como pobres e que, portanto, deveriam se conformar com a posição de servo e ou escravo e o seu destino relegado à mera mão de obra, Cabendo-lhes apenas trabalhar, pois “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequisados” (RIBEIRO, 1998, p. 23). O povo negro, os indígenas e a todos aqueles que não faziam parte dos altos extratos da sociedade (pequena nobreza e seus descendentes) estavam excluídos da educação.

Com o desenvolvimento da colônia os jesuítas começaram a vislumbrar um sistema de ensino que tinha como público alvo a pseudo elite brasileira, ou seja, os filhos abastados dos colonizadores. Em pouco tempo a ideia saiu do papel e tornou-se real. A companhia de Jesus instituiu um sistema de ensino organizado bem próxima aos que funcionavam na metrópole, pois “do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão de obra” (RIBEIRO, 1998, p.23-24).

O plano básico de estudo denominado ‘de Nóbrega’ compreendia o aprendizado do português, da doutrina cristã, canto e música e por fim aprendizagem profissional, agrícola, o estudo da gramática latina, o ensino secundário e o superior, e “os jesuítas, portanto, assumiram a educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos africanos” (PILETTI, 2018, p.71).

As instituições de ensino administradas pela Companhia de Jesus seguiam normas estipuladas pela *Ratio Studiorum*¹ escrito por Inácio de Loyola. Este plano de estudo mais completo possibilitava que a elite não precisava sair do país para iniciar seus estudos, pois, os jesuítas ofereciam uma educação de qualidade e com base nos padrões europeus. Por mais de dois séculos a companhia de Jesus foi responsável em proporcionar a educação à sociedade, ou seja,

Além das aulas elementares de ler e escrever, eram ofertados três cursos: o de Letras Humanas e o de Filosofia e Ciências, considerados de nível secundário, e o curso de Teologia e Ciências sagradas de nível superior e destinadas principalmente à formação de padres (PILETTI, 2018, p. 71).

O fim do apogeu da era jesuítica chega ao final no ano 1759 no país por meio de medidas que objetivam centralizar a posse, o comando da colônia, o primeiro ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho mais conhecido por Marquês de Pombal, abole o sistema de capitanias hereditárias e eleva o Brasil à categoria de vice-reinado transferindo a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Assim, expulsa a congregação jesuítica, confisca todos os bens da companhia de todas as colônias governada por Portugal. O motivo do desentendimento teria sido a questão dos jesuítas resistirem a influência do governo português, mas:

¹ Espécie de coletânea privada, fundamentada em experiências acontecidas no Colégio Romano e adicionada a observações pedagógicas de diversos outros colégios, que busca instruir rapidamente todo jesuíta docente sobre a natureza, a extensão e as obrigações do seu cargo.

Estabelece dois aspectos que justificaria o fato de ela ser um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil – razão de estado invocada na época por que: a) era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvida ao governo; b) educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país RIBEIRO (1998, p. 33).

Observa-se que com a saída da Companhia de Jesus das colônias controladas por Portugal, a educação sofreu um grande golpe e teve sua estrutura pedagógica comprometida. A metrópole assume os direcionamentos educacionais. Assim o ensino mostra-se comprometido uma vez que perde a qualidade e junto com ele os professores experientes que foram prontamente substituídos por aqueles que os próprios jesuítas haviam formados e que tiveram a incumbência de dar continuidade ao processo de pedagógico-educativo e para agravar esse quadro, os professores eram geralmente de baixo nível, porque improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos jesuítas, cujo preparo chegava ao requinte (PILETTI, 2018, p.75).

Nota-se que as medidas tomadas pelo então Marquês foram de caráter político-econômico, uma tentativa de centralizar o governo e recuperar a economia, já que a metrópole atravessava um momento difícil. A educação era um monopólio explorado unicamente pela companhia de Jesus e bastante rentável e que, portanto, neste momento difícil vivenciado pela metrópole deveria retornar as mãos governo, pois “era necessário tirar o maior proveito possível da colônia. Era necessária uma mais intensa fiscalização das atividades aqui desenvolvidas” (RIBEIRO, 1998, p.30).

Após o estabelecimento da família real portuguesa no Brasil, a educação ganhou um novo impulso e o ensino superior destinado à elite conferindo-lhes ainda mais status, para isso:

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 2018, p. 99).

Fundou-se o ensino recíproco também conhecido como método Lancaster. O método consistia no treinamento de um aluno chamado de ‘decurião’ cuja missão era de ensinar a mais dez alunos que agora compunham a chamada decúria e dessa forma haveria uma diminuição do número de professores. A qualidade de ensino foi dispensada mais uma vez sem menor cerimônia. O artigo 179 da Constituição Brasileira, promulgada em 1824 no parágrafo XXXII, estabelecia que “a

instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824, [s.p]). Mesmo sendo gratuito e direito de todos, a educação continuava sendo exclusiva da elite. Assim, a lei de 15 de outubro datada do ano de 1827 foi criada e determinava que houvesse a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para as meninas.

Após este decreto ocorreu à descentralização do ensino educacional isso foi possível graças ao ato adicional de 1834 e a constituição de 1891. Porém a descentralização não ocorreu da mesma forma e condições. O Estado descumpriu com o estabelecido ao não ofertar o suporte necessário e condições para as províncias na época. Da mesma forma não oportunizou a concepção de uma rede educacional organizada. Além disso, essa descentralização colaborou ainda mais para exclusão e descaso da educação pública. Por outro lado, a descentralização fomentou o surgimento da iniciativa privada de educação com cursos secundário e superior que, é claro frequentada por aqueles que podiam pagar por ele.

Enquanto isso a educação pública frequentada pela sociedade com menor poder financeiro funcionava de forma precária ofertando apenas o primário e profissional de forma a atender os interesses dos sistemas políticos econômicos. Essa descentralização culminou num sistema dualista e classista. A educação continuou sendo utilizada de forma perversa para aumentar ainda mais as desigualdades sociais e acirrar ainda mais as diferenças sociais. O direito de todos foi substituído na teoria e prática pelo direito de alguns.

Na primeira república torna-se perceptível o fato de que temos um sistema educacional brasileiro desigual. Essa situação caótica e desordenada perdurou por um longo tempo e enfim chegou-se à conclusão que carecia de uma nova reforma para ajustar e reordenar o sistema educacional de ensino brasileiro. Criou-se então uma série de reformas a exemplo citam-se as reformas Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa e a Carlos Maximiliano. Nenhuma delas conseguiu melhorar os pontos que careciam de mudanças, pois, era necessário modificar a base, mas, isto não foi feito. A estrutura da educação continuava a mesma limitando-se a pequenas e paliativas reformas.

O ensino educacional apesar de várias reformas continuava o mesmo privilegiando a poucos em detrimento de muitos e essa diferença tornava-se cada

vez mais evidente passando a ser questionados pelos idealistas republicanos que ambicionavam por um novo país. Em resumo na teoria pensou-se na descentralização como estratégia para melhorar a educação quando a responsabilidade por ela fosse dividida entre união e estados. O estado, por exemplo, poderia conceber ideias e implementar mudanças para melhorar os níveis da educação. Na realidade essa decisão só serviu para acentuar e aumentar a desigualdade social que já existia e evidenciar o descaso, o abandono que havia no sistema de ensino voltado para as classes populares e por fim a insatisfação para com o estado que era responsável pelo ensino primário dessa forma:

A educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império”. (ROMANELLI, 2014, p. 44-45)

O Estado de São Paulo, por ser um estado economicamente forte e socialmente consciente do grande número de analfabetos do país saiu em defesa das classes desfavorecidas, pois havia a necessidade de aumentar o número de eleitores. Era preciso alfabetizar, tornar essas pessoas aptas para votar.

A educação brasileira chega ao ano de 1929 ainda com questões sem resposta. Uma crise econômica mundial abate o mundo e é decretada a falência da Bolsa de Valores de Nova Iorque. No Brasil os efeitos da crise atingem de forma certa o estado de São Paulo levando a banca rota os produtores de café. A oligarquia Cafeeira Paulista rompe o acordo com os produtores mineiros e decreta o fim do período conhecido como república café com leite. O ano de 1929 levou o mundo a pensar e refletir sobre várias questões.

O ano de 1930 ainda envolto numa atmosfera incerta trouxe consigo a Revolução de 30 um movimento armado que teve início em Minas Gerais e recebeu o apoio da Paraíba e Rio Grande do Sul e que culminou na deposição do então presidente da República Washington Luís. Realizaram-se eleições presidenciais e o vencedor Júlio Prestes não tomou posse graças a um golpe de estado levando o país a ser comandado pelo gaúcho o Getúlio Vargas.

Nesse contexto turbulento a ideologia pautou muitas discussões que corroboraram para mudanças no cenário educacional brasileiro do qual se criou o Ministério da Educação e as secretarias estaduais através de um decreto de número

19.850 cuja datação é de 11 de abril de 1931. No ano seguinte é lançado o manifesto dos Pioneiros da educação. Neste documento defendia-se a ideia de uma escola única, laica, gratuita e obrigatória ao abordar que:

O manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita (ROMANELLI, 2014, p. 150).

Apresentava um contexto social efervescente e propício para aparição de variadas discussões, debates, e projetos importantes que culminaram na Constituição de 1934. Essa constituição possuía o objetivo de pôr organização no ensino brasileiro e incluiu um dispositivo no qual o governo federal assumiria determinadas atribuições relacionadas à educação, a saber, tais como:

1. A função de integração e planejamento e global da educação; 2. A função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; 3. A função supletiva de estímulo e assistência técnica e 4. A função de controle, supervisão e fiscalização (PILETTI, 2018, p.176-177).

A década de 30 continua efervescente e conflituosa. Muitos são os debates acalorados e reivindicações frutos das conquistas do movimento que se intitulava inovador. Vão sendo enfraquecidos até ser banido em definitivo da Constituição de 1934. Faz-se necessário destacar que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central em relação ao ensino. O ordenamento democrático relativamente alcançado em 1934, quando a lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (GHIRALDELLI JR., 2015, p. 101).

Tal fato ratificou ainda mais as intenções por parte dos governantes os quais não demonstravam empenho em oferecer de fato o que a constituição assegura: uma educação gratuita e de qualidade para toda sociedade. Isso ficou evidente na Constituição de 1937 ao restringir ao ensino profissional a educação para as camadas populares. Chega ao fim do Estado Novo o país retorna ao regime democrático e aos poucos engrena e consolida uma nova constituição. A constituição de 1946 foi apresentada contendo 218 artigos e mais 36 atos das disposições constitucionais transitórias. Nos pontos relacionados a educação a Constituição de 1946 estabeleceu que:

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem; Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as emprêsas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos dêstes;

IV - as emprêsas indústrias e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professôres, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946, [s.p]).

A luta por uma educação igualitária e de qualidade conseguiu uma vitória com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional. Contudo, a despeito da modificação “de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (PILETTI, 1991, p. 99). A vitória dessa conquista ganhou adesão e apoio da população sendo uma luta bastante intensa para garantir uma escola pública e gratuita, enfim uma educação fosse realmente um direito de todos.

O regime ditatorial compreendido entre os anos de (1964-1985) procurou ofertar uma educação a qual expressava muito bem a ideia, que havia quando se pensava na grande maioria da sociedade de poucas posses eles deveriam permanecer ali, limitados e sem possibilidade de avanço por isso um ensino técnico ou profissionalizante bastava e atenderia as exigências do mercado e conseqüentemente das empresas e indústrias instaladas no país. Ao longo de mais de duas décadas (1964-1985) a educação brasileira seguiu as normas e regras do período da ditadura. Os cidadãos proletários continuavam a serem enxergado como mão de obra reduzindo-os a meros objetos de trabalho.

Distante do cenário ideal que seria a democratização e a universalização da educação igualitária para todos nota-se mais uma vez que a prioridade, o privilégio da elite deveria prosperar e avançar por isso optou-se em investir no ensino privado dando-lhes um ensino de qualidade. Tudo isso foi possível graças a promoção da reforma universitária sob a lei nº 5.540/68 que criou e instituiu o vestibular

classificatório, deixando de existir os “excedentes”; Dessa forma as universidades foram enquadradas de acordo com os moldes empresariais. “A organização da universidade em unidades, dificultou a integração e a vida universitária propriamente dita; multiplicaram-se as vagas em escolas superiores particulares; tornou o 2º grau obrigatoriamente profissionalizante” (PILETTI, 2018, p. 209).

Após essas modificações a lei 5.692/71 instituiu e promoveu modificações nos graus de ensino 1 e 2. O 1º grau teve seu tempo alterado para o período de 8 anos e o 2º grau passou a contar com uma formação de 3 a 4 anos em cursos profissionalizantes. Vale ressaltar que essa modificação gerou um aumento significativo no número de matérias obrigatórias que deverá ser cumprida pelo estudante.

Enquanto isso no meado da década de oitenta a educação brasileira progride alcançando assim um novo patamar. Foram realizadas mudanças significativas no contexto educacional de ensino e em nível de política educacional. No ano de 1988 é promulgada a constituição federal brasileira enfim a educação ganha no papel os cuidados merecidos e necessários para atender plenamente ao cidadão. Esse carinho e relação cuidadosa são mencionados por Santos: “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (SANTOS, 1999, p. 31).

Explicitando ainda sobre as mudanças na educação brasileira não poderia deixar de mencionar o capítulo III da Constituição Federal (C.F) intitulado da Educação, da Cultura e do Desporto SEÇÃO I - Da Educação estabelecendo no artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123).

Partindo desse pressuposto estabelecido pelos novos paradigmas da educação podem-se evidenciar os seguintes aspectos estabelecidos pela constituição:

Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Ensino Fundamental obrigatório e gratuito; Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público (ARANHA, 1996, p. 223).

Motivados por toda essa mudança no quesito educacional brasileiro no ano de 1996, surge a Lei 9.394 que estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação. E como a Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) legitima e regulariza o direito primordial a educação o qual deve ser fornecida pelas instituições que zelem e assegurem a qualidade de ensino e contribuindo para que o sujeito tenha uma formação integral.

Além disso, essa formação deve possibilitar que o cidadão desenvolva sua criticidade e que seja conhecedor de seus deveres e direitos com vistas a colaborar para uma sociedade participativa e atuante. Imbuídos do espírito de mudança surge à necessidade de reestruturar o currículo, assim nasce os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Pensando na dimensão brasileira, os PCNs vêm atender as necessidades do atual contexto da sociedade.

Embora o estabelecimento dessas diretrizes que corroboram para um novo contexto educacional considerando o estudante, o contexto no qual se encontra inserido e o principal uma educação de qualidade que legitime a sua cidadania. Apesar de todas as mudanças e evolução da sociedade percebe-se a necessidade de melhorias a começar pelos investimentos necessários e básicos para ter uma educação com qualidade, por que:

Incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política (RODRIGUES, 1991, p. 35).

Ainda sobre a política educacional brasileira merece destaque o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é responsável pela manutenção de uma série de programas que conferem de certa forma um caráter mais autônomo para escola. Com as verbas enviadas pelos programas a escola pode ser usada para investir na escola como forma de melhorar a qualidade e ensino oportunizando ao educando a permanecer na instituição aprimorando seu potencial.

Compreender o processo educacional brasileiro implica em reconhecer a importância da companhia de Jesus durante o período colonial, o período imperial, da primeira república e a partir daqui a educação ganha novos contornos depois da revolução de 1930. Na década de trinta começa a ser delineada e construída a história política da educação brasileira.

1.2 Políticas Educacionais

No primeiro ponto do capítulo um, reflete-se sobre a história da educação construída juntamente com história do nosso país. A incursão pela história da educação oportunizou o entendimento acerca da história do homem ao longo do tempo e sua evolução pode ser percebida na construção do contexto histórico, social, cultural e político bem como a compreender os seus desejos e ou vontades, uma vez que “[...] estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado” (ARANHA, 2006, p.19)

Adentrando o campo político do início da colônia mais precisamente a partir do ano de 1534 com o estabelecimento de fato da companhia de Jesus e o processo educativo pautado na religiosidade e formação humanística. Em 1549, Tomé de Souza é então nomeado pelo rei Dom João III ao cargo de governador geral do Brasil. Assim deu-se início ao processo educativo pelas mãos dos jesuítas onde se pretendia inicialmente a catequese devidamente orientada pelos princípios expressos pelos regimentos – as cartas régias o qual:

Pode-se considerar que o primeiro documento de política educacional que vigorou no Brasil foram os “regimentos” de D. João III, editados em dezembro de 1548 para orientar as ações do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, que aqui chegou em 1549 (SAVIANI, 2008, p.7-16).

Discorrer sobre política é uma tarefa que engloba vários elementos distintos e que se complementam entendendo a sociedade e os atores envolvidos neste processo educativo. De acordo com a língua latina o vocábulo sociedade origina-se da palavra *societas* que denota associação com outros. Por sociedade pode-se depreender que é um conjunto de indivíduos que tem interesses comuns, porém apresentam ideias, valores, recursos de poder, ideais diferenciados e ou diversificados (WIKIPÉDIA, 2020).

O que caracteriza a sociedade é a diferença social. É justamente esse traço diferencial e essencial que permite que as pessoas contribuam das mais diferentes formas para a coletividade. Por serem indivíduos múltiplos e específicos ao mesmo tempo podem ofertar serviços que atendam as demandas por conta das suas aptidões e capacidades. Essa particularidade na diferenciação torna a vida em sociedade estimulante, mas muitas vezes complicada.

A complexidade da vida em sociedade desperta o sentido de cooperação, de competição que culmina muitas vezes no conflito. É do conflito que surge a política. Ao analisarmos a cooperação logo nos remete a ações realizadas em conjunto com outros indivíduos e essa ação leva a competição uma forma de interação social no qual disputa-se algo que gera conflito que são violências, tensões e ou choques quando se busca algo almejado por muitos. A gestão desses conflitos resulta na coerção e na própria política, pois “política é a resolução pacífica para os conflitos”. (SCHMITTER, 1984, p.34).

Essa conceituação pode ser vista e considerada por muitos estudiosos sobre a temática em questão como algo simples e ao mesmo tempo extenso. Por outro lado “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relação de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1998, [s.p.]). Pode-se compreender que o significado assumido pela palavra política liga-se a atividade política, são atos o qual tem como objetivo a solução pacífica dos conflitos.

Por outro lado, as políticas públicas são consequências das ações políticas a qual pode ser entendida como formulações de pareceres e tomada de deliberações. Assim sendo, embora a política pública possa entendida como uma decisão política isso não significa que esta ação corrobore para a construção de uma política pública. Entende-se que “as políticas públicas constituem-se em um campo da ciência política. Seu objeto de estudo é a ação dos governos, busca entender como e porque os governos adotam determinadas ações” (SOUZA, 2006 20-45).

As políticas públicas podem ser conceituadas “como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (MEAD, 1995)”. Ou ainda “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERS, 1986).

Seguindo os arquétipos inspirados nos regimes democráticos europeus e teorias pedagógicas criaram-se Universidades nos grandes centros urbanos que se mantiveram inacessíveis e distantes da maior parte da sociedade. Foram necessárias muitas décadas para que uma parte significativa da sociedade tivesse acesso ao ensino superior inicialmente em cursos que não eram de interesse da

elite. Analisando as políticas educacionais brasileiras ao longo do tempo considerando a época do Brasil como colônia de Portugal, no império e na república percebe-se que as escolhas feitas na maioria das vezes foram rudimentares e inconsistentes, pois não consideravam as particularidades das múltiplas realidades as quais a educação do nosso país apresenta.

Na história da educação, o Brasil viveu mergulhado por quase trezentos anos numa escuridão no que concerne a educação visto que a educação gerenciada pelos Jesuítas não era para todos e apesar de alguns movimentos realizados pela incipiente sociedade brasileira ao reivindicar esse direito era rechaçada pelo colonizador. Por isso, poucos estudiosos afirmam a existência de uma política educacional nesse período. Na verdade, não vimos uma preocupação de fatos para com uma política pública da educação mesmo no período imperial.

Com a promulgação da Constituição em 1824 a educação dá um pequeno passo ao conceder a instalação das escolas de primeiras letras. As duas primeiras décadas do século XX foram fundamentais para a construção de uma política educacional que só veio se efetivar um pouco mais a frente. Impulsionada pelos militantes da escola nova e outros intelectuais a exemplo de Anísio Teixeira, Lançou-se o Manifesto dos pioneiros da educação, Manifesto dos educadores e tantas outras lutas travadas para que a educação alcançasse a todos. Construiu-se a Leis de Diretrizes e Bases da Educação, foi implantado o ensino de primeiro e segundo graus.

A educação nos anos oitenta como não poderia ser diferente foi marcada por muitas lutas empreendidas pelos movimentos sociais liderados por várias frentes sindicais, associações e categorias profissionais que exigiam melhores salários, condições de trabalho, formação profissional e escolas.

O papel da educação torna-se mais evidente bem como as teorias na qual se basearam a educação. É hora de mudança de transformar o pensamento em ação. As políticas educacionais viraram temáticas das conferências, simpósios e fóruns nos quais as questões que envolvem a educação passaram a ser tratadas e discutidas pelos profissionais e estudiosos do campo educacional. Todos os embates empreendidos na década de oitenta fundamentaram as bases e tornaram-se decisórios para a atualização da nova Constituição Federal de 1988 e da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para estarem em consonância com os novos tempos e a nova realidade social.

Para compreender melhor o cenário educacional nacional é preciso entender todo seu engendramento social no qual essa trama foi gerada, sua estrutura do qual o sistema educacional faz parte e no qual se insere as políticas públicas. Entretanto, a disposição organizacional da educação carece ser compreendida com um elemento integrante e integrador do aparelho social do qual a educação pertence.

O conhecimento é um ingrediente importante para vencer os desafios impostos por anos de negligência educacional com vistas a garantir o direito à educação, a escolarização basilar dos sujeitos. O Ingresso ao espaço e ou ao mundo educacional de hoje ainda é bastante concorrido e ao mesmo tempo excludente. Por isso é preciso conhecer, tratar e fazer com que esse direito seja acessível a todos.

Entender a importância que o conhecimento tem para a vida do cidadão com vistas a consentir o seu ingresso à escola, lugar no qual se exercita a cidadania e encontram-se inseridas as práticas sociais e o mundo do trabalho. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação constituem documentos de consultas permanentes, pois nos outorgam a contemplação do sistema de ensino brasileiro e acessar os princípios e diretrizes do sistema.

1.2.1 Política de Formação Docente

O debate em torno da importância da Formação do professor não é novidade, porém nas últimas décadas tornou-se mais evidente por conta de vários eventos os quais se discutiam a formação dos docentes e que se desdobrou em vários escritos e pesquisas sobre a temática. As transformações ocorridas no mundo de uma forma geral e de forma particular tem afetado diretamente a sociedade brasileira nas quatro últimas décadas e tem colocado a profissão professor e a prática docente em cheque, ao atribuir a este profissional a culpabilidade e ou fracasso do processo educativo e, portanto, a qualidade de ensino.

A questão é que após a Constituição Cidadã de 1988 e a atualização da Lei de diretrizes e Bases da educação em 1996, este assunto ganhou relevância e passando a ser discutido pelos mais variados seguimentos e estudiosos da temática.

Ao logo dessas discussões, os catedráticos e as instâncias que possuem apreço pela educação e pelo tema foram se dando conta de que havia ainda muitas brechas e ou espaços que ainda careciam de estudo e investigação e que precisavam preenchê-los.

Além desses estudos variados realizados sobre a formação do professor do qual resultaram documentos, portarias, decretos que avalizaram planos, programas e projetos relacionados à educação. Não podemos deixar de mencionar os investimentos realizados pelas esferas governamentais com o objetivo da melhoria na qualidade de ensino por isso, “a formação de professores é não só uma demanda não esgotada, mas também segue como grande desafio, principalmente quando se focalizam os avanços ou não das políticas públicas implantadas” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001; GATTI, 2008; GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, MONTANDON, 2012).

As políticas públicas educacionais passam a existir como forma de suplantar as necessidades e configurações do atual cenário social e educacional. Objetivando garantir a qualidade no ensino por meio de formação de professores, surge a lei 11.502/2007. Sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a formação docente alcançaria os professores em efetivo exercício nas diversas unidades escolares espalhadas pela unidade federativa brasileira. Essa oferta de formação visa à expansão do ensino superior e conseqüentemente uma melhora na qualidade de ensino.

A expansão do Ensino superior ganha impulso a partir do ano dois mil e surgem instituições superiores de ensino públicos e privados em todo país. As instituições de ensino privado abriram os olhos para esta mercadoria/produto (educação-ensino) que apresenta uma grande demanda que precisava ser atendida isso sem contar que é um mercado bastante lucrativo, uma vez que a sociedade o concebe como produto de primeira necessidade.

As lides educativas são inúmeras como muitas foram às modificações na política, economia, sociedade e cultura. Para prover as demandas pensou-se numa política pública que além de responder os atuais anseios sociais e também atenderia as exigências econômicas e políticas. Sendo assim, o professor peça de fundamental importância na construção do processo educativo. Entendeu-se que

para se ter uma qualidade razoável no ensino ministrado nas escolas era preciso dotar aquele que constrói e conduz todo processo: O Professor.

Para equacionar o problema da qualidade de ensino do sistema educacional brasileiro resolve-se investir no docente por meio de ações originárias de políticas públicas com vistas a formação docente e através da formação inicial, continuada e em serviço às quais incidirá na qualidade de ensino desejada como resultado final da ampliação de saberes e conhecimentos que serão colocados em práticas no ambiente escolar e na formação dos sujeitos.

Diante do que foi dito anteriormente partiu-se para concretizar a proposta de expansão da formação ampliando a oferta de cursos nas universidades e Instituições Federais, programas, projetos firmado com as diversas instituições de ensino superiores brasileiras. É primordial que este demonstre domínio e competência em sua área tornado perceptível ações de valorização e reconhecimento garantidos por leis apresentado no Quadro 1 ao docente e ao profissional que no dia a dia conduz o processo educativo.

Quadro 1 - Ações de Valorização e Reconhecimento Garantidos por Leis

LEGILAÇÃO	AÇÕES DE VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO
A Constituição Federal de 1988, capítulo III, Artigo 206 no inciso V,	Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu Título VI - Dos Profissionais da Educação no artigo 62 explicita sobre	A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Fonte: Elaborado pela autora/2020

Essa valorização e formação docente diz respeito também a uma capacitação que instrumentalize o professor a fim de desenvolver um trabalho que colabore para a melhoria do ensino ministrado. Analisando o papel desempenhado pelo ministério da educação e Cultura possam considerá-lo proativos ao propor a formação para os docentes, ao estimular e conceder o aval para que ela se concretizasse.

Esse esforço teve como consequência a Política Nacional de Formação de profissionais de Magistério da educação básica. Apesar de todos os esforços realizados a estrada é longa e muitos são os desafios a serem vencidos se quisermos uma educação de qualidade. É preciso que tenhamos escolas com uma boa infraestrutura, com os aparatos pedagógicos necessários e acessíveis a todos que fazem parte do processo.

A carreira e ofício de professor são fundamentados pelas várias teorias e concepções pedagógicas resultantes dos mais variados diálogos entre os estudiosos em épocas distintas. Assim, a docência é motivada por elas é especialmente caracterizada por reflexões, diálogos os quais se completam ao julgar e reconsiderar a nossa prática pedagógica. A teoria e a prática dialogam diariamente de forma dinâmica e complementar no fazer e agir pedagógico. Dessa forma A grande certeza que se tem até aqui é que a educação neste país carecia e carece de mudanças.

A História da educação no Brasil nos mostrou até aqui que as políticas públicas no âmbito educacional têm muitos desafios no que concerne o direito a educação. Embora tenha-se suporte legal justificado por exemplo pela constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tantos outros dispositivos que legitimam o direito a educação há um apartamento entre a ideia e a práxis.

1.3 Dispositivos Legais

A educação brasileira desde o seu início é amparada por leis a exemplo das cartas régias normatizadas por Dom João III rei de Portugal que orientava os atos na nova colônia. Essas leis dispõem sobre seu funcionamento, organização e recursos para sua manutenção a exemplo da redizima.

A primeira constituição do Brasil é normatizada em 1824 por Dom Pedro I. No Título 8º cujo título é: das disposições gerais e garantias de direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros. No artigo 179, nos XXXII estabelece A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. E no XXXIII dispõe sobre Colégios, e Universidades, aonde serão ensinadas os elementos das Ciências, Belas Letras, e Artes. Começa a entender a importância da educação e prescrevendo a instrução primária e sem custo para todos os cidadãos e sinaliza onde esses estudos devem ocorrer e o que deve ser ministrado.

Após a proclamação da república em 15 de novembro de 1889 a constituição brasileira passa por um ajuste no ano de 1891. Na seção II – declaração de direitos, a educação é mencionada no artigo 72 inciso 6º no qual normatiza como deve ser o ensino: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”.

Nos anos de 1930 a educação passa a ser vista como algo necessário para essa nova ordem econômica e política implantada no país. As indústrias se instalam no país e tal fato suscita necessidades que precisam ser atendidas de forma imediata a exemplo da mão de obra qualificada para lidar com a tecnologia da época. Esse progresso econômico fez surgir uma nova classe de trabalhadores que precisavam ter sua atividade trabalhista regulamentada. Daí surge a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e a Constituição Federal de 1934 tratou de legitimá-lo no Título V, Capítulo II intitulado da educação e da cultura no artigo 149 no qual versa que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p.138).

Para acompanhar o desenvolvimento da sociedade brasileira e dar conta dos anseios sociais a constituição passa por uma nova atualização no ano de 1946. Os dispositivos sobre a educação encontram-se no Título VI, Capítulo II sob o título: da educação e da cultura. Que ganhou uma nova redação no artigo 166 abordando que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946, p.88).

Outrossim, dispõe acerca do ensino público e privado, estabelece os princípios que o ensino deve seguir. Dispõe sobre como deve ser organizado o ensino bem como a aplicação dos recursos na educação por parte dos entes federais estaduais e municipais. E por fim traz uma novidade para as indústrias e intuições agrícolas e comerciais que possuam mais de cem trabalhadores devem ofertar aos seus trabalhadores ensino primário gratuito.

Em 1967 a Carta magna passa por outra reformulação e a educação passa agora a figurar sob o Título IV, Da família, da educação e da cultura no Artigo 168 que diz “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos

ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967, p.132). Este título dispõe sobre a família, a educação e a cultura. Nesse contexto diversificado dos pontos de vista político, econômico, social e cultural como forma de confirmar o que está expresso na carta magna, bem como assegurar e garantir o direito a educação é que surge a Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira no ano de 1961.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024/61 foi regulamentada em 1961 e conforme as necessidades e modernização da sociedade ela foi sendo revista e atualizada sendo a primeira atualização em 1971 e outra em 1996. A lei de 1961 nasceu após muitos embates entre partidos políticos de direita, centro e esquerda.

O assunto referente ao direito à educação é apoiado por uma parcela da sociedade, por partidos políticos embora cada parte tenha um olhar distinto sobre a questão. Os esquerdistas propõem que somente o estado deveria educar e o ensino ofertado pelas escolas privadas precisam ser assentidas e fiscalizadas pelo Estado. A educação pública outorgada pelo Estado deveria preparar os educandos para o bem comum de toda sociedade. Já as bancadas de Centro e de direita defendiam que todo cidadão já nasce com direito a educação e, portanto, cabendo ao Estado o devido respeito. Como promotor da educação o Estado deve estabelecer normatizações para o sistema de ensino educacional brasileiro e avalizar o ingresso à escola.

Esta primeira versão da lei concedeu mais autonomia para os órgãos educacionais por estado e ainda ajustou a regulamentação dos conselhos estaduais além de tornar a matrícula obrigatória a partir dos 4 anos de idade no ensino primário. Designou a formação do catedrático para o ensino primário e médio entre outras medidas.

A Lei 5.692/71 substituiu a lei anterior e atualizou as orientações para a instrução de primeiro e segundo graus com o objetivo de aumentar as inclinações preparando-o e qualificando-o para o mercado de trabalho e o exercício consciente da cidadania. Além disso, esta lei também traz as seguintes alterações:

Prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 4); Inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo (art. 7); Ano letivo de, no mínimo, 180 dias e 90 dias de trabalho escolar efetivo (art. 11); Ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14

anos (art. 20); Educação a distância como possível modalidade do ensino supletivo (art. 25); Formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, em habilitação específica no 2º grau (art. 30 e 77); Formação preferencial do professor para o ensino de 1º e 2º grau em curso de nível superior ao nível de graduação (art. 30 e 77); Formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós-graduação (art. 33); Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79); Os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com educação, não prevê dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59); Progressiva substituição do ensino de 2º grau gratuito por sistema de bolsas com restituição (art. 63); Permite o ensino experimental (art. 64); Pagamento por habilitação (art. 39) (BRASIL, 1971, [s.p])

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 chega para substituir as versões anteriores por ser consideradas ultrapassadas para o atual contexto social. Essa lei tem como base legal os princípios estipulados pela Constituição Federal de 1988, a qual estabelece que o direito universal a educação e para todos. Acrescentou a creche, pré-escola e educação infantil como parte da educação básica, pois:

A lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional resultou de uma intensa luta parlamentar e extra-parlamentar. Entidades da sociedade, com interesses diversos, porém convergentes em relação à defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em diversos momentos, criando versões de uma LDB de seu agrado. Todavia, a LDB resultante não foi esta, mas uma mistura entre o projeto que ouviu os setores da população e o projeto do Senador Darcy ribeiro, de certo modo mais afinado com o governo e com os interesses dos empresários do ensino. É claro que, neste caso, há de se notar que a influencia do segundo projeto sobre o primeiro foi preponderante (GHIRALDELLI, 2001, p.170).

Essa lei 9.394 conhecida como lei Darcy Ribeiro passa a deliberar e normatizar a forma de como deve ser organizada a educação brasileira cujo alicerce e fundamento são inspirados nos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal Brasileira de 1988 dispõe, ratifica e justifica a necessidade da universalização da instrução brasileira. O artigo 205 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.123[]).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) concede um olhar diferenciado sobre a educação a fim de compreendê-la e perceber como a sociedade a concebe. A educação é vista em sua totalidade perpassando pelos processos formativos e instâncias nas quais se desenvolve. O processo formativo do discente deve ocorrer em instituições apropriadas de ensino e a sua formação deve estar ligada ao mundo do trabalho e exercício da vida social. Por ser a educação objeto fundamental para o

desenvolvimento humano todos são responsáveis e devem colaborar para que esse direito se efetive na prática.

Alguns pontos merecem destaques como a gerência democrática do ensino público; A educação torna-se obrigatória e gratuita a partir dos 4 anos de idade; Alteração da carga horária que passa para oitocentas horas distribuídas em duzentos dias letivos; prevê o núcleo comum e a parte diversificada; A formação docente profissional com ensino superior para lecionar na educação básica e ou formação em curso normal (antigo magistério) e ainda inclui a formação dos especialistas em educação. Por fim trata dos recursos financeiros a serem aplicadas pela união em torno dos 18% enquanto os estados e municípios devem investir 25% do orçamento para manutenção e desenvolvimento do ensino público; estabelece a criação do Plano Nacional de Educação.

Todas essas instituições citadas no parágrafo anterior são responsáveis pela formação do discente e esta deve incentivar as práticas humanísticas uma vez que todos nós compomos e vivemos em uma sociedade. Nós estamos inseridos em uma sociedade e devemos contribuir para melhorá-la isso vem com o exercício da cidadania. A cidadania experimentada de forma constante nos leva a aquisição de saberes, a uma formação integrada do ser humano.

O título II dos Princípios e fins da educação no artigo 3 ressalta uma preocupação para que os sujeitos tenham acesso à escola e que também possam permanecer nela e concluir aquela etapa. Só que o acesso e permanência implicam em se ter políticas públicas educacionais voltadas para os indivíduos dando-lhes a igualdade de oportunidade de acesso e conseqüentemente de permanência visto que o nosso país é grande em extensão territorial e, portanto, cada região tem particularidades que dificultam o acesso e permanência do cidadão nestes estabelecimentos.

Para que a educação se efetive na prática é necessário que eu garanta que o indivíduo acesse este direito e que crie condições que favoreçam a permanência na escola. Enfim, foram criados uma série de programas para que auxiliassem os indivíduos e de certa forma que garantisse que ele permanecesse na escola dentre ele podemos citar o Programa Bolsa Família e tantos outros que surgiram após este.

Efetivar a matrícula é importante, é o primeiro passo, mas preciso garantir a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), um espaço com infraestrutura adequada e com acessibilidade para atender aqueles que têm outras necessidades e que convivem no mesmo espaço e por fim o transporte - Programa Nacional de apoio ao Transporte escolar (PNATE) para que todos os estudantes cheguem à escola. Além disso, tem-se uma cadeia de outros programas a exemplo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que garantem recursos a escola para investir e fazer aquisições necessárias para que tenhamos uma educação de qualidade com liberdade de ensino alicerçada no projeto político pedagógico que também explicita sobre as concepções pedagógicas daquela instituição.

Nos princípios da educação é possível que se tenha a coexistência do ensino público e privado e assegura ainda sobre a gratuidade de ensino nas instituições oficiais devidamente regularizadas. Há também uma explicitação acerca da valorização dos profissionais de educação e sobre a gestão democrática no ensino público. Sobre a gestão democrática o artigo quatorze traz as normas para este tipo de administração e ainda dispõe sobre a importância da participação dos profissionais de educação e comunidade escolar e local através dos seus (conselhos e colegiados escolares).

Ainda sobre os princípios da educação é mencionado o padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar que é reforçada pelo artigo 38, parágrafo dois. Estabelece sobre o vínculo estabelecido entre a educação escolar ao trabalho e práticas sociais bem como a consideração da diversidade étnica racial sendo está inserida no ano de 2013. E em 2018 foi incluído o décimo terceiro parágrafo que versa acerca do direito à educação e aprendizagem ao longo da vida a qual:

[...] deve considerar a vocação ontológica do homem – vocação de ser sujeito –... e saber que... o homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, e que, ... a partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem, criando, recriando, decidindo, dinamiza este mundo. Contribui com algo do que ele é autor... por esse fato cria cultura (FREIRE, p. 1980:34- 38).

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no título da ‘do direito a educação e do dever de educar’ a educação básica que é constituída pela educação infantil, educação fundamental e o ensino médio. Esta parte apresenta um avanço para

todos no qual é inserido o atendimento educacional especializado gratuito para todos que dele precisarem.

O quarto título dispõe sobre a estruturação da educação nos quais conferem responsabilidades e papéis distintos entre os entes que organizam, normatizam, executam e zelam pelo cumprimento de seus deveres: União, estados, municípios e o distrito federal. Os sistemas de ensino promoverão a efetivação da gestão democrática e acompanharão todo esse processo. Como executores da educação gestores e professores também têm participações ativas nas unidades escolares.

O quinto título discorre sobre os níveis e modalidades escolares da educação infantil ao ensino superior e ainda dispõe sobre a educação especial. O sexto título trata sobre os expertos da educação desde sua formação, exercício efetivo em sala de aula, cursos de atualização e formação continuada, valorização profissional, condições adequadas de trabalho. A LDB no artigo 62 estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2012, p.22)

Este capítulo trata das instituições de nível superior, questões de currículo dos cursos de licenciatura. O sétimo artigo trata dos recursos financeiros que serão destinados e aplicados à educação pela união, estados, municípios e distrito federal objetivando sua manutenção e desenvolvimento. Já o oitavo artigo traz um olhar para educação indígena, garantindo, assegurando que esse direito seja acessado por todos os povos indígenas. O nono artigo é composto pelas disposições transitórias dentre que não figuraram nos artigos anteriores.

Em 2016, no Brasil, houve um golpe de estado através de um impeachment, o qual culminou em transformações políticas que interferiram na sociedade. Nesse contexto desordenado, influenciado por políticas neoliberais pondo em prática por meio de Medida Provisória (MP) nº746, de 2016 que dispõe sobre a reformulação do ensino médio, a qual institui a Política de Fomento de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando a LDB e a lei 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação onde:

Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio. Restringe a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC (BRASIL, 2016, [s.p])

Percebe-se que diante de todas as informações explicitadas até aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou por muitas alterações, mas manteve-se fiel aos princípios constitucionais no que concerne a educação e os deveres do Estado para a educação escolar pública. Observando a história do país, da história da educação, das políticas públicas, e de leis que as normatizam torna-se evidente os conhecimentos advindos do processo educacional é fundamental para que os cidadãos participem de forma ativa da sociedade, agindo com ética, humanidade, dignidade, respeito em prol de um mundo melhor.

Não obstante dos vários esforços para incluir através de políticas públicas educacionais a educação tem sido alvo de praticas exclusórias. A educação como direito de todos numa pátria cujo lema é ordem e progresso a educação vive constantes retrocessos.

CAPÍTULO II - A BNCC E A FORMAÇÃO: EXPECTATIVAS E POSSIBILIDADES DIANTE DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Este capítulo apresenta reflexões sobre o novo ensino médio e os itinerários formativos; discutindo sobre os entraves e expectativas da escola e o currículo; as tecnologias educacionais; e um paralelo entre o professor que a escola tem e o professor que o novo ensino médio quer.

Ao trilhar os caminhos da educação começando pela história da educação brasileira percebe-se que a profissão de professor inicialmente teve como base pressupostos religiosos e políticos. Atualmente os recintos escolares apresentam um contexto sociocultural diversificado e é nesse espaço que os docentes atuam tornando o processo de ensino aprendizagem bastante significativo por isso faz-se necessário à construção de um currículo que represente o espaço no qual estão inseridos.

Existe uma preocupação com a formação dos professores e com a sua prática por conta da atual conjuntura social do país que tem interferindo de forma significativa no contexto escolar. Pois o perfil do professor delineado para atuar no Novo Ensino Médio é o de ter a formação básica desejável em licenciatura na área de atuação.

2.1 O Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos.

A lei 13.415/2017 trouxe modificações para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que diz respeito à estrutura, carga horária mínima e currículo do Novo Ensino Médio. A discussão e debates em torno do ensino médio é antiga passando por várias alterações após a sua instituição. Interessados pela educação, docentes e estudiosos ao longo do tempo sinalizaram a necessidade de modificações para que o segundo grau, o ensino médio atendesse as demandas da atual sociedade.

Recentemente os debates em torno do ensino médio foram retomados e nesses diálogos sugeriu-se uma reforma para o ensino médio na qual seria realizada a construção de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Toda essa discussão resultou na organização de vários eventos pelo país como Seminários, Consultas públicas, e aos municípios coube à tarefa de organização e fomento de propostas curriculares. Nesse mesmo ano houve a instituição da Associação

Brasileira de Currículo (ABdC), e o Ministério da Educação e Cultura tornar pública a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p.7).

A introdução da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no sistema de ensino brasileiro suplantou alguns desafios começando pela igualdade e equidade, estabelecendo condições justas de acesso ao ensino e zelando para que ‘todos’ aqueles que ingressarem no ensino básico da educação concluam esta etapa e que tenham desenvolvidos as competências e habilidades fundamentais para a próxima etapa de ensino. A BNCC, também pode ser definida como:

Um documento normativo que deverá servir como diretriz para a construção dos currículos das redes públicas e particulares de ensino nas instâncias municipais, estaduais e federais para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (CURY, 2018, p.18).

O currículo do Novo Ensino Médio proposto pela BNCC mostra-se bastante flexível e diversificado e vem suplantando o antigo ensino médio. No Novo Ensino Médio o currículo passa a ser formado pela base comum e pelos itinerários formativos ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e formação técnica e profissional.

Além de estabelecer a divisão em itinerários formativos a lei 13.415/2017 dispõe sobre a carga horária mínima para a educação básica e o ensino médio distribuído por duzentos dias letivos. Pode-se garantir que a Base Nacional Curricular comum é uma política de estado e, portanto, mencionada na Constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Esses três dispositivos legais garantem o direito de aprender.

Percebe-se que a BNCC consolida-se como um importante documento norteador de ações voltadas para a educação nacional e instrumento de pesquisa e estudo para os apaixonados pela educação e docência. Na outra ponta encontram-se a escola, os estudantes e a sociedade que serão essenciais para que ela se efetive e torne-se realidade.

Ao optar pela adoção da Base a escola precisa estar ciente do que é necessário para fazê-la acontecer na prática assim isso se converge no primeiro desafio. O próximo desafio é estabelecer um parâmetro educacional (currículo) que esteja de acordo com o que é exigido pela base e com as necessidades da comunidade na qual a escola está localizada e o terceiro passo diz respeito a aquele que irá executá-la: o professor. A escola precisa construir um planejamento detalhado para que a formação subsidie o professor em conhecimentos para que as dificuldades apresentadas ao longo da implantação do Novo Ensino Médio e no decorrer dele. Esses três desafios iniciais podem constituir-se entraves que poderão comprometer todo o processo educativo escolar.

A adoção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) propõe um grande desafio para a unidade escolar que é a concepção de um currículo que preserve as disciplinas fundamentais e em comum a todas as escolas e o desafio maior é a construção de um currículo que traduza a sua identidade e característica e ao mesmo tempo faça com que esse currículo expresse suas alusões, seja atraente, sedutor capaz de despertar o interesse dos estudantes, mas que, sobretudo não se distancie da cultura e realidade social daquela comunidade escolar. Por isso também é importante e impreterível que o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja reformulado e adequado às novas necessidades escolar e exigências da proposta do Novo Ensino Médio.

Para que o currículo não incorra em um entrave e que esteja em acordo com o contexto social, com as aspirações dos estudantes, se enquadre nas normas e identidade escolar é preciso ouvir os principais interessados que no caso aqui são os estudantes, conseqüentemente a comunidade. De posse das informações necessárias começa-se a esboçar o currículo por toda equipe escolar. Com esboço pronto é importante retornar a comunidade e estudantes para ver se de fato ele atende os anseios de todos.

É justamente nesse período de discussão que pode-se gerar outros entraves por isso é necessário que alguém assuma o papel de conciliador e aparador das arestas com o intuito de evitar outras possíveis cizânias que podem comprometer todo processo. Ao delinear o currículo é preciso haver definição das propostas, dos conteúdos primordiais de cada série, de cada disciplina os quais serão abordados em sala de aula pelo docente. Espera-se que com essas tomadas de decisões

obtenhamos uma melhora na qualidade de ensino o que de certa forma nos leva a diminuir as desigualdades existentes na escala de aprendizado de cada individuo.

Outro desafio advindo do termo de aceite ao Novo Ensino Médio diz respeito ao professor, neste caso à necessidade da formação continuada para que o docente entenda a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a proposta dessa modalidade de ensino e o perfil do profissional que a colocará em funcionamento. Este profissional precisa dar conta de sua função e ainda desempenhar outras para as quais não foram preparados pela academia. Então o que fazer com este professor? Ele terá que voltar a academia?

A escola ao aderir ao Novo Ensino Médio ela precisa instrumentalizar este profissional para dar conta de uma série de questões que virão com o tempo como, por exemplo, a insatisfação com a escolha do Itinerário que vai implicar no rendimento escolar e em outros problemas emocionais. Questionamentos de conteúdos principalmente com as disciplinas de práticas e pesquisas para as quais o docente não foi preparado pela academia. Vale salientar que grande parte dos docentes não teve a oportunidade de trabalhar com o desenvolvimento de pesquisa ao longo da graduação visto que tal fato como é de conhecimento público restringe-se ao mestrado, doutorado e alguns cursos de graduação (bacharelados).

Ainda sobre as disciplinas de práticas e pesquisa a formação continuada é uma ferramenta real, pois os docentes não estão aparelhados para lidar com essa configuração de ensino inclusive para a produção de conteúdos exigidos para estas disciplinas e sem contar com o uso das tecnologias em sala de aula. Aí incide-se no primeiro desafio concernente a estrutura e aparelhamento da escola.

A BNCC estimula o uso das tecnologias educacionais como uma ferramenta a mais na produção de conhecimento. A quinta competência do referido documento versa justamente para o aspecto de:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.9).

Ressalta-se que apesar da BNCC enfatizar o uso de instrumentos tecnológicos pelo professor em sua aula ela abre precedentes ao não determinar de

forma precisa como essa introdução deve ser realizada. A escola de forma dialógica e colaborativa precisa manifestar-se indicando caminhos possíveis para seu uso de forma no que diz respeito aos conteúdos estipulados pelo currículo escolar. Possibilitando e impulsionando a aprendizagem no fazer pedagógico ao inserir a tecnologia em sala.

A carga horária do professor torna-se pesada para dar conta de uma infinidade de exigências das disciplinas porque além da disciplina de base, o profissional é compelido a contrair outras disciplinas para completar a carga horária. Isso demanda um tempo enorme para pesquisar assuntos, preparar a aula, escolha de materiais para aula, construir atividades.

Ainda tem a Atividade Complementar (A/C) que o professor deve realizar na escola e que muitas vezes se resume a informes, avisos e cobranças ou discussão em torno de algum caso de estudante. Esse tempo das atividades complementares poderia ser utilizado melhor como, por exemplo, uma formação continuada em serviço. Sabe-se e conhece-se a maratona que o profissional enfrenta uma vez que ele não trabalha em uma única escola e não tem só uma turma.

Ainda sobre a formação continuada à diretriz da base enfatiza a competência e habilidade que deve ser exercitada em sala pelo docente em suas aulas e atividades de forma a garantir que este aluno ao final do ano letivo tenha-as desenvolvido com eficiência. A formação é a oportunidade que o professor tem de adquirir conhecimentos e trazê-los a sala de aula. Isso ressignifica sua prática pedagógica, pois:

A competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócias emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p.8).

Entende-se que compete ao docente apropriar-se de todos esses conhecimentos através da formação que saiba orientar e conduzir o processo de forma que esse estudante ao longo de sua jornada escolar procure caminhos e meios para pôr em prática seu projeto de vida. Assim, para que o indivíduo desenvolva e domine o saber fazer ele precisa aprender o fundamental para ter um pensamento crítico, ter empatia pelos demais e por fim saber se comunicar.

A importância da formação continuada para os professores é vital para revisar e revitalizar as práticas pedagógicas já que a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) destaca a importância da formação integral da pessoa, uma vez que:

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p14)

Entende-se que a formação integrada abarca o cognitivo e o sócio emocional. A BNCC determina esses aspectos, o professor é que terá mais essa incumbência de oportunizar o afloramento, o desabrochar sócioemocional de cada indivíduo e, portanto este profissional deve possuir formação e do domínio das ferramentas tecnológicas que por sinal é outro entrave na aplicação da BNCC, pois os docentes em sua maioria ao longo de sua formação acadêmica inicial e ou continuada não foram instrumentalizados e preparados para a lida desses aparatos o que nos conduz a necessidade de atualização das práticas pedagógicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) -LEI N° 13.005/2014 propondo projetar a educação brasileira por um decênio estabeleceu 20 metas que deverão ser cumpridas neste espaço de tempo. Dentre estas metas merecem destaque as apresentadas no Quadro 2 que dizem respeito ao professor:

Quadro 2 – Metas do PNE que Fazem Referência ao Professor

METAS	REFERÊNCIA AO PROFESSOR
Meta 13	Refere-se à titulação dos professores da educação superior, na qual trata de elevar a qualidade da educação por meio da ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto de sistema de educação superior.
Meta 14	Consideram elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
Meta 15	Versa sobre a formação continuada que visa garantir em regime de colaboração entre a união, os Estados, Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE
Meta 16	Trata da formação continuada e pós-graduação de professores. Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE)
Meta 17	Refere-se à valorização dos profissionais das redes públicas da educação básica, a fim de equipara o rendimento médio dos(as)

	demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.
Meta 18	Trata do plano de carreira docente. Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação Básica pública como referencia o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal.

Fonte: Elaborado pela autora/2020

As metas apresentadas asseguram que todos os profissionais da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam e garantem uma formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demanda e contextualização dos sistemas de ensino.

2.2 A Escola e o Currículo: Entraves e Expectativas

Havia conhecimento antes da escola? É óbvio que sim. A gênese da história humana é feita de conhecimentos que foram reunidos ao longo do desenvolvimento das sociedades e passadas oralmente até o surgimento da escrita na Idade da Pedra Polida.

A nova modalidade e seus itinerários formativos chegam às escolas trazendo consigo muitas inquietações, expectativas e alguns entraves. Questionam-se o espaço físico das unidades escolares, O material didático, a tecnologia, os laboratórios, as salas de aulas, o currículo escolar, a formação para trabalhar com esta modalidade, a carga horária do professor e das disciplinas lecionadas por ele. Em meio a tantas indagações começou a ser delineado os caminhos para o Novo Ensino Médio.

A palavra escola tem duas origens: a primeira derivada do grego (scholé) e a segunda do latim schola,ae. Ambas se referem ao estabelecimento no qual se pratica qualquer instrução. Apesar de pequena a palavra possui uma carga semântica relevante podendo ser entendida como estrutura física ou aspecto filosófico. Compreendê-la como espaço físico onde as ações se desenrolam ou como espaço dialético no qual somos convidados a trocar conhecimentos, experiências individuais ou coletivas, a refletir, a nos posicionar.

O termo escola de acordo com o dicionário online pode ser definido como: estabelecimento público ou privado destinado ao ensino coletivo; prédio em que a escola está estabelecida; sistema, doutrina, tendência estilística de pensamento de pessoa ou grupo de pessoas que se notabilizou em algum ramo do saber ou arte; e o que serve para transmitir conhecimento, experiência, instrução (*ESCOLA INFOPÉDIA*, 2020).

Versaremos aqui sobre a escola cuja função precípua é a de possibilitar a obtenção de conhecimentos. É nela que serão desenvolvidas atividades de cunho pedagógico no qual se inserem os conhecimentos fundamentais que corroborarão para o exercício pleno da cidadania.

Os colóquios em torno da proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de forma particular o quesito currículo gera muitas tensões e conflitos, aliás, o assunto em si já é polêmico e quando se reflete sobre o seu conceito e de um currículo escolar que abarque a grandeza nacional comum tanto para as instituições públicas e particulares, onde currículo é “o conjunto de atividades nucleares realizadas na escola” (SAVIANI, 2003, p.12).

A pauta de discussão em torno do currículo levou ao estabelecimento de relação com as políticas (teoria) e as Práticas (ações). A complementaridade entre teoria e prática corroborou para que o objetivo de mudar algo fosse alcançado. Por currículo depreende-se que é:

O conjunto dos vários tipos de aprendizagem, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também aqueles valores, comportamentos, atitudes, que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação [...] . O currículo, dessa forma, variou conceptualmente de diversas formas na sua historicidade até chegar ao termo atual (LIBÂNEO, 2001, p. 101).

A escola enquanto espaço promoverá esses debates (diálogos) que cooperam para a construção e solidificação do alicerce do conhecimento. Ao refletir sobre as questões nas quais a sociedade está imersa possibilita-se o desenvolvimento da criticidade e valores como empatia, tolerância, respeito, da responsabilidade para uma convivência pacífica e harmônica em sociedade. Faz-se necessário lembrar que:

A educação é um processo de humanização; que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos participantes do processo civilizatório e responsáveis por levá-lo adiante. Enquanto prática social é realizada por todas as instituições da sociedade. Enquanto processo sistemático e intencional ocorre em algumas, dentre as quais se destaca a escola. Educação escolar por sua vez, está assentada fundamentalmente no

trabalho dos professores e dos alunos, cuja finalidade é contribuir com o processo de humanização de ambos pelo trabalho coletivo e interdisciplinar destes com o conhecimento, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora (PIMENTA, 2012, p.24-25)

Sendo a educação dever da família nada mais adequado que a escola grande parceira na instrução dos seus filhos estabeleça condições cômodas ao entendimento e oferta de conhecimentos. Por meio do seu procedimento educativo, a escola, propagadora de saberes, formadora de valores e responsável em estabelecer requisitos para que alcance maior equidade social, uma vez que os problemas sociais causam interferência na qualidade de ensino e aprendizagem, uma vez que:

A educação é um processo social amplo que se concretiza nas famílias, nas comunidades e também nas escolas. Porém, histórica e socialmente a instituição gestada ao longo dos séculos para cumprir a função específica de oferecer às crianças e as jovens os conhecimentos estruturados e acumulados no tempo, conhecimentos constituintes da vida e civilização humanas, foi à escola (ANDRÉ, 2016, p.37).

Como se pode notar a escola está incumbida de fomentar o desenvolvimento dos conhecimentos básicos necessários para que haja um equilíbrio, uma igualdade entre os estudantes e também por conta do seu aspecto/função social tem o dever de também de fazer com que estes se preparem para a vida, ao mundo do trabalho, à vida em comunidade e uma relação mais respeitosa para com o meio ambiente, à saúde e a participação. A modalidade do Novo Ensino Médio tem como objetivo estabelecer condições iguais e justas para todos os estudantes e, “além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p.14)

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. (Ibid., p16)

Atendendo as diretrizes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o currículo escolar deve se inspirar nos princípios constitucionais adaptando-se a realidade de forma a colocar todos em pé de igualdade, uma vez que “todos são

iguais, constituindo-se uma função social do estado cumprindo o atendimento do direito do cidadão que vê na escola uma via de cidadania” (BRASIL, 2018, p.19).

Ao refletir sobre o que venha a ser currículo, bem como sua importância para o desempenho e proposta escolar o gestor, a equipe pedagógica, docentes e demais profissionais que integram o quadro escolar não devem e não pode esquecer-se que ele necessita estar ajustado ao contexto no qual se inserem os estudantes. Então de precisa-se conhecer a região (localidade) na qual se localiza a escola a fim de compreender os aspectos históricos, culturais, econômicos que a circundam e desta forma se construa um currículo significativo que tenha vínculo, desperte o fascínio e represente os estudantes e que siga as orientações da BNCC.

O currículo deve ser concebido como uma obra que é de interesse de todos devendo refletir a realidade e aspectos identitários da unidade escolar, todavia dificilmente caminhará para o caminho delineado o que provocará reflexões, questionamentos e lutas por que “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1989, p.29). É dentro do contexto educacional, que se encontram diferentes sujeitos, que pertencem a diferentes contextos sociais, que trazem sua historicidade construída a partir de diferentes vivências, assim é possível e faz-se necessário buscar saídas para uma democratização do ensino.

A oferta do Novo Ensino Médio por parte das escolas passa a existir com o objetivo de atender e preencher as expectativas desta nova geração, ao mesmo tempo em que oferece caminhos para aprofundar os conhecimentos através das ofertas dos itinerários formativos o que também oportuniza aos estudantes o favorecimento e fortalecimento do protagonismo juvenil. A escolha do Itinerário também implica na escolha do currículo e nas áreas de futura atuação desses jovens. Por isso reforça-se a importância de construir um currículo no qual esse jovem se identifique, contribuindo para uma melhor aprendizagem e qualidade de ensino.

Os novos arquétipos determinados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), forçam a escola a assumir uma cultura com foco na formação docente, afinal os professores precisam conhecer a proposta da BNCC para compreender os padrões estabelecidos por ela, pois isso influenciará todo processo educacional.

Ao tomar com objeto de análise a formação continuada realiza-se uma reflexão sobre a prática docente e nota-se que ela a partir de um determinado período recente da docência essa mudança tem sido uma constante. Em relação a isso se afirma que “enfim, cada vez mais os estudos sobre os saberes docentes vêm se constituindo como possibilidade de análise de processos de formação e profissionalização dos professores” (TARDIF, 2000, p.67).

A formação continuada do professor se desvela ao longo da sua trajetória e carreira profissional e, portanto, ao longo desse período muitas coisas vão sendo modificadas e aprimoradas. É esse diferencial que demonstra o docente envolvido e empenhado a fazer as coisas darem certo através de uma prática ressignificada, visto que:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (NOVOA, 1995, p.21).

Muitos fatores podem ser considerados como entrave para a realização da formação continuada. O tempo pode ser considerado como fator que dificulta o processo formativo, pois muitos docentes para sobreviver e ter uma qualidade de vida melhor trabalham em duas ou mais escolas. Some-se a isso o fato de muitas vezes em municípios diferentes e que exigem um deslocamento por meio de transporte público e no final do dia estão cansados. Dessa forma já contabilizamos até aqui três entraves.

O fator financeiro também pode se converter em um entrave, porque apesar da Constituição, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) mencionam a preocupação com a formação desse professor muitas vezes ele tem que pagar para obter formação. E como o salário do docente varia muito de acordo com a localidade muitos que começam acabam desistindo. O fator financeiro, portanto, também pode ser incluído como empecilho. Ressalte-se que ainda de pagar a mensalidade há ainda despesa com transporte e alimentação.

Outra possibilidade surge do vínculo empregatício de professor que geralmente a depender da estrutura do município realiza-se processo seletivo, contrato ou regime administrativo. Muitos deles também podem atrasar salário ou simplesmente destruir o professor da sua função. Com isso o profissional não tem

segurança então como pode se comprometer a realizar uma formação se na maioria das vezes ele tem que se deslocar para buscar conhecimentos?

A carga horária desse professor nas escolas nas quais trabalham dificulta que esse docente realize uma formação. Escalar o professor para ter formação no dia de sábado, por exemplo, ou em dias e horários nos quais ele não trabalhe naquela escola. O uso de tecnologias para a formação também pode se converter em um desafio para desistir de realizá-las. E por fim a própria formação continuada pode ser um entrave quando não atende a necessidade do professor ou mesmo o seu fim.

As expectativas em torno da formação são muitas e diversas, pois a proposta da formação quando bem construída e alinhada às particularidades daquela escola traz um bem-estar, o profissional sente-se reconhecido e valorizado. Sente-se preparado e isso implica em mudanças na sua prática em sala de aula. Quando a formação é realizada no momento em que ele está disponível na escola e não nos finais de semana ou dia em que não seja seu dia de trabalho.

2.3 O Professor Que a Escola Tem e o Professor Que o Novo Ensino Médio Quer

A educação com fins catequéticos atendendo as determinações políticas da época. Ao longo do aprimoramento da profissão até chegar aos dias atuais à educação segue fortemente influenciada pelas conjecturas político-econômicas. No qual está inserido o professor que traz em sua base a reflexão.

E falando no docente que é o responsável em pôr em funcionamento essa engrenagem do Novo Ensino Médio.... Quem é ele? Qual é o perfil desse profissional? Quem é o professor que a escola tem? Que professor o Novo Ensino Médio exige? Que impactos a formação continuada e em serviço desse profissional tem para a escola e para o contexto educacional?

Antes de responder as questões acima é preciso que retornar à história da educação a fim de conhecer a trajetória do professor, profissional presente no contexto político, econômico, social, cultural ao longo do tempo e da história da sociedade brasileira. No período em que o Brasil era Colônia, a educação desenvolvida pelos Jesuítas é voltada para aspectos religiosos e posteriormente de educar a sociedade. Para “educar” os habitantes dessa sociedade era preciso

educá-los através da fé e de valores morais. O Instrutor, o professor aquele responsável em transmitir conhecimentos deveria possuir qualidades específicas aprovadas pela companhia de Jesus assim sendo,

Os professores representavam a possibilidade, por seu trabalho vivo na escola, do nexo fundamental entre instrução e educação, na medida em que fossem conscientes tanto dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura representada pelos alunos - entendida como ausência de civilização - quanto de sua tarefa, que consistia em propiciar uma inclusão por meio da formação disciplinada dos futuros homens e cidadãos (MATTOS,1990, p.267).

O profissional destinado às atividades docentes neste período deveria apresentar alguns pré-requisitos necessários que o tornaria apto para o exercício na função de educar o homem desenvolvendo os valores morais primordiais para aquela sociedade. São eles: as regras, o caráter e a eloquência. O instrutor deveria reunir esses três predicados essenciais que regularizavam a educação neste período. O professor deveria saber comunicar-se de forma eficiente e eficaz, capaz de persuadir qualquer indivíduo. Deveria ensinar a lição, mas também fazê-los obedecer, seguir as normas e por fim o caráter ilibado de “dar conta de três coisas essenciais que então resumiam e normalizavam toda a educação: os preceitos, o estilo e a erudição” (HANSEN, 2000, p.26).

Já o docente do período Imperial não era diferente do período anterior tinha que ter um caráter moral imaculado. Ainda sim precisava possuir as seguintes características: controle, vigilância e estímulo. O professor neste período deveria garantir a educação e aprendizagem dos conteúdos valendo-se do uso da pedagogia moral. Esta educação funcionava por meio da utilização de comandos. Da mesma forma que no período anterior ainda não pode falar sobre profissionalização do professor

A política educacional brasileira foi sendo construída de forma lenta e como não podia ser diferente vinculada à política vigente em cada período. E enfim no ano de 1930 começa a evoluir, porém de forma como vimos não consegue acompanhar as mudanças da sociedade e a se desvencilhar de técnicas arcaicas e escolhas que não contemplam a realidade e a diversidade de questões no qual o país se encontra imerso.

No período republicano o professor apresenta aspecto civilizatório e um perfil cívico patriótico com bases científicas. A sua atuação docente é marcada por uma determinação a qual deve ser seguida de forma rígida desde o estabelecimento pré-definido dos conteúdos, materiais adequados e uma forma pré-estabelecida para ensinar e transmitir os conhecimentos.

A reforma do Novo Ensino Médio inicialmente enche de expectativas, mas posteriormente transformam-se em angústia ao pensar no prédio, na estrutura física das escolas que são rudimentares e não atendem as necessidades do ensino médio que existe atualmente. A proposta da escola integral está na contramão da estrutura escolar existente, pois:

O conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. (BNCC, 2018, p.14)

A maioria das escolas espalhadas pelo país não possuem infraestrutura para uma educação integral. Carecem de refeitórios, laboratórios, bibliotecas, auditórios, quadras poliesportivas, banheiros adequados à nova realidade educacional, salas de aulas espaçosas, bem ventilada e iluminada, equipadas com as tecnologias consideradas necessárias para que o professor exerça sua função e promova o desenvolvimento das habilidades e competências propostas.

Implantar as propostas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), na escola tem sido uma tarefa árdua e desafiadora. Pensar num currículo escolar que forneça os subsídios necessários ao processo de ensino aprendizagem do estudante de forma a preservar, reforçar as características da escola e da comunidade na qual estão inseridas exige uma mobilização enorme de conhecimentos por parte da gestão, coordenação pedagógica (quando se tem) e professores. Este último é objeto de estudo por parte de vários estudiosos, e por esta razão:

Escreve-se muito sobre o professor que queremos, sobre como formá-lo e assumi-lo, como se estivéssemos diante de um profissional sem história. Um modelo novo a ser feito e programado. Um profissional que podemos fazer e desfazer a nosso belprazer; com novos traços definidos racionalmente pelas leis do mercado, pelas novas demandas modernas. Ou até pensamos poderemos ser o professor que queremos, que sonhamos. É só constituí-lo em constituintes. Programá-lo, discutir seu perfil progressista, crítico. Tracemos um novo perfil e ele se imporá como um modo de ser daqui pra frente... [...] Ignora-se que o ofício de mestre educação primária, fundamental, básica

carrega uma longa história. É uma produção social, cultural que tem sua história (ARROYO, 2008, p.38).

Pensar em cada proposta dos itinerários formativos é bastante trabalhoso, principalmente com uma clientela exigente, diversificada, com interesses diversos e conectada (aqueles que residem nos grandes centros urbanos). É preciso que os docentes da escola tenham formação e habilitação nas respectivas áreas de conhecimento e, além disso, eles precisam de uma formação permanente e em serviço sobre esta modalidade para que o trabalho desenvolvido em sala de aula atinja as exigências explicitadas pela Base.

As instituições públicas brasileiras de ensino possuem um corpo docente habilitado para o exercício docente. São homens e mulheres licenciados nas mais diversas áreas do conhecimento do Ensino superior. Ressalta-se aqui que muitos desses docentes são frutos da Política Pública de Formação de professores. A maioria desses profissionais tem curso de especialização na área de formação e alguns cursos de formação continuada.

Muitos desses profissionais trabalham em outros espaços escolares para suprir suas necessidades básicas, pois os proventos pagos a esses profissionais a depender da localidade estão abaixo do que determina o piso nacional dos docentes e longe do ideal. Como grande parte das escolas públicas brasileiras os docentes comprometidos desenvolvem suas atividades utilizando o que é possível, as ferramentas que estão ao seu alcance como livros didáticos e apostilas, quadro e aulas expositivas “[...] numa pedagogia que valoriza a ação de ensino por parte do professor, como naquela em que o professor é visto como um mediador da aprendizagem do aluno” (DEVELAY, 1995, p.41).

Ainda que se trabalhe com aulas expositivas, as aulas são dialógicas e provocativas. Os alunos são levados a refletir e a debater. O professor leva o aluno a participar, a interagir nas aulas por meio de situações problemas. Ao final da aula os alunos são convocados a construir e apresentar soluções viáveis na resolução dos problemas relacionados às questões propostas.

Há uma necessidade incessante de redimensionar nosso trabalho pedagógico e, portanto, o profissional precisa procurar novas bases para subsidiar sua prática no intuito de obter um ensino, aprendizagem eficiente. Nessa era tecnológica a ação do

professor ganha novos contornos e as mais variadas dimensões. “no embate com a realidade escolar que antigas certezas caem por terra e exigem cada vez a busca e o entrecruzamento de saberes” (CAMPOS; PESSOA, 1998, p.184).

O professor mostra-se competente e habilidoso em circunstâncias intrincadas que exijam experiência na resolução de problemas práticos que exigem saídas criativas integrando técnica e conhecimento. O pensar, o refletir remete ao aspecto identitários do professor, favorecendo o diálogo isto é uma atividade reflexiva. A profissão de professor exige-se sabedoria apurada, certa propriedade com as teorias pedagógicas que embasam nossa prática. [...] “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá, blá, blá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p.22).

Em meio a tantas transformações pelas quais a sociedade vem passando e atualmente influenciada pelas tecnologias que passaram a fazer parte do cotidiano dos quais todos nós estamos inseridos. A atual configuração social suscita da escola um profissional com habilidades e conhecimentos diversos para atuarem nas várias frentes do campo educacional.

O perfil do docente para atuar no Novo Ensino Médio requer que o mesmo seja um profissional que conheça e domine com profundidade o seu campo de conhecimento. Esse novo professor que passa a exercer múltiplas funções: mentor, pesquisador, promotor de práticas inovadoras sustentáveis e de empreendedor. É o profissional capaz de compreender, conhecer e dominar toda essa nova realidade social marcada pelas novas tecnologias. Também faz uso de materiais de acordo com as competências expressas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

O professor é o profissional que questiona enxerga além do básico, ele vê o todo e não partes. Ele pensa diferente, ouve, compreende o estudante como protagonista do processo de ensino-aprendizagem. Procure estabelecer diálogo e transmite segurança

As competências sócioemocionais (autogestão, autoconsciência, consciência social, habilidade de relacionamento, tomada de decisão responsável) estão diretamente ligadas às emoções dos indivíduos faz-se necessário que o professor saiba lidar com estas questões, uma vez que:

A atividade docente se caracteriza também por uma grande complexidade do ponto de vista emocional. Os docentes vivem num espaço carregado de afetos, de sentimentos e de conflitos. Quantos prefeririam não participar disso? Mas eles sabem que um tal distanciamento seria a negação do seu próprio trabalho (NÓVOA 2008, p.229).

Além de dominar as ferramentas tecnológicas, o professor deve fazer uso constante desses instrumentos pedagógicos com vistas ao enriquecimento, incrementação dos conhecimentos na sala de aula. Utiliza os recursos digitais para enriquecer as aulas. É o profissional que compreende as novas formas de interação (linguagem/comunicação) e que domina essas novas ferramentas de linguagem. E que faz uso desse processo comunicativo envolvendo os estudantes e por esse motivo:

A forma de ser do professor é um todo e dependente, certamente, da cosmovisão que ele possui. Não sei até que ponto é importante ou possível classificar as atitudes dos professores. Até porque também elas, como fruto da contradição social, nem sempre apresentam formas lineares e totalmente coerentes com uma corrente filosófica. É inegável, porém, que a forma de ser e de agir do professor revela um compromisso. E é esta forma de ser que demonstra mais uma vez a não-neutralidade do ato pedagógico (CUNHA, 1998, p.70).

O professor que a escola tem na atualidade diferentemente daqueles que precederam este ofício devem possuir formação superior nos diversos campos e áreas de conhecimentos das licenciaturas. A sua prática docente hoje é constantemente revisada e ressignificada, uma vez que os docentes se deparam com novas circunstâncias as quais requerem mudanças de posturas e paradigmas, assim sendo:

Um bom docente é aquele que se torna não-indispensável, que consegue que seus alunos aprendam sem a sua ajuda. Assim, os docentes desmitificam o seu próprio saber e entregam a fonte do poder ao cliente, o que outras profissões guardam zelosamente (LABARE 2000 apud NÓVOA, 2008,p.232).

Como a maioria das escolas da rede pública de ensino não dispõe das tecnologias necessárias para o trabalho pedagógico na escola, os docentes fazem uso daquilo que se encontra mais fácil: os smartphones e a televisão com entrada USB. Não é a ferramenta ideal, mas é aquela que temos ao nosso alcance e a qual pode tornar a aula mais atrativa. Com a televisão se pode trabalhar vídeos, filmes, músicas, clipes, imagens de uma determinada temática ou assunto. Os docentes muitas vezes fazem o possível e o impossível para que os estudantes tenham

acesso aos conhecimentos necessários a sua formação e também o desenvolvimento das suas habilidade e competências.

O fato da maioria dos docentes não dominarem as ferramentas tecnológicas e não terem acesso às ferramentas educacionais adequadas para utilizarem em suas aulas isso não quer dizer que suas aulas são insossas. Na verdade, mesmo não tendo acesso aos aparatos tecnológicos educacionais, os professores buscam opções criativas a fim de proporcionar aulas diferenciadas que promovam o conhecimento aos estudantes sejam através do engajamento em projetos, aulas de campo, gincanas, feiras de conhecimentos, seminários temáticos, jogos e tantas outras formas criativas que corroboram para o êxito do processo de ensino aprendizagem.

2.4 As Tecnologias Educacionais

A mudança educacional propostas pela reforma do ensino médio chegou ao seu ápice com a construção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que dispõe os itinerários formativos. A nova configuração da nova modalidade prima pelo direito à educação considerando o fomento e desdobramento das aprendizagens por meio das habilidades e competências.

Durante o processo de execução do Novo Ensino Médio ocorreu a construção do novo desenho do currículo que deve estar alinhado as determinações explicitadas pela BNCC que contemplem os aspectos sócioemocionais, o redimensionamento do papel do professor e sua prática pedagógica fazendo uso das novas tecnologias educacionais com vistas a melhora da qualidade de ensino nacional. A quinta competência estabelece que seja necessário:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.9)

No decorrer da história da humanidade, o homem, viu-se obrigado a se reinventar para sobreviver. E para que pudesse sobreviver teve que desenvolver estratégias utilizando sua inteligência e os conhecimentos. Desenvolveu a arte da dominação assim descobriu o fogo, a roda, ferramentas, armas, armaduras, escudo, produtos e do mesmo modo propiciou o desenvolvimento das tecnologias, pois “o

domínio de determinados tipos de tecnologias, assim como o domínio de certas informações, distinguem os seres humanos” (KENSKI, 2012, p.15).

Em um mundo globalizado, onde as mudanças e evoluções encontram-se arraigados no seio da sociedade é preciso evoluir e adaptar-se cada vez mais rápido a fim de acompanhar os avanços tecnológicos. A escola não pode estar indiferente a este processo, já que, ela retrata a coletividade atual, e também por ser um espaço de formação. Por tecnologia entende-se “conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (Ibid., p.24).

As tecnologias promovem o acesso mais rápido às informações, ao conhecimento, a escola e os docentes tem um grande desafio em suas mãos que é o de torná-la aliada do processo pedagógico, de ensino aprendizagem e consequentemente da educação. As tecnologias possuem um enorme potencial interativo e dinâmico a ser explorado pelos professores em suas aulas. “A educação também é um mecanismo poderoso de articulação das relações entre poder e tecnologia” (Ibid., p.18)

É por isso que a sociedade costuma ver na escola uma opção que assegure a formação e através do desenvolvimento das habilidades e competências obtenham o domínio desse conhecimento que favorecerá o desenvolvimento do protagonismo, consciência crítica e por fim propiciará uma qualidade de vida melhor para aqueles que vivem ao seu redor. Pois “o grande desafio da espécie humana na atualidade é a tecnologia” (LYOLARD, 1993, p.18).

Uma forma de compreender a história humana é a tecnologia presente e empregada em determinado período das sociedades. Com ela é possível notar o progresso científico daquele corpo social e de como ela foi capaz de transformar seus comportamentos uma vez que “os vínculos entre conhecimento, poder e tecnologia estão presentes em todas as épocas em todos os tipos de relações sociais” (KENSKI, 2012, p.17).

É inegável o fato de que as novas tecnologias inúmeras mudanças para as instituições educacionais, ou melhor, as salas de aulas e impulsionou o processo de ensino e aprendizagem. A tecnologia educacional pode ser compreendida como o uso de recursos tecnológicos com propósitos pedagógicos que enriqueçam as aulas

com práticas inovadoras intensificando o processo de ensino aprendizagem, pois “as maneiras, jeitos ou habilidades especiais de lidar com cada tipo de tecnologia, para executar, ou fazer algo, chamamos de técnicas” (KENSKI, 2012, p.24)

O grande obstáculo que encontramos para o emprego, uso das tecnologias educacionais é a dificuldade em acessá-la principalmente por todos os profissionais que exercem seu ofício nas escolas públicas as quais são frequentadas por indivíduos da classe social com menor poder aquisitivo. Por outro lado, o que está em jogo aqui não é o uso dos equipamentos e sim sobre as inovações das práticas docentes possibilitadas por elas.

O professor deve definir o objetivo para só depois optar pelo recurso tecnológico mais apropriado. A desinformação, o desconhecimento sobre as múltiplas possibilidades que as tecnologias podem viabilizar pode se constituir em um entrave, uma resistência por parte dos educadores. Quais seriam os benefícios ao usar as tecnologias educacionais na escola?

As perspectivas ao utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na sala de aula são inúmeras, por exemplo, o favorecimento da troca de experiências, proporciona novas formas de interação, expande o acesso à informação, auxilia a comunicação, melhora o desempenho do aluno etc. Vale salientar “que o aprendiz seja participativo na construção do conhecimento. Assim, aprende-se dialogando, investigando, buscando possíveis respostas [...]” (FREIRE, 1988, apud MOTA, 2007, p.110).

Pensando na aquisição e das prováveis contribuições advindas da utilização das tecnologias em sala de aula, é importante que toda equipe pedagógica participe do processo de escolha das ferramentas mais adequadas considerando também as possibilidades de suporte e reparo para o produto. A capacitação/formação também é crucial primeiro para que se conheça e depois para manusear e usar de forma correta. As escolhas das tecnologias a serem adotadas pela unidade escolar precisa considerar a quantidade a ser comprada e demais componentes necessários para que ele funcione.

Não há como fugir das tecnologias, elas estão aí e a sua inclusão bem como os materiais didáticos digitais em sala de aula assinala a entrada da escola nesse mundo digital, aos quais as informações, conhecimentos circulam com muita rapidez

e agilidade. E como diria Fernando Pessoa “Navegar é preciso!” Mais do que navegar é conveniente saber navegar.

Escolher o trajeto apropriado a fim de que o objetivo não se perca no caminho, por isso evite distrações. Separar as informações, analisá-las e usar o senso crítico tornam-se cada vez mais importante. Vive-se em uma sociedade a qual se encontra equipada através de aparelhos celulares, isto é, smartphones conectados aos diversos provedores de internet. O viver em tempos digitais implica em apropriar-se, aprender a conhecê-lo, manuseá-lo e utilizá-lo de forma apropriada. Dominar os processos de navegação em rede contribui para uma busca eficiente das informações e conhecimentos disponíveis. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) determina as competências gerais da educação e a competência quatro define a:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2018, p.9).

Tempos atrás as escolas tentaram proibir o uso de aparelhos celulares em sala de aula com base na afirmativa que eles atrapalhavam a concentração do estudante e o desenvolvimento do processo de ensino. Atualmente, o celular é considerado uma ferramenta tecnológica com múltiplas utilidades e seu uso em sala de aula é defendido e estimulado pelos professores. Não se pode negar que:

As tecnologias caminham para a convergência, a integração, a mobilidade e a multifuncionalidade, isto é, para a realização de atividades diferentes num mesmo aparelho, em qualquer lugar, como acontece no telefone celular (que serve para falar, enviar torpedos, baixar músicas) (MORAN, 2012, p.89).

Hoje se percebe que os aparelhos da telefonia móvel evoluíram e tem muitas outras funções integradas como a calculadora, o relógio, agenda telefônica, e-mail câmera digital e tantas outras funções, pois “as tecnologias evoluem em quatro direções fundamentais: do analógico para o digital, do físico para o virtual, do fixo para o móvel (mobilidade), do massivo para o individual” (MORAN, 2012, p.89).

O diálogo é a mola propulsora quando se objetiva um trabalho colaborativo em torno da educação, compreendendo sua história, as políticas públicas e se apropriando dos conhecimentos das leis que legitimam e promove o direito a

educação, e “para que uma instituição avance na utilização inovadora das tecnologias na educação, é fundamental a capacitação de docentes, funcionários e alunos no domínio técnico e pedagógico” (MORAN, 2012, p.90).

A reforma do Ensino Médio proporcionou a construção do currículo, da atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP), da necessidade de formação para trabalhar de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), valendo-se do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO CONTINUADA À SERVIÇO DO PROFESSOR

A proposta de capítulo é discutir sobre a formação continuada à serviço do professor com reflexões acerca da concepção e importância da formação continuada docente; destacando a escola como espaço de formação; a Atividade Complementar (AC) como alternativa para formação; e a formação continuada e em serviço, pois “a essência da formação continuada é a construção coletiva do saber e a discussão crítica reflexiva do saber fazer” (BEHRENS, 1996, p.135).

Atividade Complementar (AC) pode ser considerada como um momento propício para subsidiar a prática docente e aproveitar o tempo na escola para que sejam realizados momentos formativos. A formação em serviço deve ser concebida como formação o momento de aprendizagem, de discutir, de trocar experiência, de conhecer exemplos de experiências exitosas e construir saberes de forma coletiva, pois “os professores que desenvolvem uma qualificação continuada percebem que podem mudar, aprendendo e reaprendendo diante dos desafios ocorridos durante a sua prática” (LIBÂNEO, 1998).

É através da formação continuada que o professor tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre o objeto de ensino e o sujeito da aprendizagem para compreender a relação existente entre eles

3.1 Concepção e Importância da Formação Continuada a Serviço do Professor

Muitas vezes o docente se questiona se de fato está preparado para lidar com os desafios educacionais. E neste momento surge o reconhecimento de que a formação continuada é importante para a prática docente. Mas, o que vem a ser formação continuada? Pode-se abordar que:

Numa visão geral a formação continuada consiste em propostas que visem à qualificação, à capacitação docente para uma melhoria de sua prática, por meio do domínio de conhecimentos e métodos do campo de trabalho em que atua (MARIN, 2005, p. 6).

Compreende-se a formação continuada como uma parte do tempo da carga horária do professor destinada a capacitação ou qualificação docente no qual o profissional tem a oportunidade de junto com os demais membros do corpo docente realizar um trabalho coletivo de troca de conhecimento, saberes e experiências, uma

vez que:

O saber dos professores é plural, compósito, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber-fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de natureza diferente. (TARDIF, 2002, p. 18).

Na atual sociedade na qual vivemos e estamos inseridos exige de cada docente uma capacidade inteligível de desafiar-se sendo capaz de entender as múltiplas linguagens, dominar as tecnologias, lidar com as inteligências sócio emocionais e utilizar as metodologias ativas, pois “[...] a sociedade mudou e a escola se transformou – e as propostas de ensino devem acompanhar essas mudanças” (CARVALHO, 2003, p. 07). A formação continuada docente instrumentaliza e capacita para ter condições de enfrentar os inúmeros desafios da educação, mas:

No entanto, a expressão ‘formação de professores’ traz uma questão nuclear. O que é formar? O terreno das representações surge como fundamental quando indagamos acerca dos pressupostos que orientam as ações no campo da formação docente: a perspectiva do formar como um processo que proporciona referências e parâmetros, superando a sedução de modelar uma forma única, e que oferece um continente e uma matriz a partir das quais algo possa vir a ser (FIGUEREDO, 1996, p.117).

A indagação em torno do verbo formar remete a ideia de instruir, capacitar que exige de cada profissional uma postura crítica e reflexiva, e a “reflexão significa também o reconhecimento de que a produção do conhecimento [...] não é uma propriedade exclusiva dos centros universitários” (ZEICHNER, 2002, p.44). Etimologicamente falando, formação vem do latim ‘formare’; “como verbo transitivo, significa dar forma, e como verbo intransitivo, colocar-se em formação; como verbo pronominal, ir-se desenvolvendo uma pessoa” (DONATO, 2002, p.138).

A análise e reflexão em torno da palavra formar permite inferir que a formação continuada é a realização permanente de formar o professor e de prepará-lo para exercer com maestria o ofício do magistério. Esse movimento de refletir sobre o formar traz à tona outros tantos aspectos e dimensões que envolvem o processo formação como: dimensão técnica científica, a de formação continuada, do trabalho coletivo e da construção coletiva do projeto pedagógico, dos saberes para ensinar, a crítico-reflexiva e a avaliativa que serão descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões Que Envolvem o Processo Formação

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
DIMENSÃO TÉCNICA CIENTÍFICA	Considera o atual progresso científico e a rapidez com que as mudanças ocorrem nos diferentes campos.
DIMENSÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	Propõe a pesquisa, o questionamento, a busca por novas informações, a capacidade de analisá-las e incorporá-las constituem-se como 'motores' importantes no assumir da formação continuada.
DIMENSÃO DO TRABALHO COLETIVO E DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO PEDAGÓGICO	Preconiza o trabalho em cooperação integradamente, considerando as possibilidades e necessidade da transdisciplinaridade que nasce de processos de formação intencionalmente desenvolvidos e com objetivos claros em torno de um projeto de escola
DIMENSÃO DOS SABERES PARA ENSINAR	Abrange diferentes ângulos, dentre os quais o conhecimento produzido pelo professor sobre os alunos (origem social, experiências, conhecimentos, necessidades etc.).
DIMENSÃO CRÍTICO-REFLEXIVA	Recomenda perceber-se e perceber as ações que realiza, avaliá-las e modificá-las em função da percepção e avaliação que são questões fundamentais e sensíveis na formação do professor, que exige do formador e do formando disponibilidade e compromisso.
DIMENSÃO AVALIATIVA	Refere-se à capacidade avaliativa do professor em relação a aspectos específicos estabelecidos ou valorizados pelo sistema e pela escola em que trabalha.

Fonte: PLACCO e SILVA, (2015, p.26-28)

Percebe-se que os aspectos e dimensões que envolvem o processo formação referem-se ao reconhecimento dos caminhos do indivíduo e estabelece a contextualização histórica desses caminhos, admitindo a provisoriedade de propostas de formação a serviço de determinada sociedade.

A expressão formação em serviço pode apresentar variações de significados de um autor para outro. Alguns a consideram sinônimos de “formação continuada” (SILVA e FRAUDE, 1997). Isto é aquela que se estende ao longo da vida profissional do professor, após sua certificação inicial, depois de sua passagem pelo curso que lhe confere o grau de professor, e que diz respeito ao exercício do seu trabalho. Formação em serviço pode ser conceituada também como:

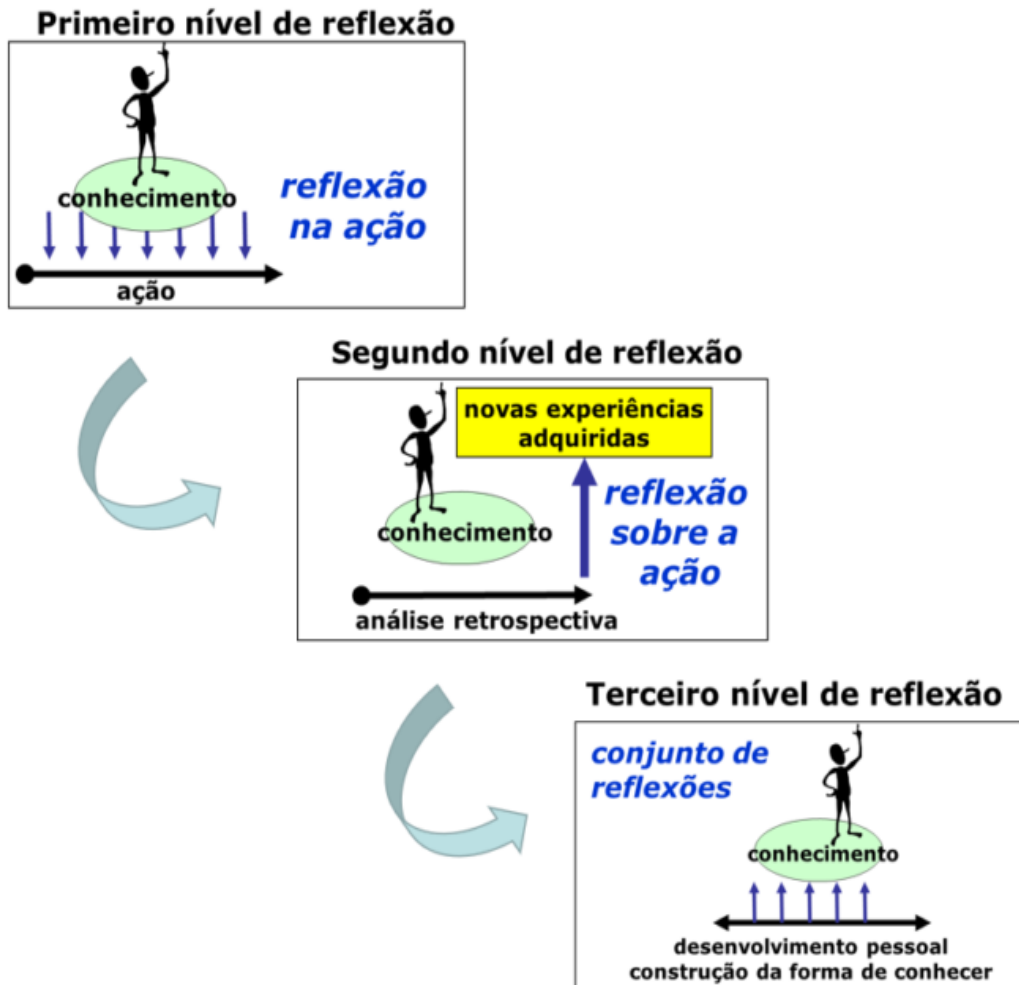
Um tipo de atividade esporadicamente realizada no próprio ambiente de trabalho, ou seja, um curso, uma palestra, um estudo, um seminário efetivado na escola. Entendo que a formação em serviço é formação continuada, e que ocorre no ambiente de trabalho do professor. Porém, trata-se de um tipo de formação que tem singularidade de ser efetivamente contínua e contextual, além de ser conduzida pelos próprios professores (GEGLIO, 2003, apud PLACCO, 2003, p.113-114).

A formação continuada em serviço acontece no ambiente de serviço. E no caso da formação docente é realizada durante os horários de atividade complementar (AC), que instrumentaliza os educadores para que no exercício da sua profissão possa vencer os obstáculos de forma coletiva e reflexiva, pois, “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE 1996, p. 43- 44). Esse sentido de trabalho colaborativo propicia a reflexão de que:

As discussões entre teoria e prática são infundáveis, pois os defensores da prática alegam que a teoria é pouco efetiva, uma vez que sua aplicação é sujeita a condições específicas e particulares; por outro lado, os defensores da teoria alegam que os conceitos são as verdadeiras fontes do saber e conhecimento (FILHO, 2014, p.1).

As concepções entre teoria e da prática são as mais diversas. Ao discutir sobre a formação profissional pode-ser “considerando três aspectos: conhecer-na-ação, reflexão-na-ação e reflexão sobre a reflexão-na-ação”. (SCHÖN, 2000, p.13). Esses aspectos como demonstra a Figura 1 referem-se as teorias do Professor Reflexivo de Dewey (1859-1952) e de Schön (1930-1997).

Figura 1 Teorias do Professor Reflexivo



Fonte: Armando Terribili Filho (2014)

A reflexão na ação é centrada na figura do professor o qual deve conhecer-se. Esse conhecer postula o acionamento do raciocínio, de uma gama de informações, de conhecimentos acumulados a fim de nos adequarmos ante a uma situação conflitante. É a forma de agir, de se portar diante dessas questões que direciona ao primeiro ponto, conhecer-se na ação.

Este movimento de pensar traz para si a situação problema. No momento em que toma para si o problema ele analisa a situação ao mesmo tempo em que a vivencia, isto é, a reflexão na ação. Ao reviver a situação problema estimula-se o raciocínio que reporta ao terceiro ponto que é o da reflexão sobre a ação, ou seja, uma análise após a vivência da situação problema. Essa pós-reflexão é a etapa mais elaborada do processo reflexivo do profissional por oportunizar o entendimento

de toda situação problema possibilitando uma análise completa de todas as fases das ações.

Centrando o olhar sobre o profissional docente surgem os questionamentos do que vem a ser o professor reflexivo; e o que pode ser considerado como fator de impedimento para que este possa ser professor reflexivo. Um professor reflexivo é aquele que demonstra através de sua ação em sala de aula, ser um profissional que possibilita e ajuda o aluno a encontrar seu processo de conhecimento, conhece seus alunos e sabe quais são as dificuldades de cada um e a maneira que estes necessitam ser trabalhados (SCHÖN, 1992).

Quanto a segunda indagação acredita-se que a carga horária de trabalho do professor pode se converter em um fator de impedimento uma vez que para alcançar este patamar principalmente quando este profissional se divide em duas ou mais unidades escolares. Ser um professor reflexivo demanda tempo para pensar e estudar principalmente porque nos dias atuais exige-se que este seja antes de tudo um pesquisador. A pesquisa também requer tempo, pois demanda observação, questionamento, estudo, experimentação, avaliação. O exercício, a prática reflexiva do professor é resultado de todas as etapas anteriores: conhecer, refletir e refletir sobre a reflexão-na-ação.

Faz-se necessário salientar que a necessidade da formação continuada em serviço expressa pelos docentes não deve ser confundida com aquela que ao final recebe-se um certificado. A proposta é a aquisição e conhecimento, o aprofundamento, a ampliação, e aperfeiçoamento dos saberes que serão ajuizados na prática cotidiana docente. Refere-se a formação continuada que a própria “natureza formadora da docência, não poderia reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos [...]” (FREIRE, 2001a, p.39).

Não é fácil trabalhar com pesquisa, sobretudo quando o indivíduo não é preparado para tal e não desenvolveu as habilidades necessárias. Esse é um trabalho de conquista, de fomentar o interesse e mantê-lo ao longo do processo educativo. Exige que o profissional conheça os discentes, auxilie-o, identifique as dificuldades, conduza e proporcione o desenvolvimento desse conhecimento.

A formação em serviço realizada na atividade complementar (AC), limita-se muitas vezes a cobrança de envio de espelho de avaliação, de plano de curso, de

plano de aula quinzenal de atualização de diários de classe; de discutir questões de indisciplina ou de como ajudar os alunos que optaram por um itinerário e por falta de vagas foram remanejados para outro; de como lidar com as dificuldades de adaptação do aluno no processo de (transição do ensino fundamental para o médio); de como traçar estratégias para melhorar a aprendizagem e rendimento dos alunos; de construir um projeto coletivamente e posteriormente ter que ficar cobrando aos colegas a se manter engajados no projeto.

Essas e tantas outras questões que o docente tem que lidar em sala de aula e dentro da unidade escolar como bullying, violência, questões familiares, drogas, doenças, fome, falta de livros e de outros materiais necessários ao fazer pedagógico etc. são apenas alguns exemplos do que ocorre no AC. E o resto de tempo é dedicado a correção de atividades, de planejamentos das aulas. Falta tempo para ler e estudar que é a real proposta da formação em serviço.

A reivindicação dos professores é por uma formação continuada e permanente em serviço a qual deve ser realizado nos dias e horários determinados pelas atividades complementares dos docentes no seu ambiente de trabalho (para estudo e aprofundamento) como forma de atender as demandas da escola principalmente por conta da implantação do Novo Ensino Médio, “na busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social” (BEHRENS, 1996, p. 24).

Faz-se necessário uma formação continuada em serviço que reconheça a escola como espaço de formação para seus docentes. Outro ponto que merece atenção diz respeito ao período de realização da atividade complementar (AC) é como essa atividade funciona nas escolas públicas das redes estaduais do estado da Bahia.

3.2. A Escola Como Espaço de Formação

Os caminhos da pesquisa relacionada a formação continuada/contínua e ou permanente em serviço do professor convergem para um único lugar: a escola. Em virtude das mudanças constantes pelas quais passa o mundo e conseqüentemente as sociedades interferindo, significativamente nas relações das pessoas entre si e com o mundo. Durante o processo educacional, os indivíduos passam boa parte de sua vida no ambiente escolar. Antes de tornar-se agente de transformação no

processo de ensino aprendizagem como professor, este antes ocupa seu espaço de aluno na escola.

Ao longo de seu desenvolvimento e sua formação enquanto cidadão é possível transitar pelos diversos ambientes que integram a sociedade e alguns desses lugares são constituem espaços de formação como os espaços religiosos, a escola e o nosso lar. Cada um desses espaços distintos possui estratégias próprias para a formação.

Tomemos como objeto de análise o professor enquanto estudante e a escola como espaço no qual decorre sua formação primária até a conclusão do ensino médio e posteriormente ele faz sua opção por um dos cursos que integram as licenciaturas e passa mais um determinado período de sua vida em um ambiente acadêmico que teoricamente o prepara para o seu futuro espaço de trabalho: a escola.

A escola retorna a sua vida não só como mero espaço de trabalho, mas sim como ambiente em potencial para a formação dos educandos e também como espaço de formação desse professor. Muitas vezes esse espaço escolar não é visto como lócus voltado para a formação de professores.

Não se pode ignorar que a escola é um espaço propício para realizar uma formação para os professores, pois é neste ambiente em que os saberes se encontram e todos os elementos inerentes ao processo formativo se estabelecem num processo construtivo de reflexão. Ação em que o sujeito que forma também ensina, aprende, questiona e reavalia sua prática e nesse momento ele constrói e ou reestrutura sua identidade profissional, uma vez que “a escola deve ser lócus de apropriação cultural e de práticas sociais das novas gerações” (KASSAR, 2004, p. 517).

Perceber a escola como espaço em que as mais diversas relações se estabelecem e alicerçam, impulsionam toda a movimentação decorrente do ensino aprendizagem da qual todos os docentes são sujeitos. Cada indivíduo que compõe o universo escolar traz experiências de vida que são compartilhadas direta ou indiretamente com os demais partícipes do procedimento educativo.

Essas experimentações que alimentam, animam e dão vida ao contexto escolar acabam por partilhar as culturas, pois a escola é um ambiente “de culturas porque seus protagonistas - os adultos, os jovens, os adolescentes e as crianças - são produtores de culturas: cultura infantil, cultura juvenil, cultura adulta [...]” (VAGO, 2009, p. 27). Considerando o estabelecimento de relações e de cultura pode-se afirmar que há na escola “características de vida própria, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem [...]”. (FORQUIM, 1993, p.167).

O estabelecimento de relações, da partilha de histórias e experiências de vida entre os diversos indivíduos inseridos no ambiente escolar possibilitam as trocas de conhecimentos enriquecem o processo ensino-aprendizagem. A escola enquanto espaço formativo, através do contato entre os sujeitos, possibilita e ao mesmo tempo intensifica a edificação de saberes frutos das mais diversas experiências. A conceituação experimental são os saberes oriundos da prática profissional, em sala de aula, nos diferentes espaços escolares e com os colegas de profissão (TARDIF, 2004).

Essas mudanças frequentes e rápidas muitas vezes não dão o tempo necessário para que a escola e os professores se adaptem, se modernizem e já tenham que se enveredar por outro caminho e propostas para acompanhar a sociedade, por que:

Essas mudanças implicam uma nova forma de ser exigem um novo cidadão e conseqüentemente suscitam novas demandas educativas para a escola e para os professores. Os impactos dessa mudança promovem suas ações conjuntas, pois evidenciam e ao mesmo tempo trazem para o homem novas formas de agir e pensar (PLACCO, 2003, p. 97).

Tendo como ponto de partida a temática da formação continuada evidencia-se diante desse cenário que se modifica com constância, a mudança nas práticas escolares como forma de tentar impulsionar a melhoria do ensino na escola. A formação, portanto, é essência diante desse contexto de transformação, e a discussão pertinente neste momento é a maneira que essa formação deve acontecer, porque “na atualidade não se deve mais se limitar a existência ou não de formação, mais sim sobre o modo como se efetivam esse processo de formação e estudos” (CHAVES, 2014, p.4).

A formação continuada do professor mesmo respaldada e legitimada pela Constituição e posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tem sido

realizada de forma 'aligeirada' e muitas vezes distante da realidade vivenciada pelo professor em sua sala de aula comprometendo a sua qualidade e podendo mais adiante ser encarada como um entrave pela ausência de um referencial teórico ou mesmo findar-se por descontinuidade.

É comum encontrar reflexões em torno da formação continuada relacionadas a forma como ela vem sendo apresentado por exemplo, na forma de simpósios, seminários e ou cursos que se distanciam da realidade enfrentadas pelos docentes nas salas de aula o que demarca um problema de relação entre teoria e prática ou ainda a carência de uma articulação de caráter teórico-metodológico (NÓVOA, 1992).

A escola apresenta um contexto favorável de aprendizagem por parte do professor que pode aprimorar sua formação no momento em que passa a refletir sua ação em sala de aula, avaliando, refletindo sobre o seu trabalho efetivo, ampliando sua experiência e ressignificando a sua prática. Pode-se assim dizer que “o dia-a-dia na escola é um lócus de formação” (CANDAU, 1999, p.44).

A unidade escolar deve ser considerada como lugar privilegiado para o cumprimento efetivo da proposta de formação contínua de professores uma vez que neste espaço se reúnem os atores do cenário educacional no qual ocorre a troca de saberes, de experiências que de certa forma podem ser legitimadas, consideradas adequadas ou ainda podem ser refutadas, pois “a formação continuada deve estar centrada na escola, prioritariamente” (ALMEIDA, 2006, p.86)

A admissão do espaço escolar como lócus é reconhecê-lo como fonte inesgotáveis de saberes que circulam e brotam como mananciais de transmissão contínua e permanente de cultura tornando possíveis as relações, desenvolvimentos e associações entre teoria e prática. Entendendo a finalidade da educação e da importância do trabalho educativo realizado por cada docente em seus espaços escolares e tendo na escola como ambiente favorável para o desenvolvimento da formação, pode-se afirmar que:

O desafio é uma formação caracterizada por sentidos e significados humanizadores centrada na ideia de que os cursos de formação continuada não podem reduzir-se ao como fazer mas devem conduzir a reflexão e compreensão acerca dos enfrentamentos e possibilidades de ação educativa forma, das necessidades e do potencial das crianças e dos motivos que possam ser gerados numa lógica de educação humanizadora. [...] A formação não pode se dar de forma isolada, mas deve necessariamente, ser

constituída em diálogo efetivo entre os integrantes do processo e direcionada (CHAVES, 2014, p.122).

A formação deve ser preferencialmente realizada na escola de maneira a oportunizar e incentivar a participação do professor, defendendo a concepção de que “o trabalho de todo processo educativo apresenta-se como grande instrumento na transformação de um indivíduo mais autônomo e mais humano” (GASPARIAN, 2011).

Pode-se vislumbrar que o planejamento e a organização do ofício docente podem ganhar perspectivas críticas que advém de um processo de reflexão dentro de uma análise histórico-cultural compreendendo a profissão e o exercício das suas práxis de acordo com sua complexidade. Faz-se necessário a compreensão de que a prática pedagógica no âmbito escolar deve oportunizar e evidenciar ações direcionadas aos desafios do cotidiano escolar.

3.3 A Atividade Complementar Como Alternativa Para Formação

A Atividade Complementar (AC) do professor é um tópico que sempre suscita novas indagações e desperta interesse não só em entender a expressão, mas também por enxergá-la como alternativa para aplicação de uma formação continuada na escola, enquanto espaço de exercício da prática docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em relação a Atividade Complementar do professor (A/C), estabelece “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho” (BRASIL, 1996, p.23).

Este período refere-se a carga horária do professor na unidade escolar e envolve o número de aulas e mais o tempo de atividade complementar a ser cumprido pelo docente na escola e fora dela. Isso significa 2/3 dessa carga horária ministrando aulas e 1/3 em atividade complementar.

No caso das escolas que integram a rede estadual de ensino do estado da Bahia, um professor lotado na escola com a carga horária de 20 horas deve ser programado pela escola com no mínimo 13 horas aulas, 5 horas aulas destinada a atividade complementar a ser cumprida na escola semanalmente e 2 horas aulas fora da escola. Ressalta-se que nos dias destinados às ac o professor não pode ser programado com aula.(BAHIA, 2002, p.23)

Ainda segundo os regulamentos estabelecidos pela Secretaria Estadual da Educação (SEC) as atividades complementares semanais realizadas nas unidades escolares deverão obedecer ao calendário estipulado por área de conhecimento como o exemplo apresentado no Quadro 4

Quadro 4 – Exemplo de Distribuição de Atividade Complementar (AC) Realizada na Escola

DIA DA SEMANA	ÁREA	DISCIPLINA
Terças-feiras	Humanas	História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Projeto de Vida;
Quartas-feiras	Linguagem	Língua Portuguesa, Língua estrangeira, Educação Física e Artes;
Quintas-feiras é reservado a	Exatas I	Biologia, Química e Física
Sextas-feiras	Exatas II	(Matemática).

Fonte: Elaborada pela autora/2020

A distribuição da Atividade Complementar (AC) distribuída como o exemplo acima oferece condições do mediador e/ou articulador realizar um trabalho mais específico e direcionado para cada área do conhecimento.

A AC apresenta-se como principal meta a construção e desenvolvimento dos planejamentos inclusive de suas aulas, organização das atividades inerentes a cada conteúdo abordado e instrumentos avaliativos.

A AC é parte integrante do trabalho pedagógico do docente, parte inerente ao ofício de professor e, portanto, incluso na carga horária de cada profissional. Mediante tal abordagem nada mais justo que este período seja bem utilizado e aproveitado pelo corpo docente com uma formação continuada realizada na própria escola, pois:

A formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam as necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas. Quando se fala de formação centrada na escola, entende-se que a instituição educacional transforma-se em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas. A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar da formação. [...] A formação centrada na escola pretende desenvolver um paradigma colaborativo entre os professores. [...] Esse enfoque baseia-se na reflexão deliberativa e na pesquisa-ação, mediante as quais os professores elaboram

suas próprias soluções em relação aos problemas práticos com que se deparam (IMBERNÓN, 2010, p.85-87).

A Atividade Complementar (AC) pode ser definida como um tempo pedagógico no qual o professor pode e deve aproveitá-lo para planejamentos, elaboração de atividades afins, obter formação por meio de estudos individuais e ou coletivo. Este tempo também é destinado para atualização, construção e ou implantação do Projeto Político Pedagógico, uma vez que:

Não é apenas uma formação como um conjunto de técnicas e procedimentos, mas tem uma carga ideológica, valores, atitudes, crenças. Não é, portanto, uma simples transferência física, nem tampouco um novo agrupamento de professores para formá-los, e sim um novo enfoque para redefinir os conteúdos, as estratégias, os protagonistas e os propósitos da formação. (IMBERNÓN, 2010, p. 85).

É importante também que este momento de AC seja utilizado pelos docentes para discussão, debates sobre questões escolares, os quais nos levam a reflexão, troca de experiência e conhecimento que dão um novo sentido as práticas pedagógicas e curriculares. A AC faz parte do ofício de professor, ou seja, é um compromisso obrigatório de cada educador e, portanto, deve ser realizado com responsabilidade.

É de grande importância a utilização do espaço da hora-atividade para a formação continuada docente dentro das escolas bem como a atuação do pedagogo como agente articulador e estimulador deste processo de formação. Ou seja, a atuação do pedagogo é imprescindível no momento de AC para estudar, refletir e partilhar as suas angústias, com intuito de enriquecer a sua ação pedagógica dentro das escolas (GARRIDO, 2005).

A AC ao ser encarada como momento de formação tem-se a possibilidade efetiva da realização de um trabalho colaborativo traçando estratégias com o corpo docente tendo como finalidade a aprendizagem, ou melhor, o fortalecimento dessa aprendizagem. Além disso, configura-se como momento importante de qualificação do profissional, porque “a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção da preservação de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e coparticipação de todos” (GATTI, 2016, p. 163).

Quanto a Atividade Complementar (AC) realizada fora da escola é o tempo que o profissional tem para estudar, pesquisar, elaborar instrumentos formais de

avaliação, correção de avaliação e tantas outras atividades relacionadas a escola que realizamos em casa onde temos recursos dos quais a escola não dispõe.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) juntamente com a Câmara de Educação Básica (CEB) aprovaram o parecer nº 9/2012 no qual posteriormente implantou-se a lei 11.738/2008 que determinou o piso salarial do profissional do magistério público da educação básica. Neste parecer encontram-se elencados técnicas que levam a valorização do trabalho dos profissionais do magistério, enfatiza que sem valorização não se tem educação de qualidade. E por fim destaca a importância dos AC's realizadas no ambiente escolar afirmando que:

O trabalho do professor vai muito além de ministrar aulas. Para que sua atuação tenha mais qualidade, o professor precisa, além de uma consistente formação inicial, qualificar-se permanentemente e cumprir tarefas que envolvem a melhor preparação de suas atividades em sala de aula, bem como tempo e tranquilidade para avaliar corretamente a aprendizagem e o desenvolvimento de seus estudantes (BRASIL, 2012, .p.04).

O documento salienta a importância de um trabalho de formação contínua e permanente do professor e sugere que o tempo dedicado ao AC seja aproveitado para realizar a formação na escola para qualificar o corpo docente.

3.4 A Formação Continuada Como Aliada da Formação e a Prática Docente

Ao refletir sobre a formação continuada do docente remonta-se a história da educação brasileira, da política educacional nacional e dos dispositivos legais que garantem e asseguram essa prerrogativa ao professor. A história da educação brasileira leva-nos a refletir sobre todo o processo e o contexto no qual nasceu e se estruturou a educação e de como a profissão ou ofício de professor adquiriu um aspecto complexo em virtude do progresso da sociedade.

No processo inicial formativo do docente percebeu-se que todo conhecimento obtido ao longo da graduação dos cursos de licenciaturas mostraram-se insuficientes tornando-se necessária haver uma formação continuada como forma de complementar a sua formação inicial. Ou seja, os estudos sobre a formação docente apontam falhas em sua formação inicial (licenciaturas), evidenciando a necessidade de reformulação da grade curricular por parte das instituições de ensino superior e propondo que esses institutos busquem aproximar teoria e prática.

A formação continuada do professor deve estar vinculada a melhoria na qualidade de ensino. A investigação em torno da formação contínua questiona a

prática docente ao mesmo tempo em que enfatizam a importância da formação como forma de oxigenar a práxis docente.

O professor do século XXI precisa dar conta de uma série de demandas e exigências da atual sociedade desafiando-o a se manter atualizado, em consonância com esse novo tempo e realidade de forma que essa atualização se reflita na sua práxis. A necessidade de uma formação crítico-reflexivo viabiliza a reflexão sobre a sua prática docente corroborando para o desenvolvimento do pensamento, da ação e do progresso profissional, pois:

[...] os saberes teóricos propositivos se articulam, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre. (PIMENTA, 2005, p.26)

Tal fato influencia, favorece e legitimou a profissionalização da profissão docente, uma vez que a investigação e sistematização em torno dos saberes docentes passaram a ser melhor apreciados com o objetivo de melhorar a formação continuada.

A educação nos dias atuais requer profissionais capacitados, crítico-reflexivo imbuído de um espírito investigativo e pesquisador. O professor precisa desenvolver competências e habilidades para aquisição do conhecimento através da pesquisa e experimentação da prática no qual as competências profissionais se evidenciam em determinadas circunstâncias.

Pode-se destacar três aspectos como essenciais no processo de formação contínua de qualidade que são: o desenvolvimento pessoal do professor mediante formação crítico-reflexiva; o desenvolvimento profissional, ou seja, produzir a profissão docente (identidade) a partir de questionamentos sobre a autonomia e profissionalismo do professor face ao controle administrativo e às regulações burocráticas do Estado; e o desenvolvimento organizacional, onde as inovações não ocorrem sem que ocorram transformações na organização escolar, pois :

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os

proyectos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1991, p.25).

A importância da análise em torno da formação continuada do professor traz à tona aspectos relativos a reflexão e a crítica a prática do professor como forma de valorização dos docentes ao reconhece-lo como pesquisador e elaborador de conhecimento. E na confiança com relação as suas potencialidades pode-se destacar que:

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento autoformativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se reflectir sobre o que faz e sobre o que vê fazer. (ALARCÃO, 1996, p. 18).

Não é fácil a tarefa de tornar-se um profissional crítico reflexivo pois além de tempo para obter o conhecimento precisa estar atento a sua prática. A formação continuada no processo educacional e formativo proporciona perspectivas reais na obtenção de conhecimentos e ao mesmo tempo avalia o que foi, o que precisa ser aprendido sempre no intuito de se aperfeiçoar.

De uma forma geral as sociedades evoluem e tentam acompanhar as rápidas mudanças nos variados aspectos e setores. A vasta produção sobre o universo educacional brasileiro permite acompanhar as modificações ocorridas desde a sua implementação com criação de leis para respaldar o processo educativo, a criação e implantação de políticas públicas educacionais, diversos, projetos e programas com estabelecimento de prazos e metas (inclusive de formação para o professor).

Ao observar o início da história da educação e da carreira docente percebe-se que aos poucos esta profissão foi se reinventando, se remodelando a medida em que a sociedade evoluía em uma tentativa desesperada de se encaixar e atender as novas demandas sociais. O professor passou a ocupar posicionamento de destaque e ser objeto de estudo e alvo de políticas públicas de formação continuada.

A proposta de formação continuada desejada deve ser planejada objetivando o acréscimo de conhecimentos, agregando saberes, aprimorando a prática para proporcionar aos profissionais docentes reflexões sobre a sua ação e (prática) reavaliando e renovando sua prática pedagógica.

MEDODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia aplicada nesta pesquisa que teve como objetivo compreender os entraves para uma formação continuada dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio (NEM).

Nesta etapa da escrita de texto, a pesquisadora descreve os passos e procedimentos metodológicos empregados para organizar as ideias e informações obtidas ao longo de todo o procedimento de coleta informações e de dados sobre o tema. O processo dessa investigação científica amparou-se na metodologia da pesquisa que é conceituada como:

Caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade) (MINAYO, 2016, p.14).

A importância da metodologia para a pesquisa reside no fato dela ser responsável por estabelecer o percurso o qual se pode empregar procedimentos científico para encontrar respostas para a problemática através de “esquemas de resolução de problemas que diminuem a distância entre a imagem sobre o fenômeno e o próprio fenômeno” (MORGAN, 1983, p.21. A pesquisa foi notadamente humana uma vez que permitiu descobrir novos fatos, dados e acumular material com o objetivo de estudá-lo e propor soluções.

Com a Implantação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho fez-se necessárias reflexões acerca da formação continuada e em serviço na qualidade do ensino para práticas exitosas nessa modalidade de ensino. Pode-se afirmar que os pesquisadores CHAVES (2014); GARRIDO (2015); e GATTI (2016) que abordam sobre formação continuada do professor cada um ao seu modo apresentam um olhar e tratamento diferenciado.

Mediante tal abordagem e concordam em vários aspectos e discordando em tantos através desta investigação procurou responder a problemática: Como a formação continuada e em serviço pode auxiliar os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho na superação dos desafios impostos pelo Novo Ensino Médio (NEM)?

Para responder à problemática a metodologia da pesquisa utilizada teve caráter exploratório com abordagem quali-quantitativa com o auxílio de pesquisas bibliográficas que “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses etc.,” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.185); e pesquisa de campo que foi realizada na referida instituição com observações, entrevistas e aplicação de questionários para a coleta de dados.

Pois por tratar da formação continuada em serviço do professor fez-se necessário considerar a escola como espaço específico e pertinente para a realização deste estudo. As observações foram realizadas em horário de Atividades Complementar (AC) para obtenção de informações sobre a formação continuada e em serviço para os docentes que atuam no Novo Ensino Médio (NEM) com discussões sobre as dificuldades relacionadas a implantação desta modalidade de ensino. Este estudo foi realizado com a colaboração de docentes que atuam no NEM no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho

4.1 O Tipo de Pesquisa

Após a triagem e aquisição de obras com abordagens sobre a temática realizou-se as leituras, os fichamentos, reflexões e anotações a respeito de cada uma das obras. À medida que as leituras eram aprofundadas surgiam a necessidade de outras leituras, acrescentar outras obras de forma a complementá-las.

Para a realização desta pesquisa fez-se necessário a realização de leituras inerentes à pesquisa bibliográfica. Pois optou-se pela abordagem exploratória, cuja finalidade é:

Desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico, documental, entrevistas não padronizadas e estudos de casos (GIL, 2018, p.27)

A pesquisa exploratória consiste em investigar e verificar minuciosamente o objeto de estudo pesquisa. Realizou-se a pesquisa exploratória quantitativa e qualitativa. Pois a quantitativa ao analisar dados utiliza-se de técnicas estatísticas; e a qualitativa ao analisar os dados apresenta informações através de interpretações descritivas.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas (RICHARDSON, 1989). Ela é aplicada nos estudos descritivos. A pesquisa qualitativa “não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias” (RICHARDSON, 1989). Ela apresenta informações não expressas em palavras.

A escolha pela abordagem mista (quantitativa e qualitativa) proporcionou condições de analisar e abordar sobre a formação continuada e em serviço para os docentes que atuam no Novo Ensino Médio (NEM) selecionando o material bibliográfico a ser utilizado na pesquisa, conhecendo os principais nomes nesta área, as concepções e sugestões apontados por eles no que diz respeito à formação continuada em serviço do professor.

4.2 Os Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa adotados foram pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevistas e aplicação de questionário com a finalidade de obter resposta sobre a formação continuada e em serviço para os docentes do Novo Ensino Médio (NEM) que atuam no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho.

A pesquisa a bibliografia auxiliou na leituras para exploração e reflexão do tema para aquisição de conhecimentos, pois. ela é desenvolvida por material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”(GIL, 2018, p.50). Através da pesquisa bibliográfica foi possível selecionar materiais relacionadas a temática que desbravam o terreno da formação continuada.

As observações feitas no acompanhamento das atividades complementares, conversas e reuniões dentro e fora da unidade escolar também nos forneceram subsídios importantes para construir a temática. Por outro lado, a respostas obtidas após aplicação de um questionário online nos corroborou de com o nosso estudo permitindo-nos também ouvir o que tem a dizer nosso público alvo no caso os docentes.

A observação permite obter informações reais a respeito do objeto pesquisado. Vale salientar que a observação “chega a ser mesmo considerada como método de investigação devido aos graus de exigência que requer estar

precisamente definida em termos de procedimento” (GIL, 1999, p. 110). Ela é considerada fundamental para a coleta de dados de uma pesquisa.

Por meio da entrevista obtiveram-se informações de dados, através da conversação com os atores da pesquisa, uma vez que através da entrevista é possível “coletar dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN. 2010).

Com a aplicação do questionário os docentes descreveram concepções, inquietações, os valores e crenças que respaldam o seu fazer pedagógico, o comprometimento com a escola e com os projetos propostos tendo em vista uma educação de qualidade no Novo Ensino Médio (NEM) do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, pois o questionário foi:

A técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p. 128).

O questionário permite coletar dados e informações descritas dos participantes de uma pesquisa. Que nesta pesquisa foi obtida informações de acerca dos valores e crenças que respaldam o fazer pedagógico, o comprometimento com a escola e com os projetos propostos tendo em vista uma educação de qualidade no Novo Ensino Médio (NEM) do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho.

4.3 O Cenário da Pesquisa

O cenário de Pesquisa foi o Colégio Wanderley Araújo Pinho (CEWAP), que é uma escola pública da rede estadual, localizada na cidade de Gamma, no estado da Bahia.

A referida instituição funciona de segunda-feira a sexta-feira de 07h15min às 17h45min. Sendo que no turno Matutino funciona o Ensino Médio e no vespertino o Ensino Fundamental. Possui 650 alunos matriculados. Ela atende a comunidade local e cidades circunvizinhas, sendo ministrado um ensino gratuito, no qual o ingresso ocorre a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental e conclui com o 3º ano do Ensino Médio.

A escola apresenta uma boa infraestrutura. Dez salas de aula, banheiros masculino e feminino, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva. Também conta com uma cozinha, um almoxarifado, sala da direção, secretária, uma sala e um banheiro para os professores e mais três salas distintas nas quais funciona o comando militar.

O corpo docente desta escola é composto por profissionais efetivos da rede estadual de ensino que ingressaram por meio de concurso público, passando por prova de título e perícia. Somente após o cumprimento destas etapas os docentes são encaminhados para as respectivas escolas o qual deverá cumprir o estágio probatório por três anos após isso ele é considerado professor efetivo da rede.

Inicialmente sua carga horária é de 20 horas podendo ser ampliada até 40 horas se a escola tiver vaga real ou por meio de outro concurso. Todos os profissionais são licenciados e a maioria possui especialização e alguns têm mestrado. Os professores podem ser enquadrados na faixa etária de 25 a 65 anos de idade. Tem experiência em sala de aula (alguns com mais de vinte e cinco anos de atuação no magistério).

Este colégio tem como missão precípua promover o desenvolvimento harmônico e adequado individual dos estudantes através de uma formação básica de qualidade, tornando possível o aprimoramento de suas potencialidades. Pretende-se ainda preparar os estudantes para o universo do trabalho tornando-o cidadão consciente e protagonista de sua história.

A visão de futuro do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho (CEWAP) é a de ser uma escola reconhecida pela liderança forte e qualidade de ensino, embasada no desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam a aprendizagem e a construção de uma sociedade política e economicamente avançada, composta por indivíduos críticos e participantes através de Diretrizes que norteiem as ações da comunidade escolar.

4.4 Os Atores da Pesquisa

Os atores da pesquisa foram docentes do CEWAP, que atuam e desenvolvem a proposta do Novo Ensino Médio (NEM). Ao longo dos anos letivos de 2018 e 2019 foram realizadas observações, reuniões e conversas (dentro e fora da escola) relativas a ausência de uma formação continuada durante a realização das atividades complementares.

Nesta pesquisa contamos com a participação de docentes de matérias diversas que estão trabalhando com o NEM desde a sua implantação com o Projeto Político Pedagógico atualizado para atender as necessidades dos estudantes e da Base Nacional Comum Curricular devido ao NEM.

Todos os docentes da pesquisa trabalham no CEWAP, com a finalidade de oferecer uma educação de qualidade para alunos do ensino fundamental e médio, com vistas à construção de competências que auxiliem no exercício pleno da cidadania como agentes transformadores da sociedade.

4.5 A Coleta de Dados

A coleta de dados foi um dos aspectos importantes para aprofundar o assunto. Ela iniciou com a observação ao longo das Atividades Complementares (AC's), das reuniões com a Gestão escolar, a coordenação, nas conversas e por fim nos dados obtidos com a pesquisa.

No caso deste colégio iniciaram-se observações, conversas ao longo do ano letivo e concluímos esse procedimento com a aplicação do questionário composto por dezenove questionamentos. Nesta pesquisa os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho (CEWAP) puderam expressar seu posicionamento a respeito do Novo Ensino Médio, Currículo, atividades complementares e formação continuada do professor.

Todos os questionamentos tiveram o objetivo de auxiliar a responder à questão central deste estudo de como a formação continuada pode auxiliar os docentes a superar os desafios do Novo Ensino Médio(NEM).

4.6 A Análise de Dados

De posse dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos docentes que atuam e desenvolve a proposta do Novo Ensino Médio (NEM) no CEWAP foram realizadas leituras das respostas apresentadas para elaboração análise de dados que é compreendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise de dados refere-se ao momento do processamento e apreciação das informações dos dados coletados. Nesta investigação a metodologia utilizada na apreciação dos dados foi o da análise do conteúdo que proporcionou a compilação das informações que foram reduzidas sem interferir nas respostas dos participantes para não comprometer a investigação. Para uma análise mais fidedigna de dados os questionários foram submetidos a um novo processo de leitura e revisão.

Após fazer a verificação as respostas foram devidamente analisadas e tabuladas. Ou seja, foram interpretadas, enquadradas nas categorias e posteriormente tabulados/ transformados em gráficos e inseridos os comentários devidamente fundamentados pela pesquisadora com auxílio de bibliografias selecionadas e apresentadas a seguir.



Elaborado pela autora/2020

Dos docentes que foram convidados a responder a pesquisa 62% trabalham no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho (CEWAP) em regime de 20 horas e 38% trabalham em regime de 40 horas. Dentre os professores alguns são efetivos da rede estadual de ensino e outros pertencem ao quadro da rede estadual na forma de Regime de Direito Administrativo-REDA.

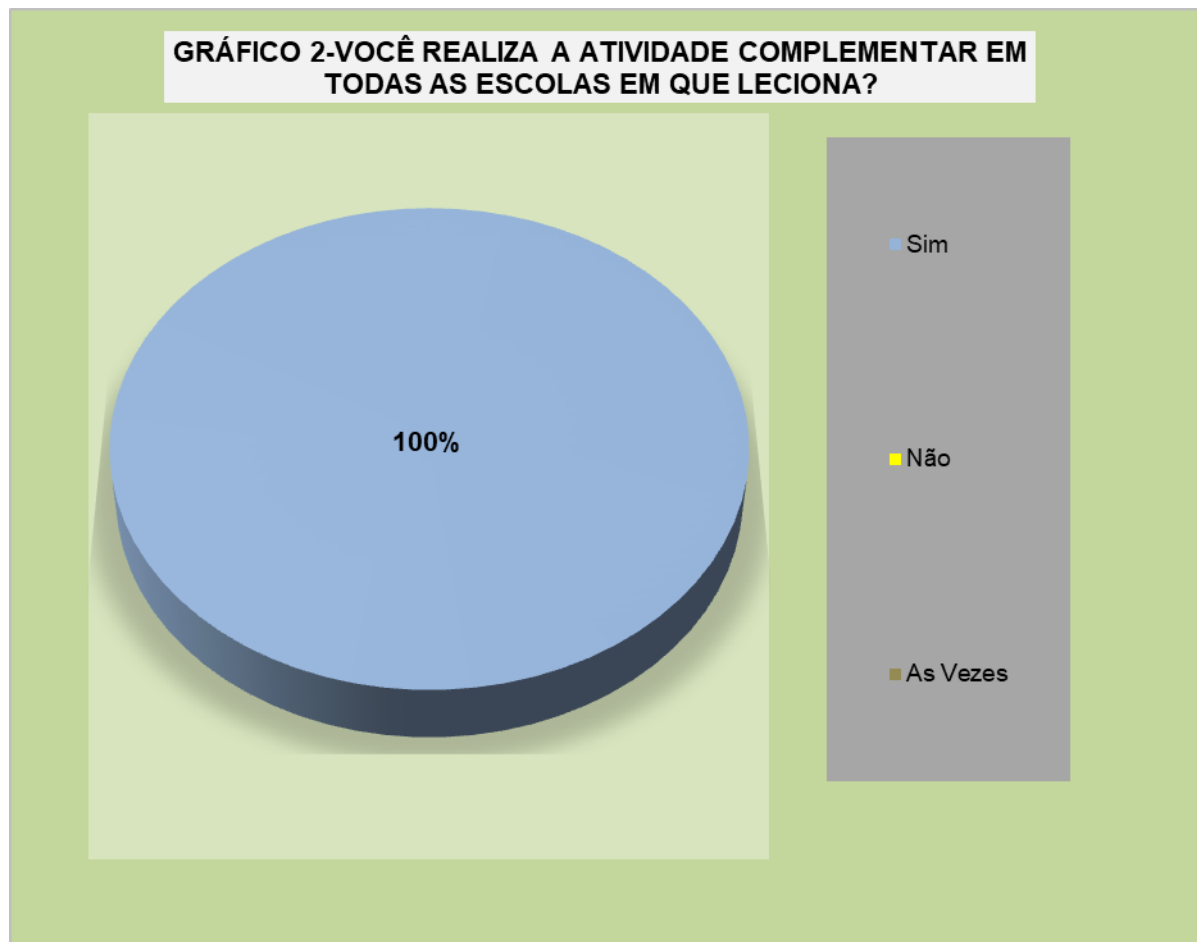
A análise de dados permite-nos inferir que a maioria desses professores se divide entre duas ou mais escolas. Tal fato evidencia o fator tempo no qual o docente divide entre duas ou mais escolas, ou seja, a exigência da sua presença física no ambiente escolar ocupa grande parte da sua carga horária. Ressalta-se que a carga horária do docente é composta por 2/3 em sala de aula e 1/3 nas demais atividades escolares.

Sendo o docente elemento de fundamental importância para o processo educacional, o qual exerce papel preponderante como aquele que desperta o desejo de aprender, motivando o discente a construir o conhecimento integrando e mobilizando suas competências e habilidades.

A sala de aula, portanto, se constitui campo de atuação docente. E neste espaço que o exercício do ofício ganha visibilidade e o professor que:

É um profissional portador de um capital de saberes, de saber-fazer e de saber ser que não estagnou, pelo contrário, cresce constantemente acompanhando a experiência e, sobretudo, a reflexão sobre a experiência (PERRENOUD,1997,p.186).

Evidencia-se assim, que ao longo do tempo a atuação do professor sofreu mudanças em vários aspectos, sobretudo no campo pedagógico o qual o professor deixou de ser detentor do conhecimento para ser mediador do conhecimento, tal fato refere-se a uma modificação de postura no que se refere ao exercício de sua profissão.



Elaborado pela autora/2020

De acordo com o gráfico 100% dos professores realizam atividades complementares nesta escola que ocorre quinzenalmente e por área de conhecimento, a saber. Os professores que participaram deste estudo são licenciados nas áreas de História, Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Educação Artística e Física.

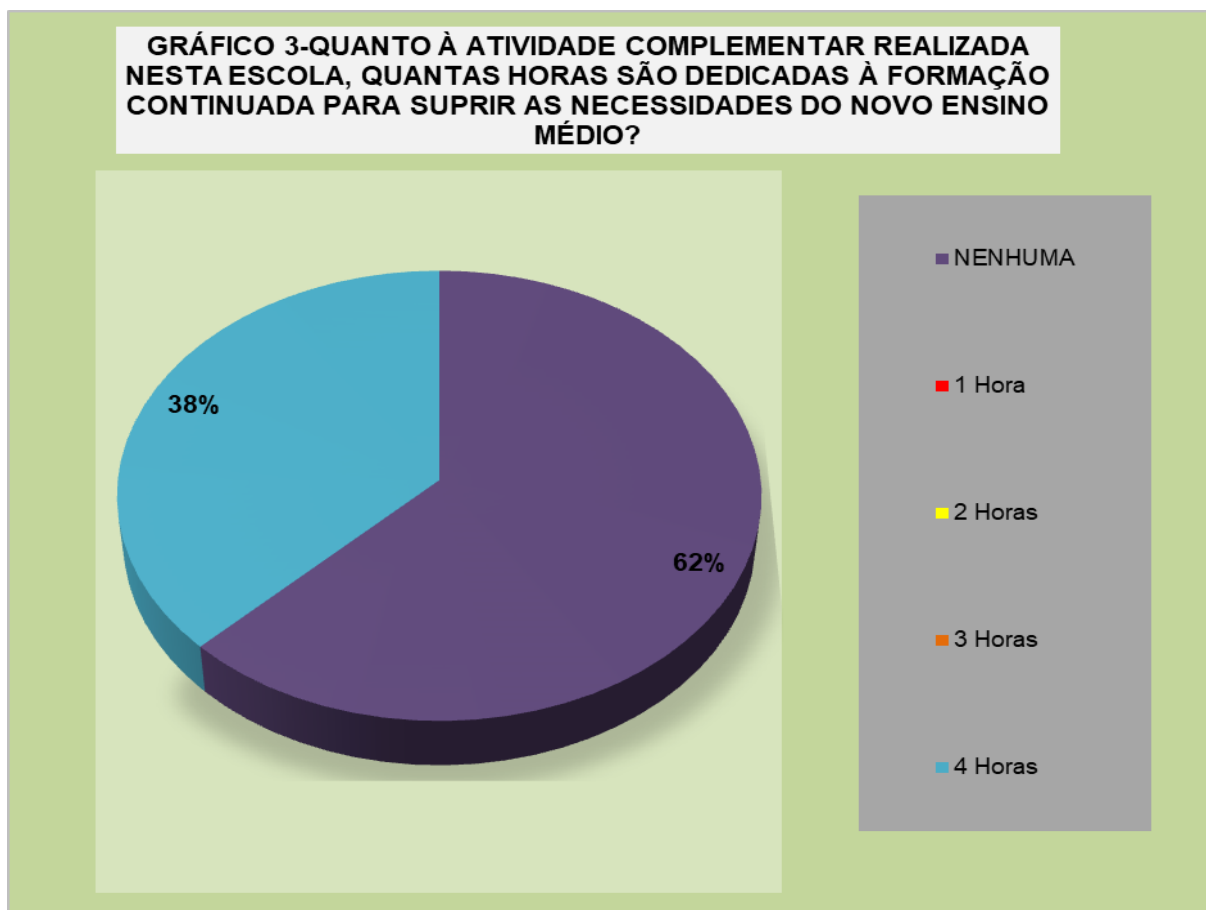
Chamado de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) na maior parte dos estados brasileiros, aqui na Bahia é chamado de Atividades Complementares (AC), o qual corresponde ao tempo de 1/3 dentro da carga horária docente sendo destinado a estudos, formações, planejamentos etc.

São reuniões pedagógicas contabilizadas na jornada de trabalho do professor das escolas públicas de alguns estados brasileiros. Estas reuniões têm o objetivo de:

Servir como espaço privilegiado para a discussão de determinados assuntos, principalmente os referentes à metodologia de ensino. As HTPCs também são utilizadas para outros objetivos, estabelecidos na proposta pedagógica das escolas, inclusive para a capacitação dos professores (MENEZES e SANTOS, 2002, s/p).

Sua importância reside no fato deste momento de permitir a realização de um trabalho pedagógico efetivo por partes dos professores no sentido de estudo, formação, mas também possibilita a organização e planejamentos das atividades desenvolvidas em sala de aula pelo professor ou na própria escola por isso “necessita estar atrelado a um movimento dentro da própria escola em direção às mudanças, com discussões de novas idéias e montagem de projetos, assegurando-se o compromisso coletivo dos educadores” (GARCIA, 2003, p.44).

O trabalho desenvolvido nas atividades complementares (AC) é importante porque permite que o docente desenvolva um trabalho (coletivo), confrontando sua “atividade em um processo heurístico, simultaneamente avaliativo e formativo” (ALARCÃO, 2001, pg. 11).



Elaborado pela autora/2020

Embora a atividade complementar aconteça quinzenalmente na escola com a participação de todos os docentes de acordo com 62,5 % dos professores nenhuma hora é dedicada a formação continuada para suprir as necessidades trazidas pelo Novo Ensino Médio (NEM), e apenas 32% afirmou que 4 horas são dedicadas para tal ação.

Com a adesão da escola ao Novo Ensino Médio ao longo do tempo foram aparecendo muitos questionamentos, dúvidas, desafios e tudo isso poderia ser sanado se houvesse uma formação voltada para dirimir e atender todas essas inquietações e tornaria o processo da docência mais eficiente, pois esse momento poderia:

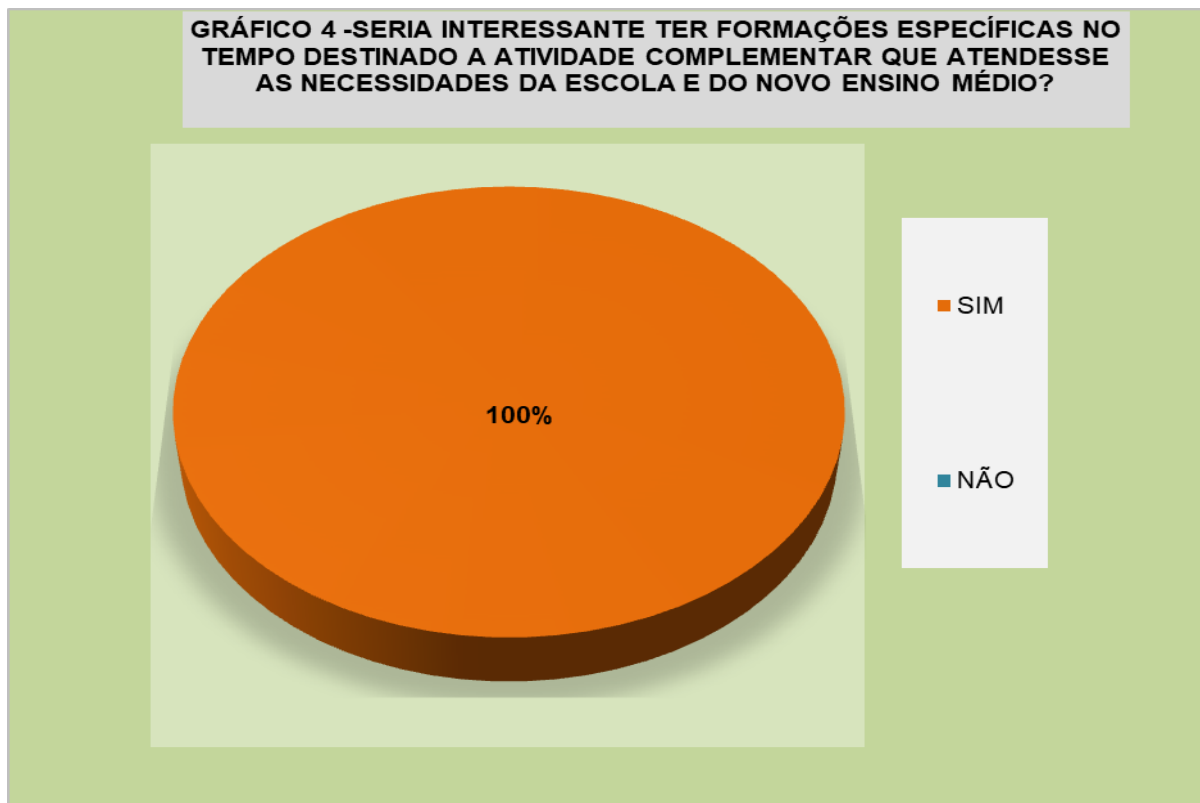
Se constituir em um espaço de formação continuada, pois esse pode ser um espaço onde cabem propostas de formação continuada que se voltem para o 'saber estudar', saber pesquisar e elaborar individual ou coletivamente suas sínteses e aprendizagens (DEMO, 1991, p.191).

O Novo Ensino Médio surge propondo melhoria na estrutura de ensino, porém traz exigências para o docente e seu ofício. Dentre as exigências insere-se a formação continuada do professor não só no que diz respeito ao estudo, mas também sobre as atividades complementares na qual enfatiza que a “formação não é pelo coletivo, possibilita a interação que desencadeia transformações e constitui fonte de novas perspectivas, novas alternativas e possibilidades potencializadoras de um efeito multiplicador” (SÁ-CHAVES, 2005).

A proposta da nova modalidade de ensino requer um profissional diferenciado condizente com as demandas do novo tempo, ou seja, o papel do docente em sala de aula passa a ser o de orientador, de mediador permitindo que o educando construa o conhecimento. Ressalta-se que quanto ao aspecto tecnológico a maioria dos docentes não se sentem preparados ou habilitados para lidar com ela, por isso:

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p.27)

Diante dessa realidade o professor deve ser um pesquisador, apresentar capacidade de liderança, ser empreendedor, e utilizar a tecnologia como ferramenta de forma a enriquecer o processo ensino aprendizagem.



Elaborado pela autora/2020

Verifica-se que 100% dos professores consultados concordam que durante o tempo em que é realizada a atividade complementar seria interessante que acontecesse uma formação continuada específica para atender as demandas do Novo Ensino Médio de forma a auxiliar a vencer os desafios que surgiram em decorrência da adoção e execução desta nova modalidade escolar e também para tratar de questões inerentes a sala de aula e contexto escolar, isto é, questões que são vivenciadas por esta realidade escolar.

A pesquisa também se revelou como importante instrumento para que os gestores e coordenadores pedagógicos possam ofertar uma formação continuada para os docentes no ambiente escolar durante os horários estabelecidos para realização das atividades complementares (AC).

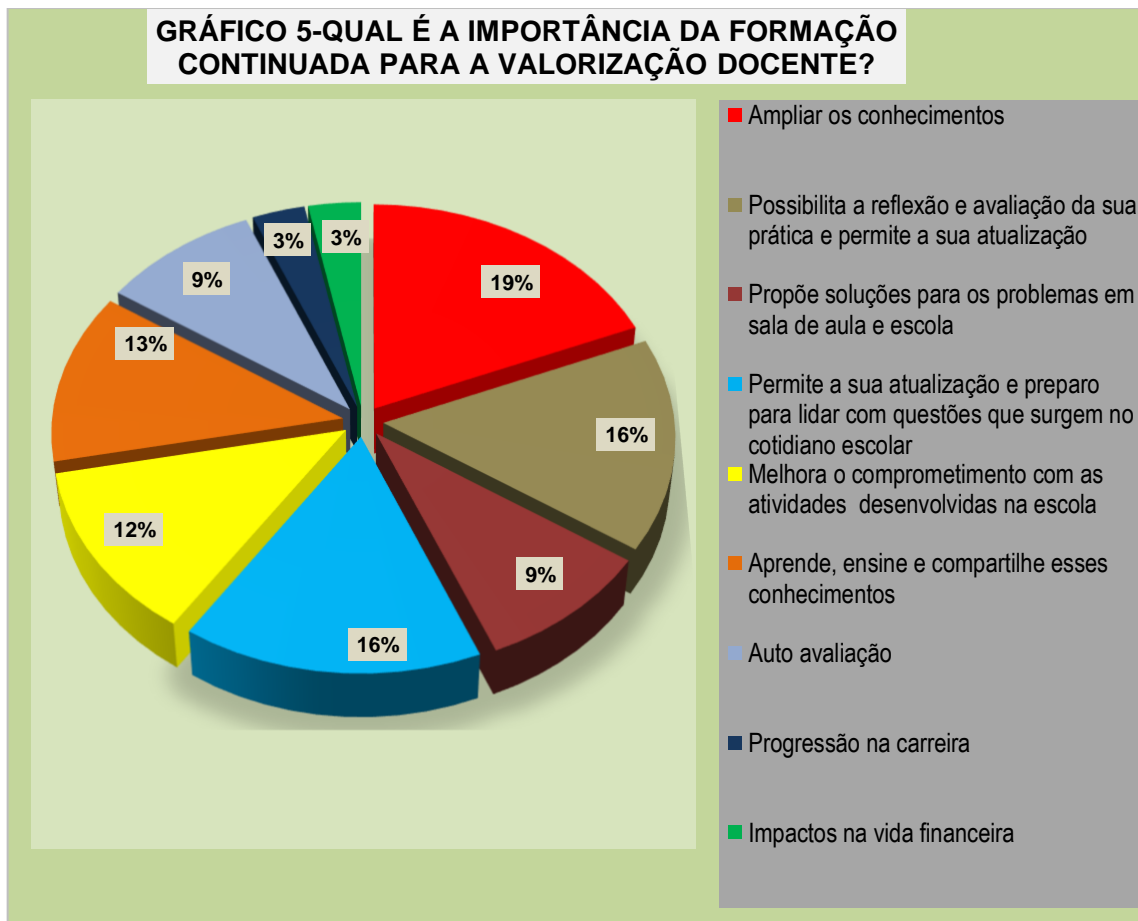
Faz-se necessário uma maior unidade na formação continuada de professores, porque quando esta acontece na escola, de forma coletiva e articulada ao Projeto Político Pedagógico, contribui para uma maior articulação entre as partes, ou seja, entre as diferentes disciplinas que compõem o Currículo Escolar (KUENZER, 2002).

A formação continuada docente vem se mostrando importante para o processo da educação independentemente do nível (pré-escola, fundamental,

médio ou superior), pois auxilia o docente a aprimorar as práticas pedagógicas e isso influencia significativamente a qualidade de ensino e para vários autores encontra-se atrelada ao desempenho do professor assim:

A formação continuada deve estar articulada com o desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e projetos de ação, e não em torno de conteúdos acadêmicos (NÓVOA ,1991, apud CANDAU, 1999, p. 57)

Nota-se que a formação continuada, contínua e ou permanente não importa a nomenclatura, o que interessa é que ela proporciona o aperfeiçoamento dos conhecimentos fundamentais para as atividades pedagógicas tendo em vista a qualidade de ensino.



Elaborado pela autora/2020

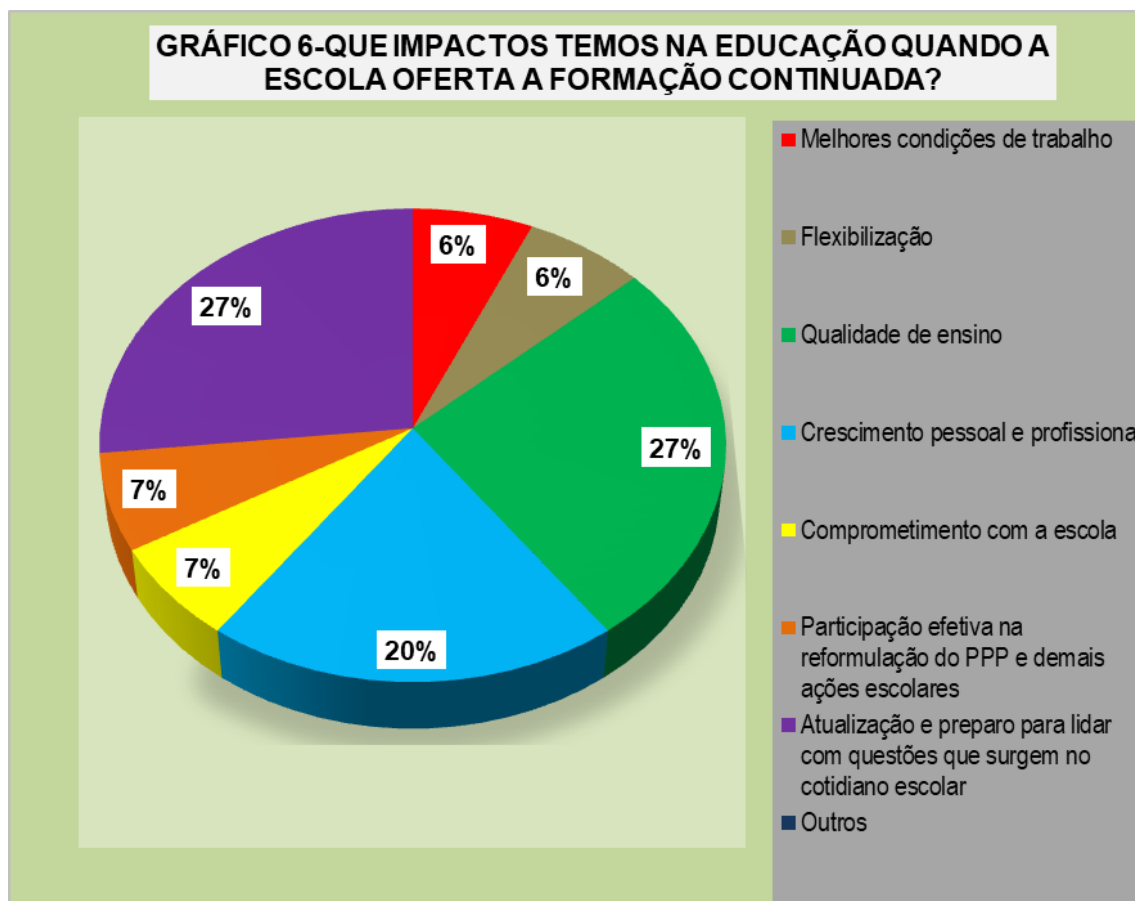
Os docentes acreditam na importância da formação continuada para a valorização docente, pois é o momento oportuno para 19% ampliar os conhecimentos; para 16% possibilita a reflexão e avaliação da sua prática e permite a sua atualização; para 9% propõe soluções para os problemas em sala de aula e escola; para 16% permite a sua atualização e preparo para lidar com questões que

surgem no cotidiano escolar; para 12% melhora o comprometimento com as atividades desenvolvidas na escola; para 13% aprende, ensina e compartilha esses conhecimentos; para 9% por que é uma auto avaliação; para 3% para a progressão na carreira; e para 3% pelos impactos na vida financeira.

Ao refletir sobre a importância da formação continuada é preciso compreender a complexidade do ofício de professor atualmente uma vez que a sua função tem sido desvirtuada e outros papéis lhes são imputados. Por essa razão faz-se necessário refletir acerca de uma formação continuada que valorize o docente e que ao mesmo tempo possa articular a teoria com a prática. Dessa forma:

A formação continuada tem a função de proporcionar ao professor a atualização com as mais recentes pesquisas sobre as didáticas das diversas áreas, além da reflexão sobre a prática, que tomada em conjunto e diante da realidade educacional podem realmente ser introduzidas no contexto real. (Martins, 2008, p. 58)

Como pode-se entender a formação continuada mostra-se importante na construção do processo ensino aprendizagem pois nos permite refletir sobre nossa prática. A atualização docente é necessária para que compreendamos e ao mesmo tempo refletir sobre o processo evolutivo e desenvolver as habilidades necessárias para lidar com as questões que se apresentam no cotidiano escolar.



Elaborado pela autora/2020

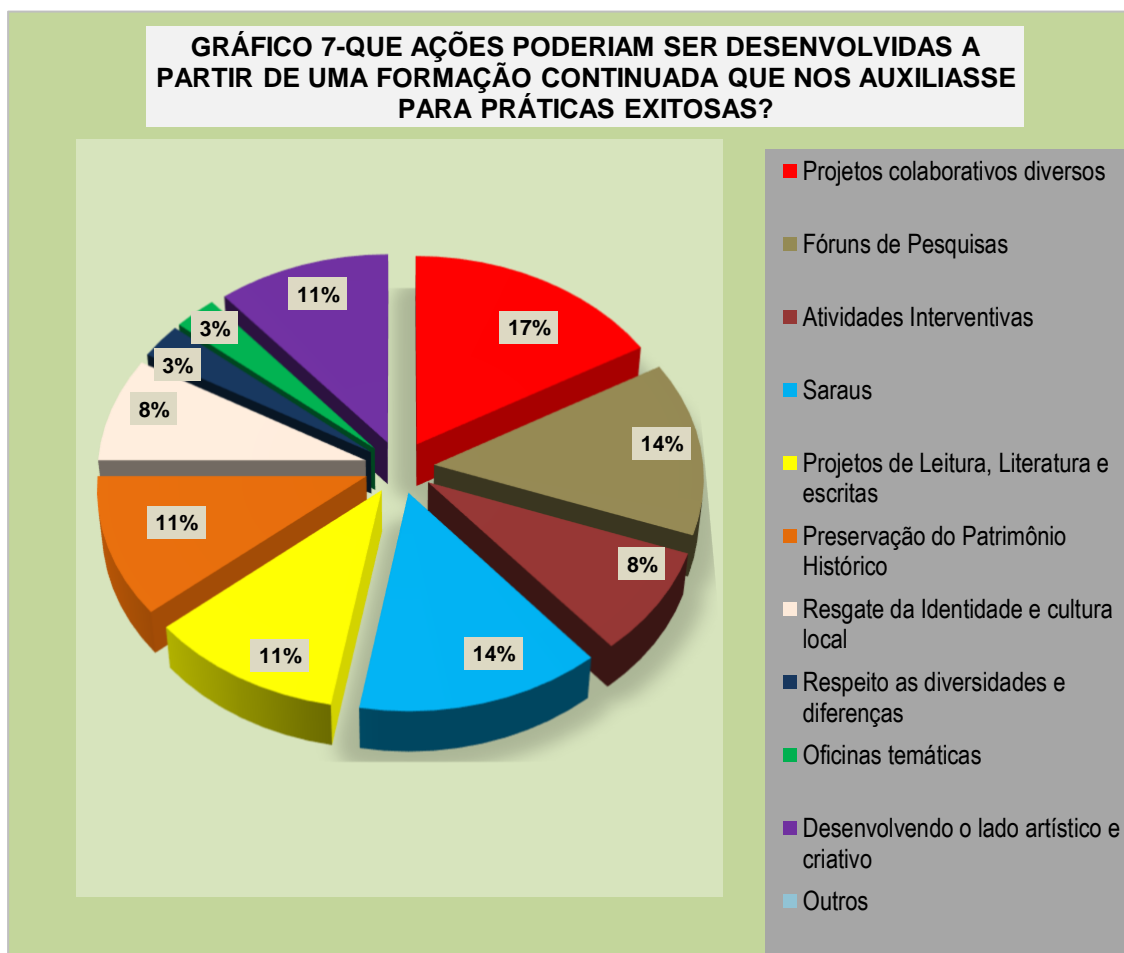
Discutindo ainda na formação continuada e nos impactos que ela traz para a escola e para os docentes todos concordam que a mesma contribuiria para a melhoria na qualidade de ensino médio seguido de uma atualização e preparo para resolver as questões que surgem do cotidiano escolar.

De acordo com os professores a oferta da formação continuada promoveria na educação os seguintes impactos para 6% melhores condições de trabalho; para 6% uma flexibilização; para 27% melhoria na qualidade de ensino; para 20% o crescimento pessoal e profissional; para 7% o comprometimento com a escola; para 7% a participação efetiva na reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e demais ações escolares; e para 27% a atualização e preparo para lidar com questões que surgem no cotidiano escolar.

Como mediador do conhecimento cabe ao docente o papel de orientar os estudantes, e ao mesmo tempo promover experiências articulando os elementos formativos (teoria) com a prática dessa forma a formação passa a ser compreendida “[...] como um processo constante e não pontual, estando sempre

interligada com as atividades e as práticas profissionais que estão sendo desenvolvidas dentro da escola” (CANDAU,2003, p.52-53).

No atual contexto impulsionado pelos avanços científicos e tecnológicos é imprescindível que os profissionais da educação estejam inteirados, atualizados e preparados para responder as demandas de questões que eclodem no ambiente escolar.



Elaborado pela autora/2020

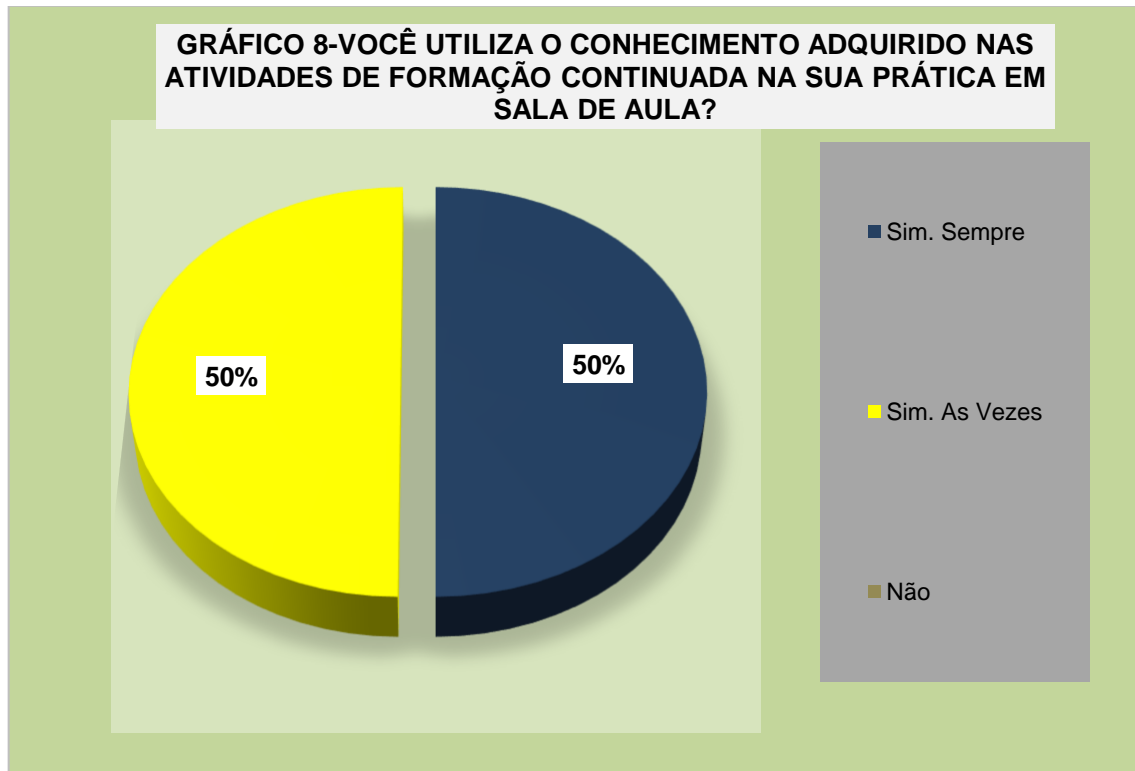
A formação continuada em serviço e permanente possibilita a instrumentalização dos docentes e conseqüentemente colabora para o desenvolvimento de ações que auxiliam para práticas docentes exitosas. Como exemplo os docentes destacaram as seguintes ações para 17% projetos colaborativos diversos; para 14% fóruns de pesquisas; para 8% atividades interventivas; para 14% saraus; para 11% projetos de leitura, literatura e escritas; para 11% preservação do patrimônio histórico; para 8% resgate da identidade e

cultura local; para 3% respeito às diversidades e diferenças; para 3% oficinas temáticas; e para 11% desenvolvendo o lado artístico e criativo.

Por meio da formação continuada o docente obtém conhecimento e promove mudanças na sala de aula em busca de alternativas para a melhora do processo ensino adotando as estratégias adequadas para promover o protagonismo do aluno, promovendo um trabalho interdisciplinar, fomentando a aprendizagem compartilhada, sensibilizando o educando para conscientização, estimulando o pensamento crítico e utilizando as ferramentas tecnológicas para o fomento da prática de pesquisa, pois:

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] O que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. [...] A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (FREIRE, 2001 p. 42-43)

Dessa forma o docente torna o processo educativo atrativo pois leva-os a pensar de forma crítica, a elaborar soluções e aprimorar a prática dialógica promovendo a interação, criação e a colaboração.



Elaborado pela autora/2020

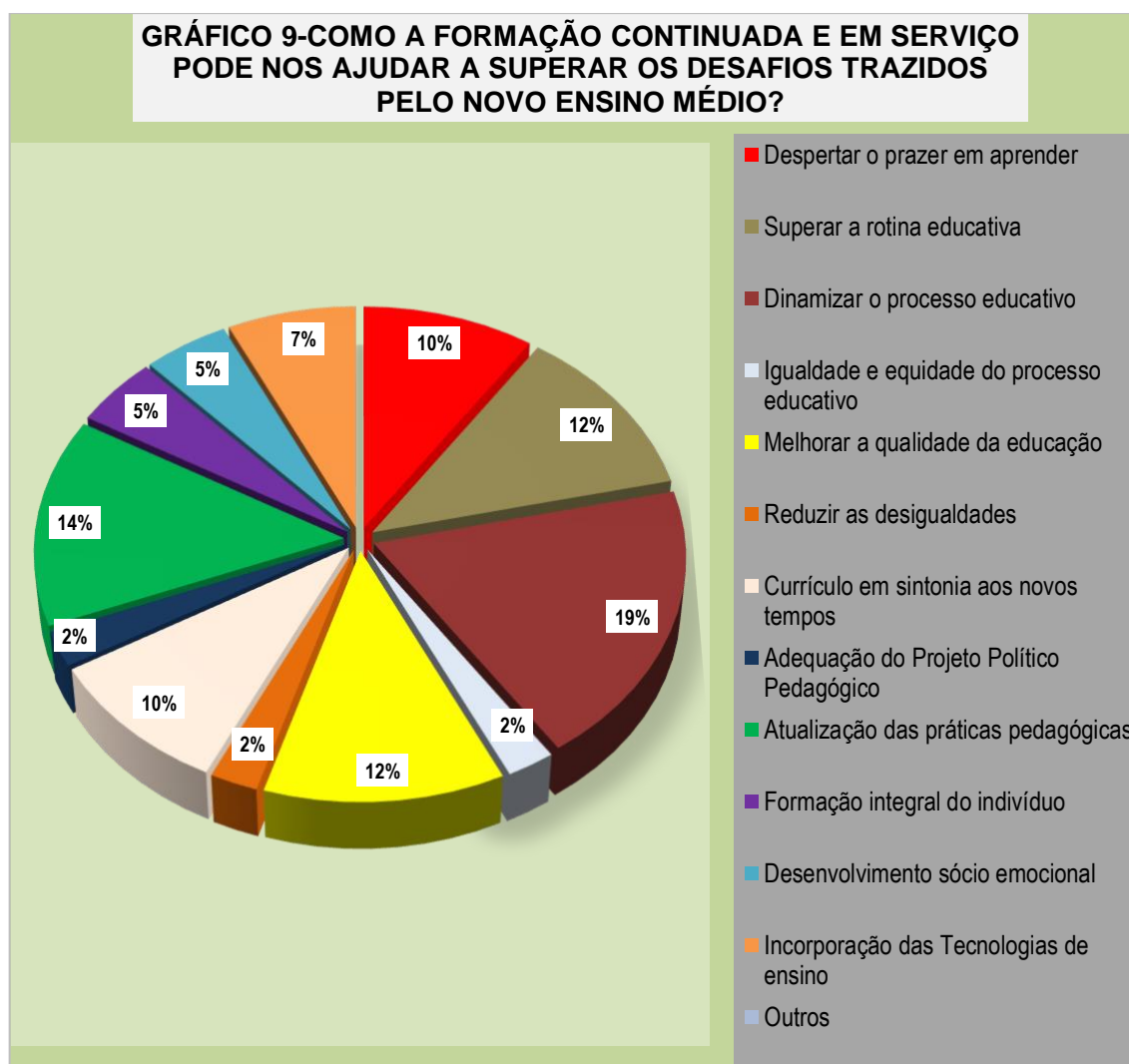
Em relação ao conhecimento adquirido nas atividades de formação continuada, 50% dos docentes informaram que utilizaram conhecimentos em suas

aulas e nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Por outro lado, 50% desses professores afirmaram que não costumam utilizar esses novos conhecimentos em sala de aula.

Ao tratar da prática em sala de aula nos remetemos a figura do professor e nos conhecimentos que ele media. Ele é a figura central do processo educativo o qual media e articula os diversos saberes tornando o exercício docente instigante. Isto posto que falar de prática docente em sala de aula é falar de um saber-fazer do professor repleto de nuances e de significados. Implica falar que os professores possuem saberes profissionais cheios de pluralidade (TARDIF, 2000) que vêm à tona no âmbito de suas tarefas cotidianas.

Não só saberes, mas, também, sensibilidades cultivadas ao longo de sua formação e atuação que orientam sua ação no contexto de uma sala de aula. Falar de prática docente exige, portanto, que falemos de sujeitos que possuem um ofício (ARROYO, 2000), o saber de uma arte, a arte de ensinar, e que produzem e utilizam saberes próprios de seu ofício no seu trabalho cotidiano nas escolas.

Como se vê os conhecimentos ou saberes docentes são construídos com bases em outros saberes resultados de experiências vivenciadas por ele e por outros cheios de significados. No cotidiano da sala de aula a prática docente se mostra na gestão de saberes, de dificuldades, de situações, de tempo de aula com o objetivo de promover a aprendizagem no desenvolvimento dos conteúdos.



Elaborado pela autora/2020

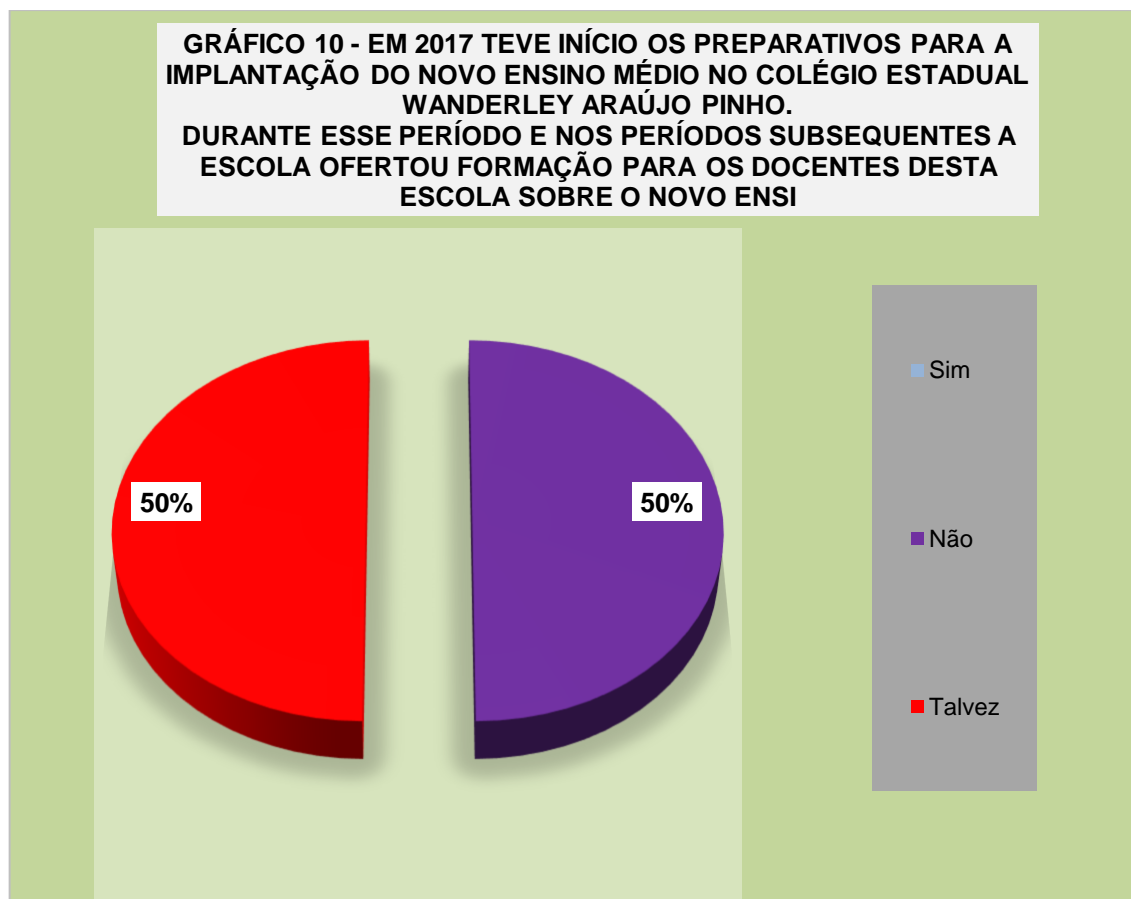
Para ajudar a superar os desafios trazidos pelo Novo Ensino Médio os docentes responderam que esperam que a formação continuada em serviço contribua para 10% despertando o prazer em aprender; para 12% ajudando superar a rotina educativa; para 19% dinamizando o processo educativo; para 2% promovendo igualdade e equidade do processo educativo; para 12% melhorando a qualidade da educação; para 2% reduzindo as desigualdades; para 10% adequando o currículo em sintonia aos novos tempos; para 2% adequando o projeto político pedagógico; para 14% atualizando as práticas pedagógicas; para 5% auxiliando para formação integral do indivíduo; para 5% contribuindo para o desenvolvimento sócio emocional; e para 7% auxiliando na incorporação das tecnologias de ensino.

O Novo Ensino Médio traz vários desafios para os educadores, para os educandos, para a escola. A escola precisa adequar sua estrutura física, o projeto político pedagógico, o currículo, equipamentos e materiais pedagógicos

pertinentes. Os discentes terão a oportunidade de desenvolver seu projeto de vida, ser protagonista, desenvolver as habilidades e competências propostas bem como outros aspectos relativos a aprendizagem. O docente precisa ser flexível e assumir vários papéis, fazer a inserção de tecnologia em suas aulas e participar de formações continuadas. O perfil dos profissionais encontra-se em constantes mudanças, assim, afirma que:

A atitude do professor está mudando: de um especialista que ensina para profissional da aprendizagem que incentiva e motiva o aprendiz, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem – não uma ponte estática, mas uma ponte “rolante”, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue a seus objetivos. Tal atitude o leva a explorar com seus alunos novos ambientes de aprendizagem, tanto ambientes profissionais como virtuais (através da Internet), a dominar o uso das tecnologias de informação e comunicação, a valorizar o processo coletivo de aprendizagem (o aluno aprender não apenas com o professor e por intermédio dele, mas com os colegas, com outros professores e especialistas, com profissionais não acadêmicos) e a repensar e reorganizar o processo de avaliação, agora voltado para aprendizagem, como elemento motivador, com feedback contínuo oferecendo informações para que o aluno supere suas dificuldades e aprenda ainda durante o tempo em que frequenta nossa matéria (TARDIFF, 2005, p.128).

Dessa forma percebe-se que o professor ante ao atual contexto carece de formação contínua para estar preparado para as situações que desembocam na escola e assim ofertar a comunidade escolar uma educação de qualidade.



Elaborado pela autora/2020

O Novo Ensino Médio foi implantado no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho no ano de 2018. Antes mesmo de iniciar o ano letivo surgiram muitas dúvidas e questionamentos e durante o caminhar do ano letivo muitas outras indagações apareceram.

E durante esse período e nos períodos subsequentes de acordo com 50% dos docentes a escola não ofertou formação para os docentes sobre o Novo Ensino Médio; e para 50% o pouco que foi apresentado não foi suficiente para instrumentalizar os professores. Ou seja, os docentes sinalizaram que as duas formações que tiveram ajudaram por um lado e por outros suscitaram mais indagações, portanto não foram satisfatórias para instrumentalizá-los.

A formação continuada em serviço e permanente possibilita a instrumentalização dos docentes e conseqüentemente colabora para o desenvolvimento de ações que nos auxiliam para práticas docente exitosas já que coloca a necessidade da formação continuada para a reflexão prático-teórica sobre a própria prática, pois “[...] mediante a análise, a compreensão, a interpretação e a

intervenção sobre a realidade, a capacidade do professor de gerar conhecimento pedagógico por meio da prática educativa” (IMBERNÓN, 2010, p.50)

Observando por este ângulo, percebe-se que a formação continuada propõe um novo olhar sobre a formação analisando o processo reflexivo docente bem como a forma de reação do docente em situação conflitante.



Na época da implantação do Novo Ensino Médio (NEM) no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho os docentes ‘NÃO’ se consideravam preparados para lidar com esta nova realidade. Atualmente 37% acredita estar preparado; 13% informou não estar preparado; e 50% declarou que talvez esteja preparado para atuar nessa modalidade de ensino.

Os docentes destacaram que trabalhar com o NEM não tem sido uma tarefa fácil para os docentes. Primeiro por conta de material, segundo por falta de formação e terceiro por falta de tempo para estudarmos e desenvolver a proposta como manda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As situações desafiadoras que se apresentam na sala de aula exigem formação e preparo por parte do docente. Neste sentido ele deverá mobilizar os seus conhecimentos e articulá-los a sua experiência para gerir a sala de aula, seus afazeres pedagógicos e possivelmente estar atentos para o surgimento de situações problemas. Por isso, evidenciam que:

O desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; conteúdos didático-pedagógicos; conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos e conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana. E identidade que é profissional. Ou seja, a docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social – não é qualquer um que pode ser professor. Uma visão progressista de desenvolvimento profissional exclui uma concepção de formação baseada na racionalidade técnica e assume a perspectiva de considerá-los em sua capacidade de decidir e de rever suas práticas e as teorias que as informam, pelo confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar. Considera, assim, que as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p.240-241).

É preciso que o professor mantenha sua formação contínua atualizada de forma a suprir as demandas modernas sem perder de vista o seu papel, o seu ofício e o seu espaço na sala de aula.



Elaborado pela autora/2020

Os docentes afirmaram ao implantar o Novo Ensino Médio (NEM) no Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho faltaram várias questões essenciais como, por exemplo, para 28% a diminuição da carga horária em sala de aula para a construção de materiais para as disciplinas de práticas e pesquisas; para 43% uma formação continuada permanente sobre o NEM; e para 29% um melhor aproveitamento do tempo da atividade complementar (AC) para se dedicar a construção de atividades, e estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Uma formação voltada para atender as particularidades do NEM para esclarecimentos só pode ser resolvido mediante estudo, reflexão e diálogo com os demais docentes para troca de experiências e enriquecimento da prática docente.

Evidenciou-se a importância de uma formação voltada para atender as particularidades do Novo Ensino Médio que carecem de esclarecimentos e isso só pode ser resolvido mediante estudo, reflexão e diálogo com os demais docentes, troca de experiências que acabam enriquecendo nossa prática, pois:

Dentro dessa perspectiva, a formação continuada, entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas

circunstâncias e resignificar a atuação do professor. Trazer novas questões da prática e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria e na própria prática permite articular novos saberes na construção da docência, dialogando com os envolvidos no processo que envolve a formação (IMBERNÓN,2010).

Desta forma o autor enfatiza a importância da formação continuada para o docente uma vez que ela torna possível a ressignificação de sua prática através de um processo reflexivo e avaliativo no qual o professor oportuniza a articulação de saberes.



Elaborado pela autora/2020

Os desafios enfrentados pelos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho nas disciplinas de Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada foram muitos, pois 20% destacou o entendimento da proposta de trabalho de cada disciplina; 14% ressaltou a elaboração de trabalhos de pesquisa; 7% informou a realização atividades práticas; 7% mencionou a preocupação em seduzir e conquistar os estudantes a comparem a nova ideia; 7% sinalizou a dificuldade do envolvimento os estudantes a participarem das atividades; 7% destacou a

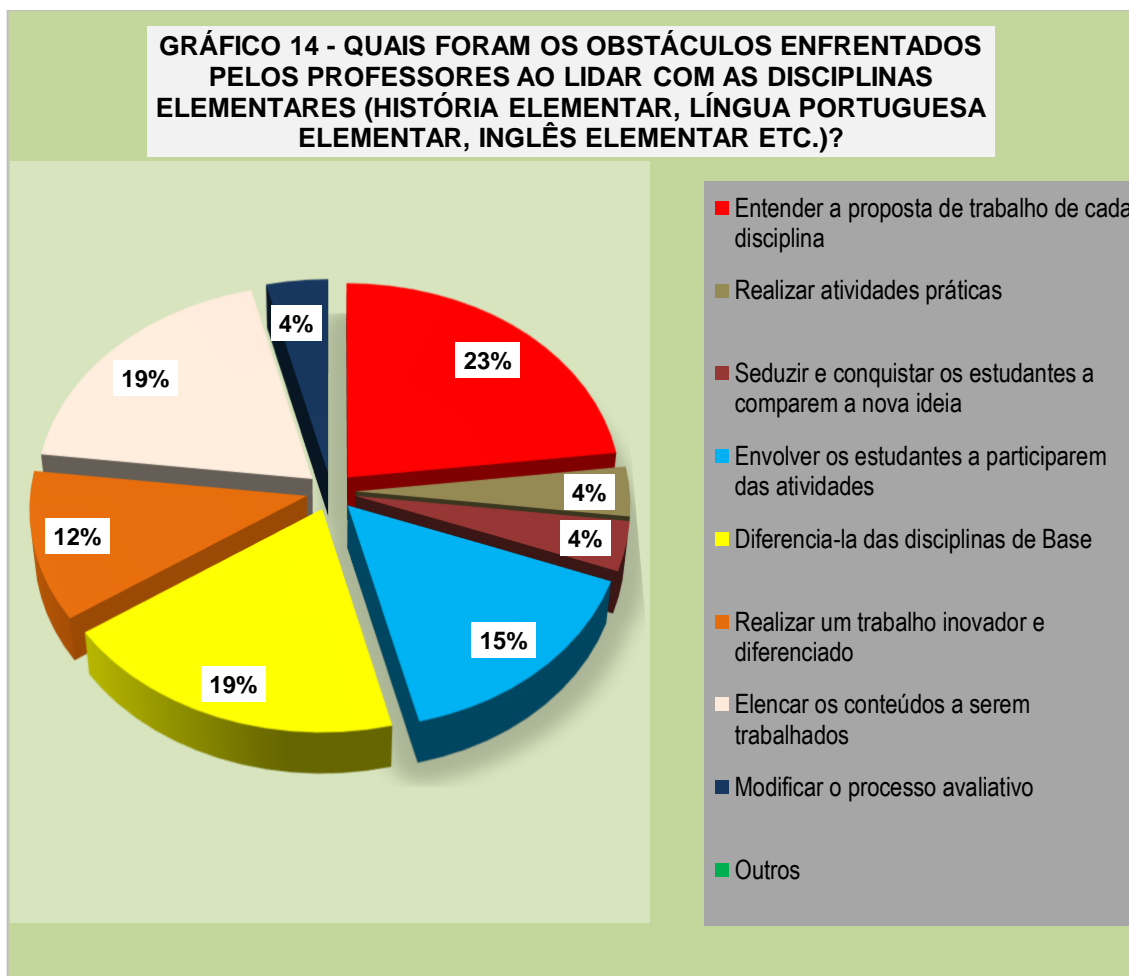
ansiedade de diferencia-la das disciplinas de base; 17% mencionou realizar um trabalho inovador e diferenciado; 14% abordou sobre a dificuldade de elencar os conteúdos a serem trabalhados; 7% sinalizou a preocupação em modificar o processo avaliativo.

Os docentes informaram que as disciplinas de Práticas Integradoras e Pesquisa Aplicada trouxeram o grande desafio de construir uma ementa com os conteúdos programáticos, bem como os objetivos, competências e habilidades e ao longo das unidades esses conteúdos foram sendo reformulados no intuito de fazer a disciplina dar certo exigindo, portanto uma flexibilidade de cada professor e um olhar diferenciado sobre cada uma delas.

A nova modalidade adotada pela escola exigiu dos profissionais envolvidos uma mudança de paradigmas e a forma pedagógica de trabalhar em sala de aula. Além disso o ofício do professor ganhou novos contornos exigindo do profissional se tornasse um pesquisador. Nesse movimento de ir e vir em busca de conhecimento, isto é, de aprender a aprender, de refletir, de questionar, testar, avaliar sempre na tentativa de entender e melhorar a prática, isto posto que:

[...] a prática de ensinar que envolve necessariamente a de aprender a de ensinar. A de pensar a própria prática, isto é, a de, tomando distância dela, dela se 'aproximar' para compreendê-la melhor. Em última análise, a prática teórica de refletir sobre as relações contraditórias entre prática e teoria. (FREIRE, 2001b, p. 205).

Ao aprofundar seus conhecimentos o docente resinificou não só a sua prática, mas também a forma de ensinar.



Elaborado pela autora/2020

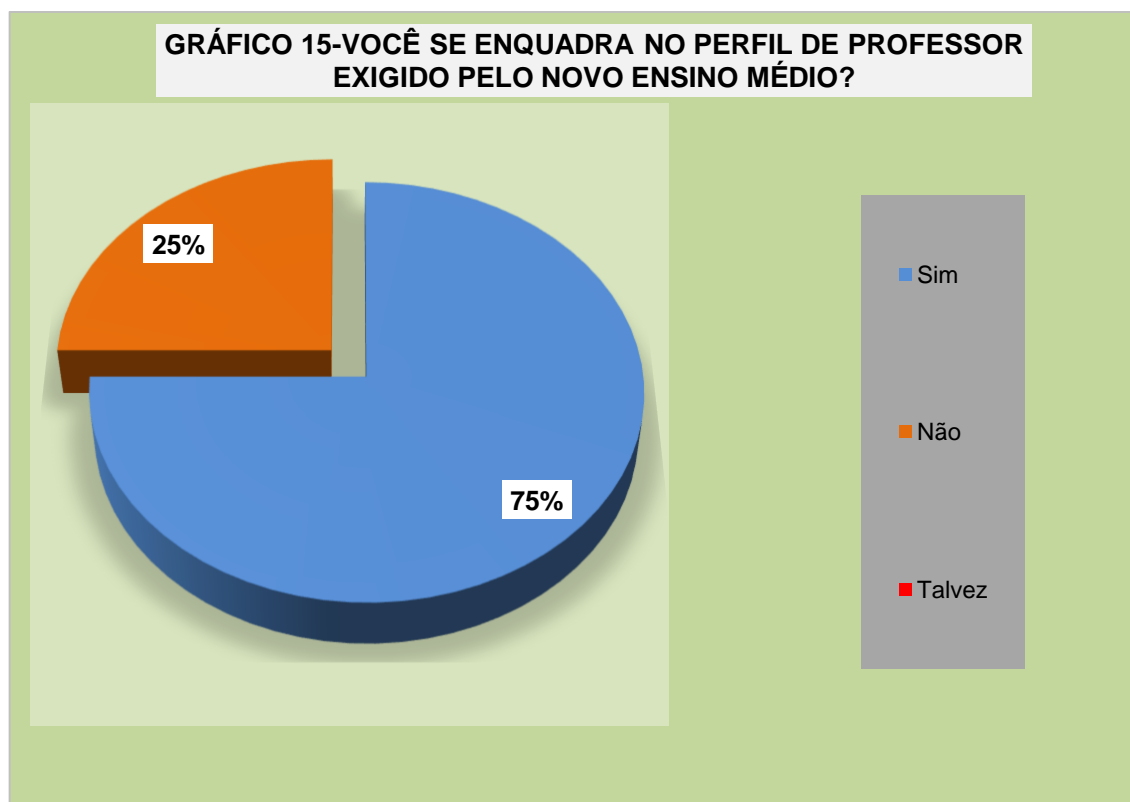
Quanto aos os obstáculos enfrentados pelos professores do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho ao lidar com as disciplinas Elementares (História Elementar, Língua Portuguesa Elementar, Inglês elementar etc.) os docentes encontraram a mesma dificuldade das disciplinas mencionadas na questão anterior.

Entre os obstáculos enfrentados 23% destacou o entendimento da proposta de trabalho de cada disciplina; 4% ressaltou a elaboração de atividades práticas; 7% informou a realização atividades práticas; 4% mencionou a preocupação em seduzir e conquistar os estudantes a comparem a nova ideia; 15% sinalizou a dificuldade do envolvimento os estudantes a participarem das atividades por ser algo novo para eles; 19% destacou a aflição de diferencia-la das disciplinas de base; 12% informou sobre a realização um trabalho inovador e diferenciado; 19% informou ser a dificuldade de elencar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula; 4% mencionou a preocupação em modificar o processo avaliativo para a verificação da aprendizagem.

Para eles o entendimento da proposta de cada disciplina não ficou clara e a sugestão e determinação de atividades foi essa sendo esclarecida e compreendida na experimentação, avaliação, reformulação e avaliação, isto é ação, refletir a ação, agir sobre a ação.

Inicialmente ao trabalhar com essas disciplinas enfrentamos alguns obstáculos relacionado a disciplina. Por ser algo novo não se tinha um direcionamento estabelecido ou uma proposta curricular clara. Tudo foi sendo construído na experimentação e avaliação. Por isso, acredita-se que a formação continuada forneceria os instrumentos necessários para o docente.

Ante a essa situação restou ao docente refletir e encontrar uma solução para esses desafios considerando o contexto e os instrumentos disponíveis valendo-se do seu perfil, dos conhecimentos e experiências adquiridas (ZABALA, 1998). A capacidade tem a ver com a aptidão do indivíduo para mobilizar saberes, informações, capacidades e costumes, e tomar decisões apropriadas.



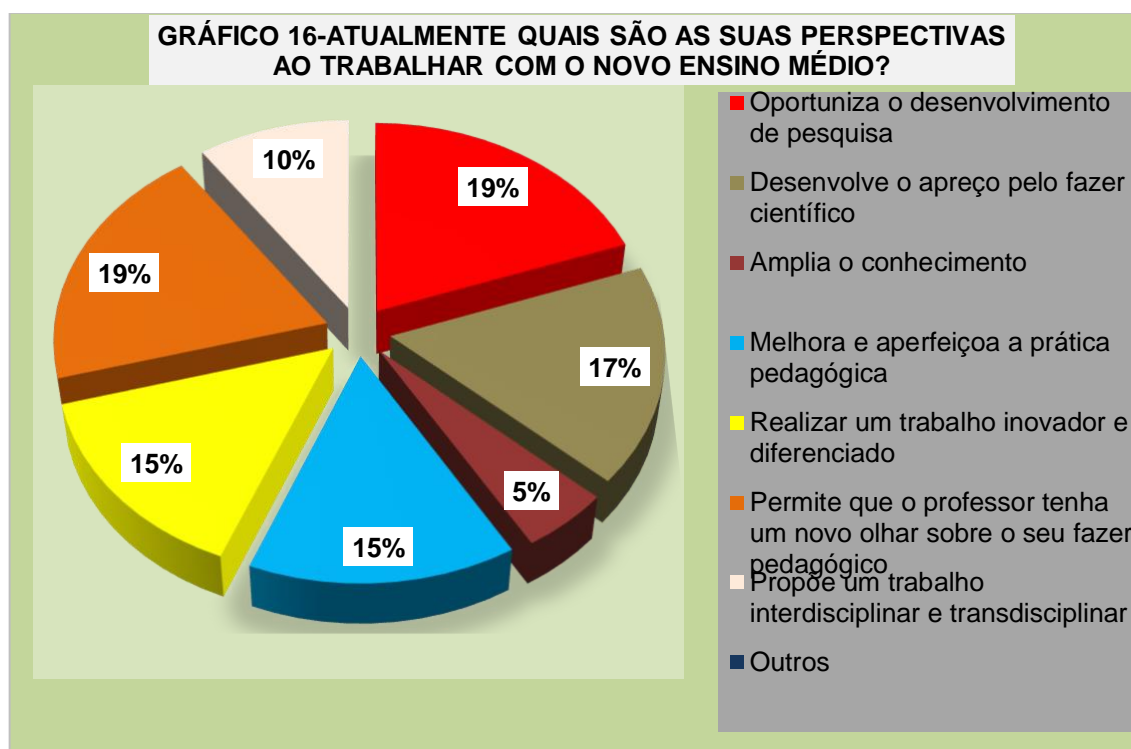
Quando questionados se estava enquadrado no perfil de professor exigido pelo Novo Ensino Médio (NEM) 75% docentes afirmaram que sim e apenas 25% responderam que não. A maioria dos professores consideram-se enquadrado no

perfil de professores exigido pelo Novo Ensino Médio devido as mudanças realizadas na parte metodológica do curso.

A formação é um dos quesitos necessário para o profissional que deseja ingressar nos cursos de licenciatura. O profissional precisa entender que ao longo de sua trajetória e exercício do ofício de professor carecerá de qualificação a fim de acompanhar a evolução da sociedade e conseqüentemente da prática docente. Na atualidade, o conhecimento e o domínio de determinados saberes torna-se imprescindíveis, sendo assim:

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em contínuo, iniciada com a escolarização básica, que de pois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho(ROMANOWSKI, 2009,p. 138).

Mas, do que uma exigência nesse tempo em que há mudanças constantes que impactam em todos setores da sociedade o docente não pode se dar ao luxo de ficar para trás, uma vez que ele é o responsável em conduzir o processo educativo.



Elaborado pela autora/2020

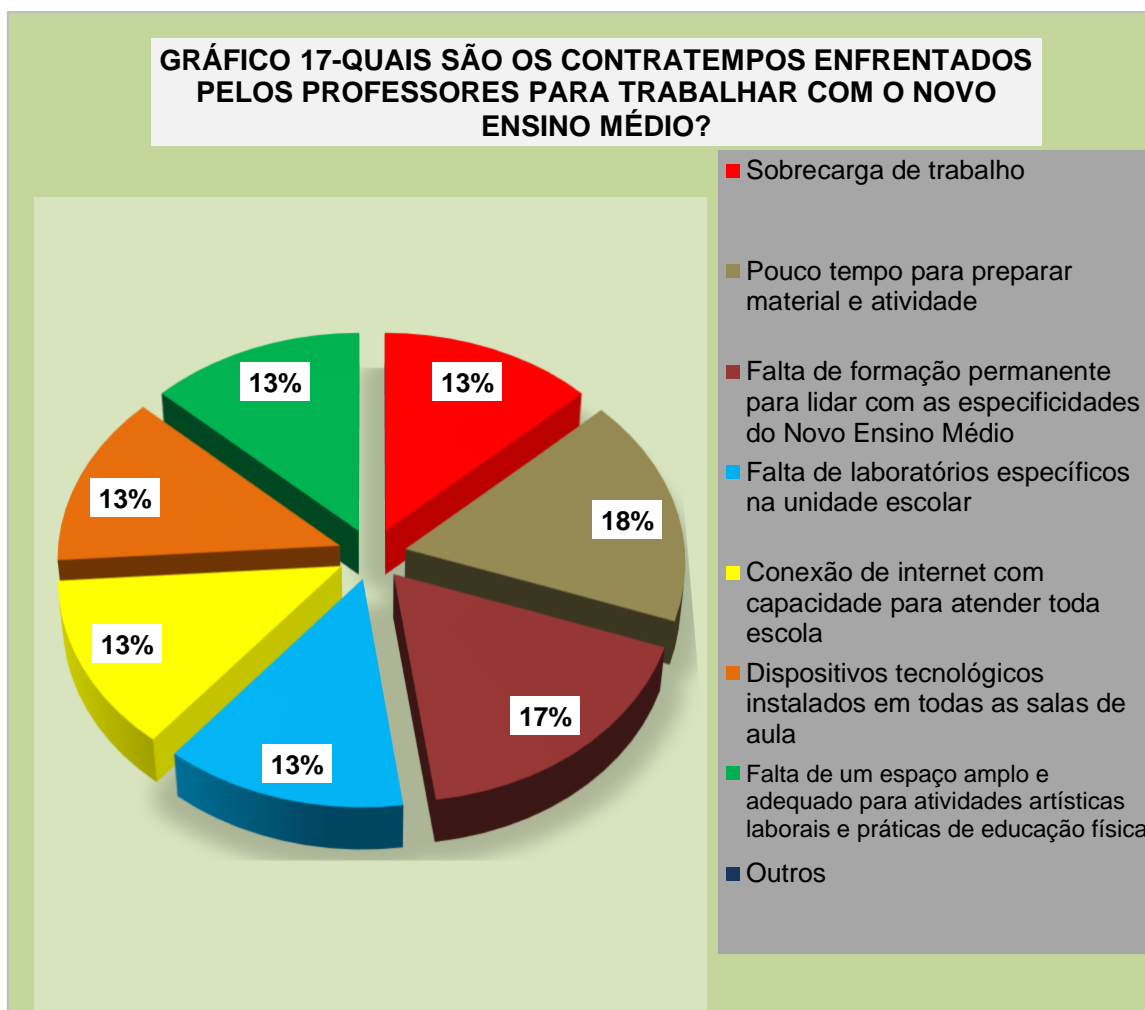
Sobre as perspectivas que os docentes desejam ao trabalhar com o Novo Ensino Médio (NEM) as respostas obtidas foram as seguintes para 19% a

oportunidade do desenvolvimento de pesquisa; para 17% o desenvolvimento do apreço pelo fazer científico; para 5% a ampliação do conhecimento; para 15% a melhoria e aperfeiçoamento da prática pedagógica; para 15% a realização de um trabalho inovador e diferenciado; para 19% a possibilidade do professor desenvolver um novo olhar sobre o seu fazer pedagógico; e para 10% a possibilidade da proposta de um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar.

O exercício da docência no ensino médio no formato de Novo Ensino Médio transitando pelos quatro itinerários formativos adotados pelo colégio é um momento de transição da adolescência para fase adulta e também de preparação desse jovem para ingressar no ensino superior ou no mundo do trabalho. Ao docente em seu papel de mediador do conhecimento cabe despertar o interesse desse jovem e torná-lo apto para qualquer que seja a sua escolha, assim:

[...] na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos (MORAN, 2000, p.17).

Para que o professor consiga realizar um trabalho diferenciado é necessário renovar seus conhecimentos e prática pedagógica utilizando as ferramentas disponíveis com vistas a um trabalho interdisciplinar, transdisciplinar e contextualizado que desenvolva o sentido da coletividade.



Elaborado pela autora/2020

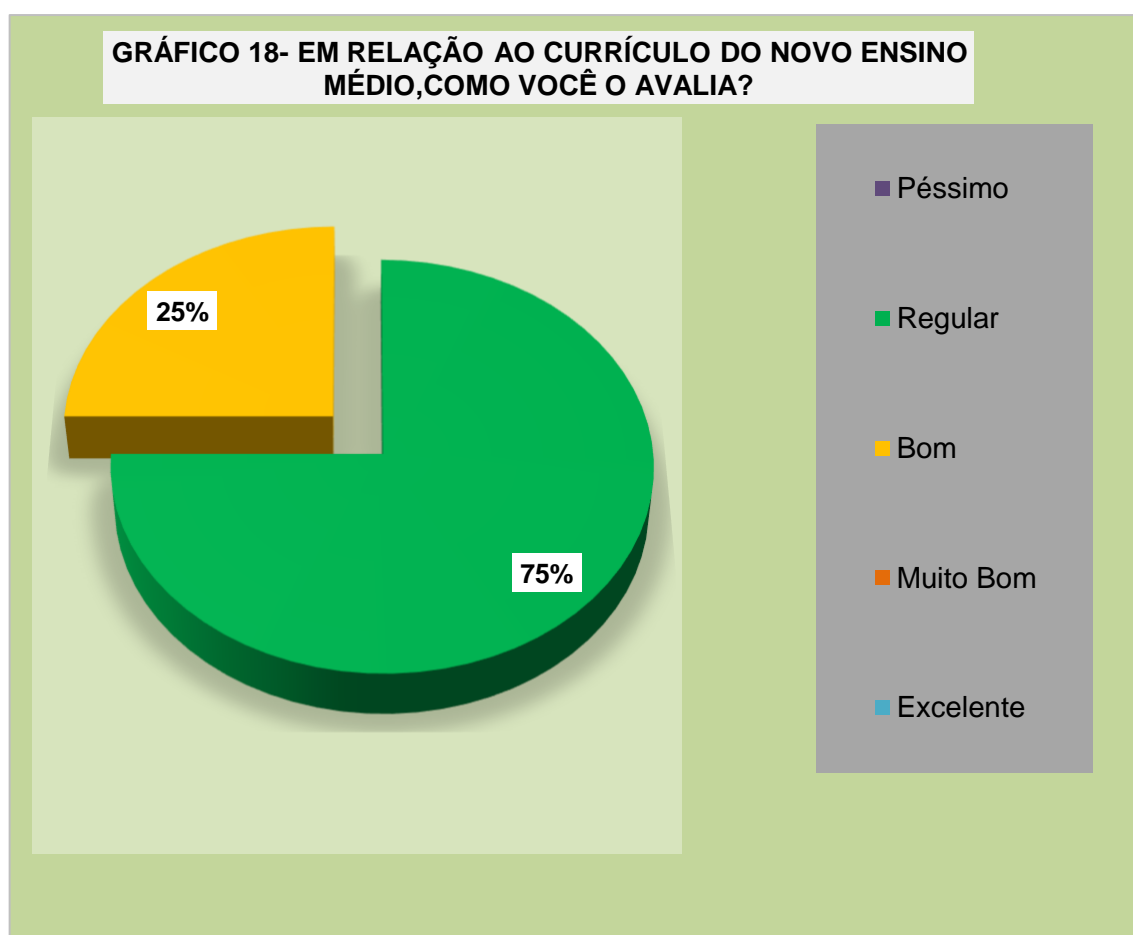
Os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho confirmaram que enfrentaram alguns contratempos para trabalhar com o Novo Ensino Médio (NEM), entre eles 13% destacou a sobrecarga de trabalho; 18% o pouco tempo para preparar material e atividade; 17% a falta de formação permanente para lidar com as especificidades do NEM; 13% a falta de laboratórios específicos na unidade escolar; 13% o problema da conexão de internet com capacidade para atender toda escola; 13% salientou a carência de dispositivos tecnológicos instalados em todas as salas de aula; 13% informou a falta de um espaço amplo e adequado para atividades artísticas laborais e práticas de educação física.

O trabalho docente com esta modalidade exige uma 'flexibilidade' por parte do docente não só em assumir novos papéis, mas em proporcionar uma formação integral, no qual o jovem desenvolva a criticidade, seja protagonista e desenvolva as habilidades pertinentes em cada uma das series. A mudança na forma de

ensino e das práticas pedagógicas são peças chaves para superar os desafios relacionados aos aspectos pedagógicos, por isso:

[...] o sucesso da formação contínua na escola e fora dela dependem das condições objetivas de trabalho oferecidas aos professores, mas também da atitude desses profissionais diante do seu desenvolvimento profissional. Cada educador é responsável pelo seu desenvolvimento pessoal e profissional, por escolher que caminho irá trilhar. Não há política de formação que consiga aperfeiçoar um professor que não quer crescer e não vê valor nesses momentos (FUSARI, 2004, p. 23).

A formação continuada mostra-se ao professor como alternativa para vencer os desafios impostos pelo ensino médio. Cada professor é responsável pela sua formação e, portanto, responsável pela mudança de sua prática.

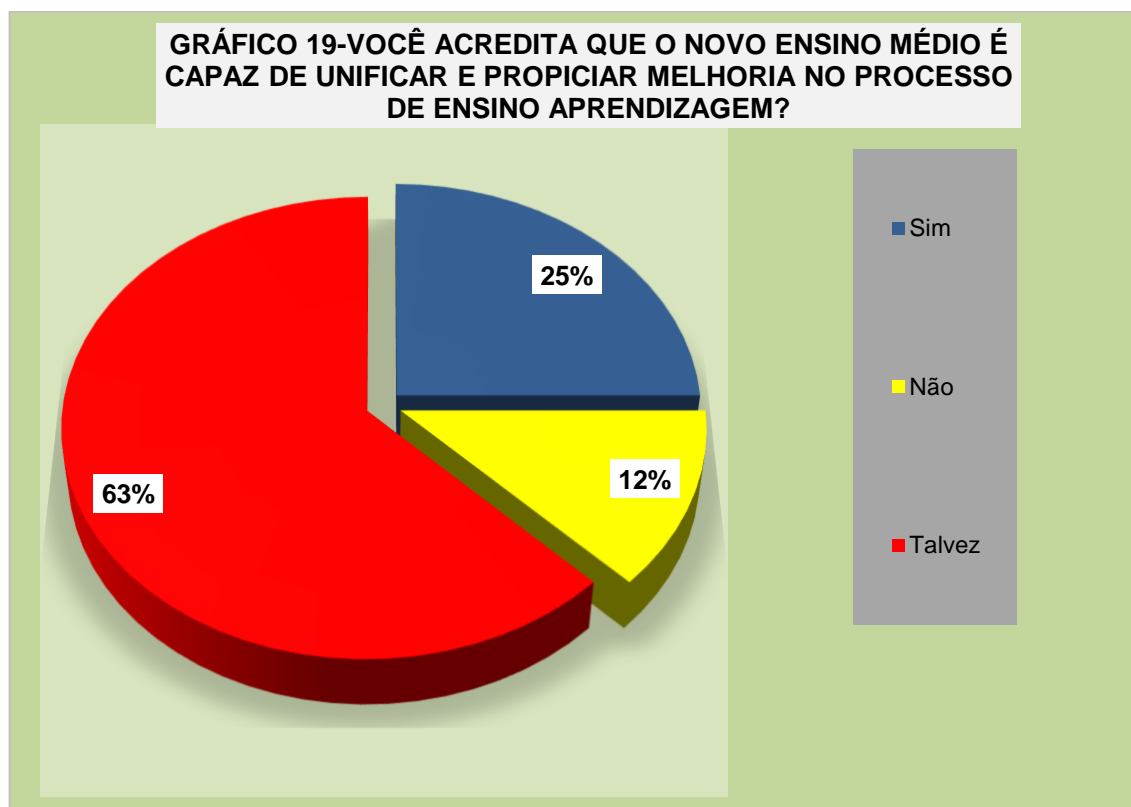


Elaborado pela autora/2020

Para os docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho o Currículo do Novo Ensino Médio (NEM) para 75% dos entrevistados é regular e para 25% é bom. Sabe-se que a aprendizagem escolar se sujeita ao currículo escolar que por sua vez se inspira na proposta do projeto pedagógico da escola. No caso da escola em questão, que aderiu a proposta do NEM a proposta curricular de cada itinerário

formativo é a mesma para todos os colégios engajados nesta ação piloto, pois “currículo é o documento de identidade” que orienta a escola (SILVA, 2003).

O currículo escolar é um documento legal e fundamental para a prática pedagógica desenvolvida pela escola sem perder o seu caráter formativo, social e cultural.



Elaborado pela autora/2020

Quando questionados se o Novo Ensino Médio (NEM) é capaz de unificar e propiciar melhoria no processo de ensino aprendizagem 25% dos professores assegurou que sim; 12% acreditam que não; e 63% responderam que talvez.

A melhoria no processo de ensino aprendizagem na escola torna-se possível quando os docentes recebem as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do seu ofício. Além disso, deve se proporcionar um ambiente adequado para que a prática educativa se desenvolva de forma exitosa e alcance os objetivos propostos. Pode-se afirmar que:

Nesse processo o professor deve criar situações que estimule o indivíduo a pensar, analisar e relacionar os aspectos estudados com a realidade que vive. Essa realização consciente das tarefas de ensino e aprendizagem é uma fonte de convicções, princípios e ações que irão relacionar as práticas educativas dos alunos, propondo situações reais que faça com que os indivíduo reflita e analise de acordo com sua realidade (TAVARES, 2011).

A prática pedagógica utilizada pelo docente em sala de aula é um fator determinante para o fomento do processo de ensino aprendizagem promovendo a reflexão e criticidade do estudante.

4.7 Discussão de Resultados da Análise de Dados

A reforma do Ensino Médio foi iniciada por meio de uma medida provisória nº 748/2016 a qual posteriormente tornou-se lei nº 13.415/2017 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere a carga horária mínima de estudo, currículo e o aumento do tempo de permanência do estudante na escola em outras palavras propõe-se uma escola de tempo integral. Cria-se o Novo Ensino Médio e institui-se a Base Nacional Curricular Comum. Vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação-PNE já havia antecipado tanto a BNCC quanto o NEM. Sendo assim,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). BRASIL, 2018, p.7

A BNCC estipula as aprendizagens fundamentais e prevê o desenvolvimento das habilidades e competências dentre outros aspectos. O Novo Ensino Médio (NEM) encontra-se divididos em itinerários formativos por área de conhecimento a saber: Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias e a Formação Técnica Profissional, pois,

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2018, p.14).

O NEM surge como forma de melhorar os indicadores educacionais (de evasão escolar, baixo desempenho, déficit de vagas, carência de docentes, baixo investimento e uma demanda crescente de jovens fora da unidade escolar).

Atendendo a lei nº 13.415/2017 o Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho implantou o Novo Ensino Médio (NEM) e logo em seguida os docentes que atuam na instituição perceberam a necessidade de maiores informações para que pudessem ministrar aulas nessa modalidade. Ou seja, reconheceram que o NEM exigia que o profissional estivesse atualizado e solicitaram que a escola oportunizasse a formação continuada do docente.

Neste momento surgiram alguns entraves para a realização da formação continuada como a falta de diálogo e a insatisfação nas relações entre professores que atuam em sala de aula do ensino médio, carência de um projeto para motivar os docentes para participar da formação, falta de infraestrutura para realização da formação, distanciamento da realidade da clientela e a formação continuada proposta; falta de tempo dos professores; ausência de recursos da instituição para promover a formação continuada para seus professores.

Observando o cotidiano escolar surgiu a proposta de uma formação continuada em serviço, tendo em vista que a Atividade Complementar (AC) faz parte da carga horária do professor e que deve ser cumprida na escola obrigatoriamente, portanto, “esse pode ser um espaço onde cabem propostas de formação continuada que se voltem para o “saber estudar”, saber pesquisar e elaborar individual ou coletivamente suas sínteses e aprendizagens” (DEMO, 1991, p.191).

Já que todos os docentes estão na escola para fazer as atividades complementares porque não aproveitar esse tempo para realizar um trabalho formativo e colaborativo. É um momento oportuno para tirar dúvidas trocar experiência e também estudar uma vez que precisamos conhecer os documentos legais que embasam e amparam a prática docente,

Faz-se necessário uma maior unidade na formação continuada de professores, pois quando esta acontece na escola, de forma coletiva e articulada ao Projeto Político Pedagógico, contribui para uma maior articulação entre as partes, ou seja, entre as diferentes disciplinas que compõem o Currículo Escolar (KUENZER, 2002).

Os docentes abordaram que o Novo Ensino Médio surge com a proposta de promover o protagonismo dos jovens e a flexibilidade em escolher a área com a qual o estudante tem mais afinidade e um currículo que torne possível uma formação

geral e que garanta a permanência do estudante na escola e melhore os índices escolares.

De acordo com os entrevistados esse currículo é também uma forma de atender as demandas atuais, com vista a promover uma educação de qualidade. As várias acepções sobre currículo dificultam sua compreensão, pois se pode afirmar que “o conceito de currículo é polissêmico, acarretando diferentes sentidos e finalidades de acordo com distintos papéis atribuindo a escola, a educação escolar e seus agentes” (PACHECO, 2006, [s.p.]).

No mundo em constante mudança é necessário que o currículo escolar se mostre flexível que dialogue com a realidade vivenciada pelo jovem neste atual contexto com estratégias objetivas e propostas inovadoras. O currículo é a identidade do colégio, assim:

O currículo corresponde ao projeto global de formação escolar, entendido como plano e ação. Nessa concepção, o currículo não se esgota nos conteúdos a ensinar e a aprender, isto é, na dimensão do saber, ampliando-se a aspectos que, na sua intencionalidade se orientam para as dimensões do ser, do formar-se, do transforma-se, do aprender a decidir e a intervir e do viver e conviver com os outros (LEITE 2002, [s.p]).

A grade curricular é igual para todos, e dessa forma todas terão as mesmas oportunidades uma vez que neste quesito encontra-se na forma de abordagem de cada disciplina por parte de cada docente, pois:

Não constituem-se em tarefas simples nem para poucos. Transformar as escolas em suas práticas e culturas tradicionais e burocráticas – as quais, por meio da retenção e da evasão, acentuam a exclusão social – em escolas que eduquem as crianças e os jovens, propiciando-lhes um desenvolvimento cultural, científico e tecnológico que lhes assegure condições para fazerem frente às exigências do mundo contemporâneo, exige esforço do coletivo da escola – professores, funcionários, diretores e pais de alunos –, dos sindicatos, dos governantes e de outros grupos sociais organizados (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p.239).

A escola é o local de construção de saberes e de conhecimentos cujo papel é formar sujeitos críticos, criativos, que desenvolva habilidades para possibilitar a sua inserção no mundo do trabalho e no integral exercício da cidadania. A escola é o espaço de ação e como tal deve proporcionar condições de formação e de reflexão do conhecimento para que os sujeitos envolvidos no processo desenvolvam a capacidade crítica e tenham participação ativa na sociedade.

Toda essa ação, movimentação tem como cenário a escola. A escola é um espaço público, democrático e dialógico que além de espaço de convivência (interação social) tem-se acesso ao conhecimento, ao saber sistematizado mediado pelo professor no processo de ensino-aprendizagem, dessa forma:

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social. A prática social põe-se, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. (SAVIANI, 2007, p. 420)

A forma de conceber a educação no ambiente escolar como transformadora na medida em que o estudante constrói e se apropria deste conhecimento desenvolvendo habilidades de resolução de questões problemas. Neste processo de aprendizagem com participação ativa dos discentes corrobora para desenvolver tanto o protagonismo como a autonomia, Resumindo, pode-se avaliar a educação como:

Intrinsecamente política numa dupla dimensão: por um lado, é por meio da educação, entendida como atualização histórica cultural, que o homem se constrói em sua historicidade (historicidade esta que traz inclusa a dimensão política); por outro lado, a educação, fundada na aceitação do outro como legítimo sujeito, apresenta-se como a realização da convivência pacífica e cooperativa que nega a dominação e labora em favor da democracia (PARO, 2002; p. 17).

A escola tem um papel preponderante na formação da sociedade como um todo, por isso, salienta-se a escola também no que se refere a infraestrutura (espaço físico).

Vale ressaltar que os docentes mencionaram que quando se pensa no Novo Ensino Médio percebe-se que há incoerências tendo em vista que as escolas da rede pública brasileira de uma forma geral não possuem a estrutura desejada pela modalidade. Além disso tem a questão do aparelhamento (tecnológicos, materiais pedagógicos) para dar suporte ao docente. Todos esses itens consolidam-se como obstáculos no processo educativo

Com o advento da modernidade as transformações e evoluções nos setores informacionais, tecnológicos e científicos a escola não pode ficar alheia a esses fatos sendo os professores profissionais necessários e indispensáveis ao processo educacional e que precisam investir em sua qualificação por meio de um programa de formação continuada realizado preferencialmente no ambiente escolar nos dias nos quais trabalha neste espaço, pois:

O desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos, a saber: conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; conteúdos didático-pedagógicos; conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos e conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana. E identidade que é profissional. Ou seja, a docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social – não é qualquer um que pode ser professor. Uma visão progressista de desenvolvimento profissional exclui uma concepção de formação baseada na racionalidade técnica e assume a perspectiva de considerá-los em sua capacidade de decidir e de rever suas práticas e as teorias que as informam, pelo confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar. Considera, assim, que as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade (LIBÂNEO e PIMENTA, 1999, p.240-241).

Como se vê o docente proporciona aportes consideráveis para escola. O reconhecimento e valorização do profissional dentro do processo educacional tornando-os parceiros do trabalho pedagógico colaborando efetivamente para a qualidade de ensino. Se a meta da escola é avançar faz-se necessário garantir condições de trabalho e investir na formação continuada dos docentes dessa forma estaremos fortalecendo os vínculos e colaborando para uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desta temática mostrou-se bastante pertinente principalmente quando se considera o atual contexto social com rápidas mudanças de forma particular nos setores das ciências, tecnologias e informação os quais colocam a escola em uma posição incômoda. Diante disso a escola no intuito de atender as exigências da clientela atribui ao docente a difícil missão de mediar todos esses conflitos através do conhecimento e da prática pedagógica.

.Ao implantar o Novo Ensino Médio (NEM) o Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho percebeu a necessidade dos docentes participarem de formação continuada e solicitaram que a escola oportunizasse a formação continuada do docente. As transformações ocorridas na sociedade refletem-se no ambiente escolar. Esta por sua vez tem diante de si um dilema entre o papel do docente e a capacidade de se reinventar para atuar neste contexto onde faltam valores, permeado de incertezas e no qual a sua capacidade técnica é questionada.

Com base na análise de dados acerca dos entraves para uma formação continuada e em serviço dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho, levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio surgiram algumas barreiras para a realização da formação continuada como a falta de diálogo e a insatisfação nas relações entre professores que atuam em sala de aula do ensino médio, carência de um projeto para motivar os docentes para participar da formação, falta de infraestrutura para realização da formação, distanciamento da realidade da clientela e a formação continuada proposta; falta de tempo dos professores; ausência de recursos da instituição para promover a formação continuada para seus professores.

Observando o cotidiano escolar apresentou-se a proposta de uma formação continuada em serviço, tendo em vista que a Atividade Complementar (AC) faz parte da carga horária do professor e que deve ser cumprida na escola obrigatoriamente, portanto, “esse pode ser um espaço onde cabem propostas de formação continuada que se voltem para o “saber estudar”, saber pesquisar e elaborar individual ou coletivamente suas sínteses e aprendizagens” (DEMO, 1991, p.191).

Pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados a questão problema respondida que foi: Como a formação continuada pode auxiliar os

docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho na superação dos desafios impostos pelo Novo Ensino Médio? O que de certa forma confirma a hipótese, porém não da maneira esperada. Atitudes individuais e pontuais dos docentes fizeram com que desenvolvessem estudos, melhorassem a metodologia de ensino os quais corroboraram para superar os desafios apresentados no que se refere a prática pedagógica. Destaca-se ainda a conduta da equipe diretiva escolar que mesmo a escola dispondo de poucos recursos foram peças importantes neste processo adquirindo o que podiam para auxiliar os docentes em sua prática e por consequência melhorando a aprendizagem dos estudantes e a qualidade de ensino.

De acordo com leituras a formação continuada proporciona condições para ver, analisar, debater, avaliar e refletir a prática pedagógica para atender melhor o corpo docente. E dessa forma corrobora para que os docentes sejam e sintam-se valorizados por todas as realizações em prol de uma educação de qualidade. Ressalta-se que ao tratar sobre a formação continuada em serviço do professor quando esta é promovida dentro do ambiente escolar arrisca-se garantir que ao ser considerado contribuirá demasiadamente para construção de significado sendo a ação dos partícipes do processo decisivo e decisório para esta finalidade.

Os docentes que contribuíram com esta pesquisa reconhecem a importância da formação continuada como aliada no processo de ensino aprendizagem instrumentalizando-o para lidar com as questões que surgem na sala de aula. E a contribuição desse conhecimento influencia melhorando ou aprimorando a sua prática. Pois através da formação continuada o docente vê a possibilidade de se adequar a esta nova realidade que aproxima de forma rápida tendo em vista que o seu papel é posto em cheque em meio à sociedade que a todo o momento aponta o dedo responsabilizando-o ou culpando-o.

A formação continuada em serviço tende promover ao educador a obtenção de instrumentos que o auxiliem a suplantar as adversidades que surgem na sua ação pedagógica concreta. Como resposta a questão problema, a ausência da formação continuada em serviço constitui-se um entrave para os docentes, já que ela poderia proporcionar o favorecimento do conhecimento, a melhoria da prática e qualidade de ensino. A evidência desse entrave é pertinente e relevante pois permite vislumbrar o que se faz e o que se quer fazer dessa forma tem-se a possibilidade de traçar estratégias de como se quer ou de como se pode agir.

A constatação desse entrave tornou-se possível ao refletir sobre a importância da formação continuada em serviço como possibilidade de valorização docente. A compreensão e a reflexão acerca da formação continuada ao longo do aprofundamento da pesquisa durante o acompanhamento das atividades complementares realizadas na escola, nas conversas com os docentes e nas leituras das obras variadas sobre a temática as quais permitiram-nos analisar os impactos nas escolas que oferecem a formação continuada através das pesquisas desenvolvidas.

O conhecimento teórico embasou o docente levando-o conseqüentemente a refletir sobre sua prática e ao mesmo tempo avalia-la. Assim, houve melhora nos índices educacionais no que tange ao ensino aprendizagem, a qualidade de ensino e valorização docente, pois embora a escola não ofereça uma formação continuada nos moldes indicados pelos docentes percebe-se que posturas individuais de uma pequena porcentagem do corpo docente do colégio levou-os a desenvolver estudos autônomos, trocar ideias com os colegas e esse trabalho inicialmente individual tornou-se coletivo proporcionou a reflexão e a reflexão da ação. As ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes proporcionaram uma aprendizagem diferenciada com os poucos instrumentos que possuíam.

A troca de experiências e o compartilhamento de saberes consolidam espaços de formação mútua oferecendo condições para o docente desenvolver ações e compartilhar com os demais desenvolvendo um trabalho coletivo com práticas/ações em exitosas. As conquistas dessas ações fizeram com que o Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho dentre esse grupo de quatorze instituições deixasse a incômoda última posição e passasse a ocupar a décima posição deixando para trás escolas de tradição, renome e reputação.

REFERENCIAS

ALARCÃO, I **Formação Reflexiva de Professores – Estratégias de Supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, L.R. **A dimensão relacional no processo de formação docente**: São Paulo: Loyola, 2006.

ALMEIDA, M. I. **O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional**. Tese (Doutorado em Educação) São Paulo: Universidade de São Paulo.1999.

ANDRÉ, M. (org). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas-SP: Papyrus, 2016.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, M.G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. Â. **A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped**. Campinas: Educação & Sociedade, 2001.

BARBOSA, M.V; FERNANDES, N.A.M.. (org.) **Políticas públicas para formação de professores**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/822815 acessado em maio 2020

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRENS, M. A. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba, PR: Champagnat,1996.

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 2010.

BRACHT, V. **Pesquisa em ação: educação física na escola**. Ijuí, RS. Ed. Unijuí. 2005.

BRASIL. **[Constituição (1824)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **[Constituição (1891)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **[Constituição (1934)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **[Constituição (1946)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **[Constituição (1967)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 15 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em: abril de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acessado em maio de 2020

BRASIL. **Censo Escolar**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2018/boletim_censo_escolar_n15_set2018.pdf acessado em maio de 2020

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 09/2012**, de 12 de abril de 2012. Implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> acessado em março de 2020

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acessado em maio de 2020

BRUNO, E. B. G; ALMEIDA, L. R; CHRISTOV, L. H. (org.) **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 13 edição. São Paulo. Edições Loyola 2015.

CANDAU, V. M. **Magistério: construção cotidiana**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CHAVES, M. **Formação contínua e práticas educativas: possibilidades humanizadoras**. In.: Educação e Desenvolvimento humano – Contribuições da abordagem histórico-cultural para a educação escolar. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

- CUNHA, M.I. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CURY, C.R.J.. et al. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo. Cortez. 2018
- DEMO, P. **Desafios modernos para a educação**. Brasília: IPEA, 1991 DP&A, 2002.
- DEMO, P. **Desafios modernos para a educação**. Brasília: IPEA, 1991
- DEVELAY, M. **Savoirs scolaires et didactique des disciplines: Une encyclopédie pour aujourd'hui**. Paris: ESF Editeur, 1995.
- DONATO, E. M. Formação. IN: FAZENDA, I. C. A. (Org). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FIGUEREDO, L. C. **Revisitando as psicologias**. Petrópolis. Vozes. 1996
- FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Edit. Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001;
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P.. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FREIRE, P.. **Política e educação: ensaios**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 14. ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FUSARI, J. C. **Formação continuada de educadores na escola e em outras situações**. In ALMEIDA, Laurinda R de, BRUNO, Eliane B. G e CHRISTOV, Luiza H da S. (ORG) O coordenador pedagógico e a formação docente. 5 ed., São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- GARCIA, M. **A Formação Contínua de professores no HTPC: alternativas entre as concepções instrumental e crítica**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifca Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2003.

GARRIDO, E. **Espaço de formação continuada para o professor –coordenador.** In: GUIMARÃES, Ana Archangelo. O coordenador pedagógico e a formação docente. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2011.

GATTI, B. A. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONDIÇÕES E PROBLEMAS ATUAIS.** Artigo publicado na Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP, [s.l.], 2009.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: Unesco, 2011.

GATTI, B. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A. e BARRETO, E. S. de Sá (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, M. B. **Formação de Professores: Condições e Problemas Atuais.** Itapetininga: Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), 2016.

GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: GHIRALDELLI JR., P. **O que é preciso saber em Filosofia da Educação e Teorias Educacionais.** Rio de Janeiro: DPA, 2000.

GHIRALDELLI J., Paulo. **História da Educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Tendências investigativas na formação de professores.** In: GOMES, Catia Cristina. A Formação Continuada do Professor Ensino Média: a Escola Como Espaço Para o Desenvolvimento Profissional. Dissertação de mestrado. Curitiba: Em Educação Universitária. PUCPR, 2006.

HANSEN, J. A.. A civilização pela palavra. IN: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

KASSAR, M. C. M. Professor e as práticas educativas. In: BARBOSA, R.L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.** São Paulo: UNESP, 2004.

KENSKI, V. M.. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação.** 8 ed.- Campinas-SP: Papirus, 2012.

KUENZER, Antônio Z. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Marcia; FERREIRA, Naura S. (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional**. Campinas: Papyrus, 2002.

LABARE, D. **On the nature of teaching and teacher education: difficult practices that look easy**. [s.l.]: Journal of Teacher Education., 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LEITE, C. Currículo, didática e formação de professores: algumas ideias conclusivas. In: OLIVEIRA, Maria Rita, N. S.; PACHECO, José Augusto (orgs.) **Currículo, didática e formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

LIBÂNEO, C. J. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. Campinas: Educação & Sociedade, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissões docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C.; **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MARIN, A. J. **Didática e trabalho docente**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005.

MARTINS, A. R. **Eles podem inspirar a busca por soluções**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2008.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema. a formação do estado imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits**. [s.l.]: Policy Currents, 1995.

MENEZES, E.T; SANTOS, T. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MINAYO, M.C.S (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MORAN, J.M. **Como utilizar a internet na educação**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 146-153, 1997.

MORAN, J.M **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2012.

MORAN, J.M; MANSETTO, M.A.B. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21 edição. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORGAN, G. **Beyond method: strategies for social research**. London: Sage, 1983

MORGAN, G. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP. Papyrus, 2012.

NÓVOA, A. Os professores e o novo espaço público da educação. In: NÓVOA, Antonio. **A formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991;

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: Nóvoa A. (org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas**. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, A. **Escola nova**. A revista do Professor. Ed. Abril. 2002

NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Portugal: Dom Quixote: 1995

OLIVEIRA, N. A.R. de. **A HTPC como espaço de formação: uma possibilidade**. São Paulo: PUC, 2006.

PENTEADO, Maria Emília Lima. **FORMAÇÃO EM SERVIÇO: Análise de uma proposta de Formação construída por e para os educadores**. Jundiaí, Páco editorial. 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote. 1997.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PILETTI, C. **Filosofia da Educação**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S. G. (org.). **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na formação de professores: unidade teórica e prática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (orgs). **Professor Reflexivo no Brasil – Gênese e Crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (ORG) **o coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edições Loyola. São Paulo. 2003.

PLACCO, V. M. N. S; SILVA, S. H. S. A formação do professor: reflexões, desafios e perspectivas. IN: BRUNO, E. B. G; ALMEIDA, L. R; CRISTOV, L. H. S. (ORG). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.

- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989
- ROCHA, J. J. **Relatório da Inspeção nas Escolas da Corte**. Anexo ao Relatório do Ministério do Império de 1851, elaborado pelo Ministro José da Costa Carvalho apresentado a Assembléia Geral Legislativa em 1852.
- RODRIGUES, N. **Lições do Príncipe e outras lições**. 12. ed. Petropolis: vozes, 1991.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROMANOWSKI, J P. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007. LOIOLA, Rita. **Formação continuada**. Revista nova escola. São Paulo: Editora 2009.
- RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil - BID, 1998.
- SÁ-CHAVES, I. (Org.) **Os portfólios reflexivos (também) trazem gente dentro: reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos formativos**. Porto: Porto Editora, 2005.
- SANTOS, M. J. V. **História Antiga e Medieval**. 10 ed.. São Paulo: Ática. 1999.
- SASS, C. P. A. O (org.) **Formação de professores e Campos de Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e editora Ltda. 2004
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 8ª ed. Campinas/Autores Associados, 2003(a).
- SAVIANI, D. **Política Educacional Brasileira: Limites e perspectivas**. Campinas: Revista de Educação PUC-Campinas, 2008.
- SCHNETZLER, R. P. O professor de Ciências: problemas e tendências de sua formação. In: PACHECO, R. P.; ARAGÃO, R.M.R. (Org.) **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens**. Piracicaba -SP: CAPES/UNIMEP, 2000.
- SCHÖN, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SCHON, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

TARDIF M. **Ofício de Professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, 6 edição, RJ: Vozes, 2014

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M. **Ambiguidade do Saber Docente nas Reformas Relativas à Formação Universitária para o Magistério**. 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TARDIF, M; LESSARD.C. **O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TAVARES, R. H, **Didática Geral**. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2011.

VAGO, T. M. **Pensar a Educação Física na Escola: Para uma formação cultural da infância e da juventude**. Cadernos de Formação RBCE, Porto Alegre, v.1 n.1, p. 25-42, set. 2009.

VEIGA, I.P.A. (org.) **Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas**. 2 edição, Campinas, SP: Papyrus, 2012.

VEYNE. P. **Foucault revoluciona a história. Em: como se escreve a história**. Brasília: Editora UnB, 1982, pp.149 – 181.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1988.

ZEICHNER, K. M. **El maestro como profesional reflexivo em: cuadernos de pedagogia**. Barcelona: Editorial Fontalba, 1993.

APÊNDICE**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Gostaria de sua colaboração para responder esta entrevista que faz parte da pesquisa sobre os entraves para uma formação continuada e em serviço dos docentes do Colégio Estadual Wanderley Araújo Pinho levando em consideração as especificidades do Novo Ensino Médio. A formação continuada em serviço para o professor do Novo Ensino Médio é de grande relevância para a melhoria da práxis pedagógica docente.

Obrigada pela sua colaboração

1 - Qual a sua carga horária no Colégio da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira?

() 20 horas () 40 horas () 60 horas

2 - Você realiza a atividade complementar em todas as escolas em que leciona?

() Sim () Não () Talvez

3 - Quanto à atividade complementar realizada nesta escola, quantas horas são dedicadas à formação continuada para suprir as necessidades do Novo Ensino Médio?

4- Seria interessante ter formações específicas no tempo destinado a atividade complementar que atendesse as necessidades da escola e do Novo Ensino Médio?

() Sim () Não

5 - Qual é a importância da formação continuada para a valorização docente?

6- Que impactos temos na educação quando a escola oferta a formação continuada?

7 - Que ações poderiam ser desenvolvidas a partir de uma formação continuada que nos auxiliasse para práticas exitosas?

8 - Você utiliza o conhecimento adquirido nas atividades de formação continuada na sua prática em sala de aula?

() Sim. Sempre () Sim. As Vezes () Não

9 - Como a formação continuada e em serviço pode nos ajudar a superar os desafios trazidos pelo Novo Ensino Médio?

10 - Em 2017 teve início os preparativos para a implantação do Novo Ensino Médio no CPMFPO. Durante esse período e nos períodos subsequentes a escola ofertou formação para os docentes desta escola sobre o Novo Ensino Médio. Foi suficiente para instrumentalizar os professores?

() Sim () Não () Talvez

11 - Na época da implantação do novo Ensino Médio no CPMFPO você NÃO se considerava preparado para lidar com esta nova realidade e HOJE?

() Sim () Não () Talvez

12 - O que você considerada hoje como essencial que faltou ao implantar o Novo Ensino Médio no CPMFPO?

13 - Pensando nas disciplinas de Práticas Integradora e Pesquisa Aplicada, quais foram os desafios enfrentados pelos docentes?

14 - Quais foram os obstáculos enfrentados pelos professores ao lidar com as disciplinas Elementares? (História Elementar, Língua Portuguesa Elementar, Inglês elementar etc.)

15 - Você se enquadra no perfil de professor exigido pelo Novo Ensino Médio?

16 - Quais são as perspectivas ao trabalhar com o novo ensino médio?

17 - Quais são os contratempos enfrentados pelos professores para trabalhar com o Novo Ensino Médio?

18 - Em relação ao Currículo do Novo Ensino Médio, como você o avalia?

() Péssimo () Regular () Bom
() Muito Bom () Excelente

19 - Você acredita que o Novo Ensino médio é capaz de unificar e propiciar melhoria no processo de Ensino Aprendizagem?

() Sim () Não () Talvez